

Universidade Federal do Pará  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

FRANCISCA RAMOS PRADO

**O Mito da Cidade Provisória: Natureza, Migração e Conflito  
Social em Tailândia (1977-2000).**

Belém  
2006

FRANCISCA RAMOS PRADO

O MITO DA CIDADE PROVISÓRIA: NATUREZA, MIGRAÇÃO E  
CONFLITO SOCIAL EM TAILÂNDIA (1977 – 2000).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (DEHIS/UFPA).

Belém  
2006

FRANCISCA RAMOS PRADO

O MITO DA CIDADE PROVISÓRIA: NATUREZA, MIGRAÇÃO E  
CONFLITO SOCIAL EM TAILÂNDIA (1977 – 2000).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: 20/12/2006

Banca Examinadora:

---

Professor Doutor Franck Pierre Gilbert Ribard  
(DEHIS/UFC)

---

Professora Doutora Leila Mourão  
(DEHIS/UFPA)

---

Professora Doutora Franciane Gama Lacerda  
(Suplente/DEHIS/UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

---

**Prado, Francisca Ramos**

O mito da cidade provisória: natureza, migração e conflito social em Tailândia (1977-2000) / Francisca Ramos Prado ; orientadora, Magda Maria de Oliveira Ricci. - 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Tailândia (PA) - História - Séc. XX. 2. Posse da terra - Tailândia (PA).  
3. Conflito social - Tailândia. 4. Migração interna - Amazônia. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

Em memória de meu pai, Raimundo  
Ramos Prado que, mesmo distante, nunca me  
deixou sozinha, mesmo nos momentos em que eu  
não conseguia vê-lo. Sua presença foi meu  
conforto e amparo sempre.

## AGRADECIMENTOS

“A generosidade consiste em dar antes de ser solicitado” (Sabedoria árabe – autor desconhecido).

As palavras contidas nesse fragmento da sabedoria árabe conseguem expressar um pouco do que encontrei nessa árdua caminhada rumo à obtenção do mestrado, pois sabemos o quanto é difícil percorrer os caminhos de novos conhecimentos, sobretudo quando nos deparamos com muitas adversidades, como trabalhar e estudar simultaneamente e, em cidades distintas; sem qualquer ajuda financeira de órgãos governamentais ou vinculados à pesquisa; bem como cercado pela falta de interesse de autoridades municipais e outras em contribuir para o desenvolvimento educacional e da pesquisa universitária. Mesmo com todos esses reveses, encontrei muitos com generosidade tal que me acolheram, compreenderam, amaram, em fim, tenho muito a devotar gratidão, pois sem esses tudo teria sido mais difícil e eu certamente não haveria transposto os obstáculos.

Agradeço a priore a Deus... por haver me concedido inúmeras graças sempre e, por guiar os passos meus em mais essa árdua jornada, me fortalecendo nos momentos em que obstáculos se impunham como intransponíveis. Em todos os momentos “Ele” esteve comigo, fazendo-me sentir sua presença até nas pequenas conquistas ou desafios. A Ele, honra e glória!

Aos meus familiares, Maria Dasdores – minha mãe – Lindomar e Maria Lionez – meus irmãos – Edilene, cunhada; Tcheysson, Tiago e Pedro Vítor, sobrinhos e o Cláudio – alguém que esteve ao meu lado, agradeço por me apoiarem e jamais me esquecerem em suas preciosas orações, fazendo-me sentir confiante até mesmo quando eu enfraquecia, vocês foram o alicerce que me manteve de pé para que eu continuasse rumo à construção de novos saberes, pois suas companhias me fortaleciam para enfrentar as dificuldades que surgiam.

À minha orientadora, a prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magda Maria de Oliveira Ricci pelas palavras de confiança que me confortaram quando eu estava tão ansiosa, além das relevantes contribuições e compreensão. Também reconheço a importância nesse caminho dos professores Aldrin Figueiredo, que foi o primeiro a me incentivar a fazer o mestrado; à professora Leila Mourão pelo seu interesse e prestimosa atenção devotada ao meu trabalho, além de Pere Petit, a quem estendo os meus agradecimentos.

Á todos que aceitaram se submeter às minhas indagações e fazer parte do rol de entrevistados, bem como aqueles funcionários ou entidades que não barraram minha entrada nem tampouco se negaram a que eu pesquisasse em seus arquivos, como a Paróquia de São Francisco de Assis, o Fórum da Comarca de Tailândia, A Associação Comercial e Industrial de Tailândia, a Comissão Pastoral da Terra, a Biblioteca do Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), etc..

Agradeço ainda a todos os meus amigos que me encorajaram a galgar esses degraus do conhecimento, Maria José, Dário Sousa, Mécia Sampaio e em especial, à Conceição Medeiros, por me compreender nos momentos em que eu precisava faltar ao trabalho para cumprir compromissos acadêmicos.

A todos a minha gratidão e apreço, pois me deram o fundamental para que se transformasse em realidade, o que eu há muito acalentava como sonho, obrigada!

“A história de uma cidade não se esgota, porém ao se aproximar da sua memória, aquele que a vive pode iludir-se com a possibilidade de retê-la na sua totalidade. Por isso, o trabalho do historiador tem uma dimensão decifradora, na medida em que consegue criar diálogos entre os tempos históricos [...]”.

(REZENDE, 1999, p. 163).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	06
Resumo.....	16
Abstract.....	17
<b>Introdução.....</b>	<b>18</b>
<b>I – Capítulo: Uma história de (das) margens: política e desenvolvimento para a Amazônia no século XX.....</b>	<b>26</b>
1.1 – Entre planos e realizações: os militares e a abertura da Amazônia ao capital na década de 70.....	31
1.2 – Da região aos estados: planejamento e desenvolvimento por zonas de exploração.....	37
1.3 – Diálogos entre histórias: o Maranhão e o Pará nos anos de 1960 a 1970.....	41
<b>II – Capítulo: O mito da cidade provisória.....</b>	<b>60</b>
2.1 – Abrindo passagem? natureza e progresso na Amazônia na década de 70 e a abertura da Pa-150.....	61
2.2 – Entre práticas e representações: a ação do ITERPA em Tailândia e a divulgação do Projeto de Assentamento Dirigido que “deu certo”.....	72
2.3 – Entre dois mundos: o mundo que o migrante traz consigo e o que ele encontra ao chegar.....	89
2.4 – Natureza dos trabalhos em Tailândia ou os trabalhos da natureza?.....	98
2.5 – O espaço da provisoriedade: medo, tensão e violência em Tailândia.....	112
<b>Considerações finais.....</b>	<b>137</b>
<b>Referências.....</b>	<b>139</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>143</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>149</b>

## ÍNDICE ONOMÁSTICO DE SIGLAS

ACITA→ Associação Comercial e Industrial de Tailândia.

ADETUVINSA→ Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Vila Nossa Senhora Aparecida.

ALBRAS→ Alumínio Brasileiro S/A.

ALUMAR→ Alumínio do Maranhão S/A.

ALUNORTE→ Alumínio do Norte S/A.

AMATA→ Associação dos Madeireiros de Tailândia.

AMOTA→ Associação dos Moradores de Tailândia.

AMUTA→ Associação dos Moradores Unidos por Tailândia.

BCA→ Banco de Crédito da Amazônia.

BASA→ Banco da Amazônia S/A.

Capaz→ Cooperativa Agro-Pastoril Água Azul.

CCM→ Camargo Corrêa Minérios.

CELPA→ Centrais Elétricas do Pará.

CGG→ Comissão Geográfica e Geológica.

CMM→ Companhia Meridional de Mineração.

COSIPAR→ Companhia Siderúrgica do Pará.

CPT→ Comissão Pastoral da Terra.

CRE→ Comissão de Representação Externa.

CUT→ Central Única de Trabalhadores.

CVRD→ Companhia Vale do Rio Doce.

DER→ Departamento de Estradas e Rodagem do Pará.

DNPM→ Departamento Nacional de Produção Mineral.

ELETRONORTE→ Centrais Elétricas do Norte do Brasil S / A.

EMATER → Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FETAGRE → Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura.

FINAM → Fundo de Investimento da Amazônia.

FINOR → Fundo de Investimento do Nordeste.

FUNDEPARÁ → Fundo de Desenvolvimento do Pará.

IBAMA → Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE → Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICOMI → Indústria e Comércio de Minérios S.A.

INCRA → Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INPA → Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

ITERPA → Instituto de Terras do Pará.

MRN → Mineração Rio do Norte.

MINTER → Ministério do Interior.

NAAC → Companhia Nipon Amazon Aluminum Corporation.

PAD → Projetos de Assentamento Dirigido.

PDA → Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

PM → Polícia Militar.

PIN → Programa de Integração Nacional.

PND → Plano Nacional de Desenvolvimento.

POLAMAZÔNIA → Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

PROTERRA → Programa de Distribuição de Terras.

RADAM → Radar da Amazônia.

SAGRI → Secretaria de Estado de Agricultura.

SEGUP → Secretaria de Segurança Pública.

SINDIMATA → Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia.

SITROMOTOC→ Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Madeireiras de Tailândia.

SPVEA→ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

STR→ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tailândia.

SUCAM→ Superintendência das Campanhas de Saúde Pública.

SUDAM→ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

SUDENE→ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUDHEVEA→ Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura.

SUFRAMA→ Superintendência da Zona Franca de Manaus.

TELEPARÁ→ Telefonia do Pará.

UHEs→ Usinas Hidrelétricas.

UHT→ Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela Nº 01: População do Brasil, Pará e Maranhão de 1960 a 2000.

Tabela Nº 02: Títulos entregues pelo ITERPA no período de 15/03/1987 a 15/03/1989.

Tabela Nº 03: Casamentos realizados na década de 1980 em Tailândia.

Tabela Nº 04: População de alguns municípios do Estado do Pará de 1980 a 2000.

Tabela nº 05: Crimes registrados no Fórum de Tailândia.

Tabela nº 06: Crimes registrados no Fórum de Tailândia por ano de incidência.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Foto n° 01: Vista da estrada Pa-150 no sentido Moju / Tailândia, retirada provavelmente em 12/06/1978. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto n° 02: Vista da Vila de Tailândia e da Pa-150 no sentido Tailândia – Goianésia, 12/06/1978. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto n° 03: Vista da Pa-150 no sentido Moju / Acará, aproximadamente em 12/06/1978. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto N° 04: Vista parcial da Vila de Tailândia – Rodovia Belém / Marabá, fotografada provavelmente em 12/06/1978. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto n° 05: Vista aérea de Tailândia – Moju 17/06/1978. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto n° 06: Vista aérea da Vila de Tailândia e da Pa-150, datada de fevereiro de 1980, segundo indicação no canto inferior direito da fotografia. Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.
- Foto n° 07: Reunião de representantes locais de Moju e Acará, do ITERPA e Igreja Católica de Tailândia com o governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros – Palácio do Governo, Belém, 1986. Arquivo pessoal da família Gouvêa.
- Foto n° 08: Bufete carregado de madeiras em toras. Arquivo pessoal da família Sousa dos Santos.

## LISTA DE MAPAS

- Mapa nº 01: Amazônia Legal: Organização Racional do Espaço. Fonte: II PDA.
- Mapa nº 02: POLAMAZÔNIA: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Fonte: II PDA.
- Mapa nº 03: A Belém-Brasília e outras estradas. Fonte: Adaptado de VESENTINI, José Willian. Geografia Crítica: o espaço social e o espaço brasileiro. São Paulo: Ática, 1991. Vol. 2, p. 81, apud MONTEIRO, Alcidema. et. al. *O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente*. Belém: UFPA/NPI, 1997.
- Mapa nº 04: Mapa rodoviário do Pará. Fonte: [www.ambientebrasil.com.br](http://www.ambientebrasil.com.br). Acesso realizado no dia 26/10/2006.
- Mapa nº 05: Barcarena: Microrregião – mapa ilustrado. Fonte: [www.albras.net](http://www.albras.net). Acesso à Internet realizado no dia 21/03/2006.
- Mapa nº 06: Mapa rodoviário do Pará – 2002, a conexão entre as estradas e as cidades frutos de colonização. Fonte: [www.estradas.com.br/new/mapa/mapas.asp](http://www.estradas.com.br/new/mapa/mapas.asp). Acesso realizado no dia 28/10/2006.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a idéia da provisoriedade associada ao contexto da criação da cidade de Tailândia (nordeste do Pará) entre os anos de 1977 e 2000. O foco central é a construção da imagem desta cidade como um local violento e as contribuições do fluxo migratório para a construção da identidade e memória local. Este estudo analisa a política pública de ocupação deste espaço e as experiências e lutas dos moradores para estabelecer uma nova cidade, dentro de um processo de apagamento das vivências antigas. No contexto da ditadura militar e no universo dos Planos de Desenvolvimento e grandes projetos para a Amazônia, esta dissertação procura revelar outros sujeitos e suas narrativas, dando-lhe uma nova roupagem na medida em que se entrelaçam o rural e o urbano, constantemente alterados pelas relações que se processam nesse contexto, nos possibilitando entendê-lo pelo amplo viés da história social. Este tipo de problema não é puramente da cidade de Tailândia, mas se faz perceber em toda a Amazônia contemporânea e encontra paralelos em outros lugares, com outros sujeitos e outras vivências. No entanto, todo este universo ainda se constitui como uma história marginal, ainda pouco desvendada.

Palavras-Chave: Tailândia, migração, Amazônia, ditadura militar, violência.

## **ABSTRACT**

This dissertation discusses the provisory idea associated by the foundation of the Tailândia city (northeast of Pará), 1977-2000. Its main focus is the city image as a violent place and its contributions of the migratory flow for the construction of the identity and local memory. In the context of the military dictatorship in Brazil, this study analyzes the public's occupations politics and the inhabitant's experiences to establish a new city inside a loss the old traditions. This problem is not purely of the Tailândia city, but if it makes to perceive in all the contemporary Amazônia and it finds parallels in other places, with other citizens and theirs experiences. However, this entire universe still consists as a little history, still little unmasked.

Key Words: Tailândia, migration, Amazônia, military dictatorship, violence.

## Introdução

Essa dissertação focaliza a cidade de Tailândia e as pessoas que a dão vida. Estudando o processo de colonização da cidade, (que nasce à beira de uma estrada estadual), este estudo pretende entender em que medida este surgimento relaciona-se ao contexto dos anos de 1977 a 2000, com os planos nacionais e estaduais de desenvolvimento e integração. Analisa ainda a idéia da provisoriedade durante a constituição de Tailândia. Formada de forma rápida e por uma população migrante pobre (vinda, sobretudo do Estado do Maranhão), Tailândia nasceu como uma cidade de passagem e não de fixação efetiva. Este fenômeno contribuiu para intensificar a violência no local, interferiu ou influenciou na reelaboração de práticas e vivências dos sujeitos sociais que passaram a habitar esse conturbado espaço. Deste universo social e cultural nasceu o título desta dissertação: **O mito da cidade provisória: natureza, migração e conflito social em Tailândia (1977-2000)**.

Para chegar à idéia da provisoriedade, entretanto, outras questões tiveram seus espaços e mereceram destaque nesta dissertação. Desta forma, este estudo se divide em dois capítulos. Sendo o **primeiro** intitulado **Uma história de (das) margens: política e desenvolvimento para a Amazônia no século XX** foi escrito a partir de leituras de obras e fontes que focalizavam a política de desenvolvimento e colonização nos anos de 1970-2000. Neste capítulo destaco os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs)<sup>1</sup>, os quais são relevantes documentos para analisar as estratégias traçadas pelo Estado para a Amazônia e em especial, para o Estado do Pará. Além destes planos, algumas entrevistas realizadas com moradores de Tailândia que são oriundos de Estados como o Maranhão e a Bahia fizeram nascer um contexto no qual se interliga, às vezes de maneira conflituosa, a memória local com o planejamento governamental.

Este capítulo está subdividido em três partes: a primeira chama-se **Entre planos e realizações: os militares e a abertura da Amazônia ao capital na década de 70** e a segunda, **Da região aos estados: planejamento e desenvolvimento por zonas de exploração**. Os dois primeiros tópicos analisam as diretrizes que coordenam as ações que reforçam o forte poder dos militares por meio de suas políticas intervencionistas. Este planejamento imposto e autoritário desconsiderava de forma quase absoluta os antigos moradores da região (tomada então por terra sem homens), impondo aos que moravam na Amazônia discursos criados para corroborar a visão governamental de que havia localmente uma eterna inércia e que era preciso alavancar a região, explorando seus vigorosos recursos. Meu objetivo neste ponto é o de desconstruir esses discursos, apontando sua “lógica” que podemos, genericamente, denominar de “capitalista” e, sobretudo autoritária. Esta “lógica” fez da cidade de Tailândia uma “terra sem donos” e “sem lei”, onde o Estado é quem ditou os

---

<sup>1</sup> As siglas mais utilizadas se encontram no índice onomástico de siglas.

rumos políticos e sociais e os espaços públicos e terras são daqueles políticos e proprietários recém empossados pelo Estado brasileiro e paraense.

No terceiro tópico, intitulado **Diálogos entre histórias: o Maranhão e o Pará nos anos de 1960 a 1970** analiso as relações existentes entre ambos os Estados, chegando ao processo de ocupação que deu origem à Tailândia. Para tanto busco perceber como estava o Maranhão e o Pará entre 1960-70, visto que boa parte dos migrantes que vieram para Tailândia em meados da década de 70, eram maranhenses. Nesse sentido, identifiquei que ambos os Estados eram alvo de políticas ocupacionistas com a abertura de diversas rodovias, como por exemplo, a Belém-Brasília (BR-010). Estas políticas públicas “grandiosas”, no entanto, não predispunham de mecanismos que ofertassem infra-estrutura para receber os contingentes de migrantes que chegavam. A precariedade dos migrantes, tanto no que se refere à saúde, educação, urbanização como em outros setores, somava-se ao sério problema dos conflitos agrários, já que os migrantes (ao saírem do Maranhão) imaginavam que as novas terras paraenses não tinham donos. Contudo, quando chegavam percebiam que nem sempre isto era verdade.

O **segundo capítulo** traz como título **O mito da cidade provisória**. O primeiro tópico intitula-se **Abrindo passagem? natureza e progresso na Amazônia na década de 70 e a abertura da Pa-150**. Neste item parto de vários tipos de fontes: jornais da época, entrevistas com moradores de Tailândia, documento do Projeto de Assentamento Dirigido, livro de registros de casamentos da paróquia de São Francisco de Assis e o álbum de fotografias do ITERPA. Minha idéia é identificar os interesses envolvidos na construção da rodovia Pa-150 e qual a concepção (concepções), presente no seu planejamento e execução. Analiso ainda quais as possíveis interligações da criação da mesma com outras rodovias pensadas e construídas durante a ditadura militar no Brasil e também com outros projetos como a Hidrelétrica de Tucuruí, o complexo ALBRAS e ALUNORTE. De fato, o que pretendo é relacionar estes “grandes projetos” com o processo de ocupação do espaço de Tailândia. Pude localizar minha pista principal no Projeto de Assentamento Dirigido (PAD – Tailândia), quando seus redatores pensavam o surgimento de uma cidade que servisse de abastecimento para os que se assentassem nestes “grandes projetos”. A relação dialética que se estabelece entre espaço, homens e história produz-se na própria construção de uma história social com distintos sujeitos. Espaço de encontros e desencontros, Tailândia e seus moradores viveram práticas sociais e culturais que se processaram e se remodelaram, não sendo apenas um reflexo das políticas públicas a eles imposta. Tailândia se constituiu como uma cidade de circulação, mas seus moradores nem sempre tiveram bem nítido e organizadamente os distintos projetos implementados nos arredores. Contudo, viviam em seus arredores, vizinhos moradores e tiveram de lidar cotidianamente com tudo o que lhes interessava ou lhes ofendia neste contexto.

No segundo tópico deste capítulo denominado **Entre práticas e representações: a ação do ITERPA em Tailândia e a divulgação do projeto de assentamento dirigido que “deu certo”** pretendo analisar com o auxílio das fontes – jornal e álbum de fotografias do ITERPA, entrevistas, etc. – as práticas ensejadas pelo ITERPA em Tailândia. Ao instituir a vila ou povoado pergunto o que elas representam para o contexto político estadual e nacional da época. Também indago acerca da sobreposição ou do “apagar” de memórias anteriores realizado pelo ITERPA, cujas práticas apontam para a difusão do espaço da localidade depois da presença deste órgão em Tailândia. É o ITERPA que a denomina como povoado que futuramente tornar-se-ia cidade, bem como propaga o Projeto de Assentamento Dirigido, o PAD – Tailândia. Este projeto foi visto como o exemplo que “deu certo”, isto é, como símbolo de colonização dirigida implementada pelo referido órgão.

São nas fotos do ITERPA e no seu documento do projeto de assentamento que se assentarão a História (com H maiúsculo) da nova localidade, sendo seus antigos moradores relegados a um vazio histórico e à condição política e social de invasores e posseiros.

O terceiro tópico intitulado **Entre dois mundos: o mundo que o migrante traz consigo e o que ele encontra ao chegar**. Neste ponto almejo desvendar com a ajuda das fontes – entrevistas com alguns migrantes, dados do IBGE, livro de registros de casamentos da paróquia de São Francisco de Assis, etc. – o mundo migrante dividido em dois processos de análises essenciais: o primeiro envolve a compreensão do mundo que o migrante traz consigo, analisando hábitos e costumes, saberes e outros elementos conectados com a cultura de seu local de origem. O segundo, diz respeito ao mundo que o migrante encontra ao chegar. Apenas uma pequena fração do que ele imaginou ou fantasiou, agradando-o ou decepcionando-o ou mesmo, causando-lhe estranhamento diante do desconhecido. Tentarei captar as distintas imagens construídas sobre o povoado ou a cidade de Tailândia anteriormente pertencente em parte às cidades de Acará e Moju e as sobreposições de memórias na luta pelo processo de legitimação e o “apagar” das anteriores. Pretendo ainda dessa forma, traçar um perfil desses migrantes e uma estatística básica daqueles que chegaram ou, pelos menos, de uma amostragem deles. Pretendo compreender a situação em que chegavam, se era em pé de igualdade, não importando o local de origem, ou se havia diferenciação. Ainda analiso quais eram os critérios adotados para a prática migratória, bem como o que significava pertencer à Tailândia, visto que se vivenciava um contínuo processo de desterritorialização.

A quarta parte desse capítulo denomina-se **Natureza dos trabalhos em Tailândia ou os trabalhos da natureza?** Desejo aqui analisar a partir de entrevistas e outras fontes, os setores de trabalho em que esses migrantes se envolviam ao chegar, isto é, a natureza desse (s) trabalho (s) e em que medida estavam relacionados com a natureza e a exploração dos recursos ambientais tão abundantes nesse espaço da Amazônia Oriental, onde está circunscrita Tailândia. Pretendo ainda saber o quanto se estreita a relação entre homem e natureza ou a interação entre esses pares e, qual a influência do fator trabalho para a vinda dos migrantes para essa localidade e não para outras. Além disso, irei buscar a compreensão da contribuição da temporalidade dos trabalhos. Analiso os trabalhos sazonais realizados de acordo com o “tempo”. No verão o clima torna-se propício para trabalhar, principalmente nas matas extraindo madeira. Já no inverno o trabalho torna-se difícil devido às chuvas que estragam as estradas e tornam a floresta perigosa com a ventania – para a idéia da provisoriedade ou do constante vai-e-vem de pessoas para a cidade.

No último tópico do capítulo denominado de **O espaço da provisoriedade: medo, tensão e violência em Tailândia** abordo a partir de entrevistas, processos criminais do Fórum da Comarca de Tailândia, etc. as questões que envolvem a violência em Tailândia desde seus primórdios até o ano 2000. Procurarei situar as razões da violência e como ela pode ser percebida pelos sujeitos que habitam o espaço em análise. Também exploro a forma como ela é observada no dia-a-dia dos moradores, em suas vivências cotidianas. Ainda traçarei um perfil acerca da violência e suas características básicas em Tailândia, tentando compreender como esses conflitos interligam-se com a idéia de que os moradores são provisórios contribuindo para o mito de cidade também provisória ou em constante processo de fazer-se, ou refazer-se, talvez associado às vidas que se reconstroem e as vivências que se reelaboram diante das novas realidades encontradas.

Para empreender esta dissertação foi de suma relevância recorrer a algumas “fontes” e arquivos, como o da CPT expresso pelos documentos e recortes de jornais como *O Liberal*, *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e o *Diário do Pará*. Elas me possibilitaram captar as distintas imagens de Tailândia na imprensa do Estado, pois, ora a Vila ou a cidade, aparecia como símbolo de desenvolvimento e progresso – calcado na exploração agrícola e madeireira – ora se mostrava como um local em que muitos políticos do Estado (especialmente em fins da década de 70 e no início da de 80) acorriam tentando estabelecer ou fincar seu território no “curral eleitoral”. Além disto esta dissertação busca mostrar a violência como algo sempre latente e fruto maior de abordagem da cidade nesses jornais. O que vislumbramos então são sucessivas imagens de Tailândia, que se confundem como um caleidoscópio, assumindo características distintas em diversos momentos. Os documentos contribuíram para dar visibilidade à violência que era praticada, bem como os espaços e os sujeitos envolvidos, denominando-os e especificando suas ações, além de serem relevante cabedal de denúncias contra as atrocidades praticadas no contexto tailandense.

Já os processos crimes pesquisados no Fórum contribuíram para que eu pudesse apreender uma Tailândia muito nítida cotidianamente, mas bastante fugidia em termos documentais. Pude compreender a cidade dos crimes praticados, dos registros feitos e das providências tomadas, pois se a impunidade residiu (ou ainda reside) nesse município, o judiciário trabalha lentamente na tentativa de punir culpados e minimizar as ações violentas que, se reproduzem porque encontra espíritos onde se proliferar. A maioria dos moradores locais também percebem Tailândia como um local de passagem, para viver por algum tempo, enriquecer e se mudar, nem que para isso acelere sua mudança causando males a outrem (violência). No entanto, há os moradores que ficam, formam família e vivem. Por isso muitas

vivências foram reelaboradas neste processo de permanência e provisoriedade. Muitos trabalhos foram reconstruídos e a cultura redimensionada com elementos que nos permitem captar a migração como algo marcadamente relevante nesse contexto, o que se expressa por exemplo, por meio dos nomes das ruas da cidade que, lembram tantos municípios paraenses como de outros Estados (Avenida Belém, Florianópolis, Barão do Rio Branco, etc.).

Outros indícios foram relevantes. Utilizei muitas monografias elaboradas sobre Tailândia citadas na dissertação, pois as mesmas me permitiram compulsar não apenas o que foi produzido, mas essencialmente as entrevistas coletadas contidas em anexo nas mesmas, as quais por vezes contribuíram para enriquecer o meu diálogo com outros entrevistados ou outros indícios, visto que tocavam em questões pertinentes. Também pude fazer minhas próprias entrevistas e elas foram de suma relevância, uma vez que em Tailândia ainda não existe em muitos órgãos a cultura do “arquivar”, o que faz com que os mesmos sejam, de certa forma, “desmemoriados” ou impossibilitados de auxiliarem na construção e produção de indícios documentais escritos que subsidiariam estudos acerca da cultura tailandense<sup>2</sup>. Em culturas em que a prática da oralidade é mais freqüente, principalmente pelos mais idosos que pouco dominam a linguagem escrita, esse é um elemento de fundamental importância para auxiliar no desvendamento de um processo histórico<sup>3</sup>. Em Tailândia a oralidade pôde “recordar” outras histórias, revelando outros sujeitos<sup>4</sup>.

Pude contar ainda com os Livros de Registros de Casamentos nº 01 e 02 da Paróquia de São Francisco de Assis que me deram uma dimensão inicial do processo migratório em Tailândia em seus primórdios, quando a Igreja Católica era ainda uma das únicas instituições religiosas presentes ou mesmo quando não havia cartório para efetuar os casamentos. Também os Livros de Registros de Crimes do Fórum da Comarca de Tailândia com seus dados sucintos acerca dos processos que me direcionavam no caos que era o arquivo do mesmo, além dos processos crimes longamente lidos que me permitiram perceber ao longo dos anos os distintos atos cometidos e ter certa visibilidade sobre os sujeitos que os

---

<sup>2</sup> O arquivamento de fontes é um ato “político” e não apenas fruto do acaso. Neste sentido, a falta de fontes escritas em Tailândia contribuiu para o apagamento das experiências de vida anteriores ao assentamento dirigido implantado nos anos de 1970.

<sup>3</sup> COUTO, Ana Magna Silva Couto, *Quotidiano e Sobrevivência: Catadores de papel e seus Modos de Vida na Cidade-Uberlândia 1970-1999, Dissertação de mestrado*, PUC-São Paulo, 2000, p. 03. Acesso à Internet realizado em 2003.

<sup>4</sup> Sobre a relevância do uso da oralidade ou palavra não escrita estudos foram publicados, como, por exemplo, ver CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e não escrita”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 139-147; e FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 03-13; além de diversos outros aqui não citados.

praticavam, muitas vezes migrantes, o que não é de se admirar, uma vez que Tailândia, tal qual uma colcha de retalhos têm sua história marcada pelo processo migratório desde os primórdios acentuando-se em alguns momentos e decaindo em outros.

O Livro de Registro de Atas da ACITA também desempenhou papel significativo, pois com ele pude conhecer por dentro parte da “elite madeireira” tailandense, principalmente a parte mais atuante que, tentou buscar melhorias para a cidade de acordo com seus próprios interesses, mas que nessa busca de alguma forma contribuiu também com a melhoria do cotidiano de cidadãos comuns que habitavam o mesmo espaço. Certamente também foi possível compreender o seu discurso desenvolvimentista que, em meio ao tão conturbado contexto de fazer-se e refazer-se de Tailândia tentava se afirmar como uma classe que explorava as riquezas ambientais, mas que simultaneamente contribuía para que as mudanças se operassem.

Tiveram relevância também as fotografias utilizadas, algumas pertencentes ao arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes, uma da família Gouvêa e outra da família Sousa dos Santos, elas possibilitaram visualizar um momento apreendido pela câmera fotográfica e inferir sobre as intenções presentes na elaboração das mesmas e o que elas representaram para a época em que foram produzidas, pois como enfatiza Burke temos que compreender as imagens como uma evidência histórica assim como as fontes orais, pois registram atos de testemunha ocular<sup>5</sup> e tal qual a oralidade encerra o caráter da interpretação, pois o memorialista seleciona o que lembrar e interpreta o que falar, e a fotografia é uma interpretação ou deve ser interpretada pelo historiador ou outro profissional que se proponha a utilizá-la como indício histórico.

Os documentos da AMOTA compulsados também foram significativos, pois contribuíram para a compreensão da história silenciada dessa entidade que, durante um breve tempo fez parte da história tailandense e muito contribuiu para que as mudanças se processassem, visto que a mesma nas pessoas de seus representantes empreenderam uma árdua missão de reivindicar melhorias para a Vila de Tailândia e para torná-la cidade. Sabemos que o processo não correu somente devido à ação da AMOTA, mas o que queremos é tornar mais nítida sua parcela de contribuição nesse processo de mudanças.

Por fim, os dados do IBGE foram de suma importância, pois em termos demográficos os dados de Tailândia são bastante difíceis de se encontrar na cidade, uma vez que são apreendidos de distintas maneiras, só servindo mais às autoridades legais quando se

---

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*, Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004, p. 17.

trata de enumerar a quantidade de pessoas residentes para se conseguir uma verba maior para determinado projeto.

Com essas “fontes” ou indícios documentais apresentados, além de outros que integram o corpo desta dissertação pretendemos (re) constituir uma outra história, pois é preciso que se enfatize que os caminhos da história do Brasil destacados na produção historiográfica têm sido geralmente associados aos fatores econômicos enfocando normalmente regiões cuja produção destacou-se nacional e internacionalmente, tais como o Nordeste açucareiro de boa parte do período colonial e o Sudeste cafeeiro e industrial do pós-independência e parte da chamada “Velha e Nova República”. Esta dissertação aspira justamente trazer à tona essa história de margens ou das franjas em que se encontra a Amazônia há muito tempo imersa, apenas se movendo em alguns momentos, muitos dos quais para reificar velhos paradigmas ou visões comumente associadas a região, tal qual de certa forma teria feito José Veríssimo<sup>6</sup> ao produzir sua obra “Estudos Amazônicos” publicada em fins do século XIX e reeditada em 1970<sup>7</sup>. Essa dissertação consiste, portanto, em mais do que uma simples defesa da Amazônia ou uma história regional pretende ser amazônica, peculiar, mas também brasileira, paraense e que caiba em vários lugares e contribua com outras visões e concepções, que possa dialogar com o universo nacional e internacional sem se fechar no seu próprio umbigo nem se expandir em “fuga” para o exterior, pois é uma história duplamente marginal, haja vista que se trata da Amazônia, região que geralmente não tem sido foco de análise e produção historiográfica nacional, isto é, já é a margem de uma história tradicionalmente nacional e, ainda, por se tratar de Tailândia, ou seja, a margem da margem amazônica, por ser uma cidade do interior do Pará, cujo centro de produção e destaque no cenário estadual tem sido sempre a capital, Belém, as relações sociais, econômicas e políticas travadas nesse espaço. Dessa forma pretendemos fazer emergir uma nova visão, na medida em que esta dissertação traz um outro contexto permeado por distintos atores sociais e outro espaço como alvo de ação e produção cultural e social<sup>8</sup>. Em fim, caminhemos aos capítulos iniciais e adentremos nessas margens do interior do Pará, Tailândia.

---

<sup>6</sup> A meu ver, Veríssimo fala com propriedade da região, pois é natural de Óbidos, cidade do Estado do Pará, diferente de outros que nem ao menos a conhecem, aí está parte do mérito de sua obra, mas ao mesmo tempo, ratifica velhas visões sobre a Amazônia na medida em que discute o desenvolvimento regional sob a perspectiva da ocupação, de onde depreendemos certo olhar do tão famoso “vazio demográfico” que tantos outros autores mencionaram como fator relevante para o “atraso regional” em que se encontraria imersa a Amazônia.

<sup>7</sup> VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Org. Arthur César Ferreira Reis, Universidade Federal do Pará, Belém, 1970.

<sup>8</sup> Nesse sentido, esta dissertação se valeu da obra “Terra Matura” – na qual se destaca o enfoque de uma Amazônia sob uma nova perspectiva, a de um espaço de produção cultural e social produzido pelos sujeitos que a habitam e, não apenas como um espaço sem historicidade como muitos vêm fazendo já há certo tempo. Ver

## I – Capítulo

### Uma história de (das) margens: política e desenvolvimento para a Amazônia no século XX.

A história de margens a que me proponho a escrever tem como foco o processo de constituição de Tailândia, uma cidade hoje localizada geograficamente na mesoregião do nordeste paraense e na microregião de Tomé-Açú<sup>9</sup>, ou ainda, na Amazônia Oriental. Sua origem como município se liga ao contexto regional da década de 1970 da Amazônia. Nele grandes projetos ou empreitadas políticas e administrativas foram pensadas e implementadas na região. Como por exemplo, a política migratória e ocupacionista da Amazônia com a construção de rodovias como a Transamazônica, a Pa – 150 e outras que desconsideravam àqueles que já a habitavam. O que então se apregoava nos discursos políticos e desenvolvimentistas era o “vazio demográfico”<sup>10</sup>.

Contrariando os ditames governamentais, é certo que a Amazônia e o próprio Estado do Pará já mantinham populações interioranas e significativas relações de troca e de migração com outras localidades desde há bastante tempo. Predominantemente desde fins do século XVIII e inícios do XIX, de acordo com o que consta em outros trabalhos havia o trânsito de pessoas na região e a conexão de algumas da mesma com outras províncias não apenas para a realização de trocas econômicas, mas também intercâmbio de heranças, línguas e culturas<sup>11</sup>. O “vazio demográfico” ou necessidade de “integração” regional tinha por premissa um engenhoso discurso que, de longa data justificava processos sucessivos de ocupação de terras e exploração de mão-de-obra. Ele servia para legitimar as práticas colonizadoras impostas à região e especificamente sobre sua população, o que factualmente mostrava esse processo “integracionista” como mais uma empreitada controladora sobre a região amazônica. Esta prática já havia existido na ocupação fluvial da região Amazônica iniciada nos séculos XVII e XVIII<sup>12</sup> e que ganha magnitude com o processo de abertura do rio

---

NETO, José Maia Bezerra; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 06.

<sup>9</sup> S. A “Criação e Origem dos Municípios do Estado do Pará”, Belém, TCM – Tribunal de Contas do Pará, 1998, pp. 05-06.

<sup>10</sup> BRASIL. SUDAM. II PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA; Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 79). Belém, 1975, p. 27.

<sup>11</sup> RICCI, Magda. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos Sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840)”. PRIORE, Mary .; GOMES, Flávio (orgs.). *Os Senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p 171.

<sup>12</sup> Alguns estudos nos auxiliam a captar essa ocupação fluvial entre os séculos XVII e XVIII na Amazônia, como por exemplo, a obra de Mauro C. Coelho sobre o Diretório dos índios. Ver COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão*

Amazonas à navegação internacional na segunda metade do século XIX<sup>13</sup>. Posteriormente a política colonizadora continuou com a construção de ferrovias, como a Madeira-Mamoré e a Belém – Bragança, nascidas em torno da áurea época da borracha. A Amazônia desponta então, a partir do século XIX como região produtora de riquezas que demandava o capital nacional e internacional e isso ganha ainda mais ênfase durante todo o século XX, período em que os interesses governamentais se voltam objetivando não apenas mais a exploração do látex para fabricação de borracha ou produtos à base dela ou tampouco a contemplação da exuberância da natureza, mas essencialmente observando como transformar os chamados recursos naturais em potenciais recursos ambientais<sup>14</sup>, ou seja, em matéria ou produto passível de exploração e produção de lucro e geração de riquezas, as quais já foram alvos de alguns trabalhos, como a obra de Maria de Nazaré Sarges acerca da belle-époque vivenciada por Belém em fins do século XIX e inícios do XX<sup>15</sup>; o de Edinéa Mascarenhas sobre o fausto da borracha em Manaus<sup>16</sup>; o de Francisco Foot Hardaman sobre a implantação de ferrovias como a Madeira-Mamoré e sua ligação com a modernidade<sup>17</sup>, além do trabalho de Franciane Gama Lacerda envolvendo a implantação da ferrovia Belém – Bragança e suas interligações com a constituição da história dessa cidade<sup>18</sup>. Depois das ferrovias, os colonizadores criaram as rodovias. No governo de Juscelino Kubitschek e durante o processo ditatorial foram criadas diversas rodovias ligando a Amazônia entre si e com outras regiões do Brasil. O “sertão” dos rios, das ferrovias e, por fim das rodovias, precisava ser conhecido, palmilhado, integrado e em fim, explorado para tornar-se parte da “civilização” e meio para se atingir o progresso.

A Amazônia comumente foi vista ao longo do tempo oscilando entre o pertencimento à nação brasileira e a necessidade da integração da região ao Brasil e ao mundo em que a natureza sempre latente nessa região se constituiu por meio dos rios e a abertura dos portos à navegação, como veículo condutor não apenas de vapores, mas de integração econômica, desenvolvimento e progresso. Para adentrar nesse processo de compreensão da história amazônica desse último período é necessário nos remetermos a outros tempos, como

---

*para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1758-1798). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.*

<sup>13</sup> HALL, Anthony L. “O Desenvolvimento da Amazônia Brasileira”. *Amazônia, Desenvolvimento Para Quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro, Zahar, 1991, p. 22.

<sup>14</sup> DULLEY, Richard Domingues. “Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais”. *Agricultura*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 22.

<sup>15</sup> SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870 – 1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

<sup>16</sup> DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus (1890 – 1920)*. Manaus: Valer, 2000.

<sup>17</sup> HARDAMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

<sup>18</sup> LACERDA, Franciane Gama. *Em busca dos campos perdidos: uma história de trem e cidade. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.*

por exemplo, quando a região ganhou relevo na chamada moderna história nacional. Até a época da borracha<sup>19</sup>, o Brasil Imperial dividia-se em norte e sul somente, sendo a Bahia a província regional limítrofe. A região Norte, paulatinamente desagregou-se do que hoje conhecemos por nordeste. Entretanto, a “Amazônia Legal”<sup>20</sup>, nasceu, não por acaso, somente em 1953. Esta denominação traz em seu bojo mais do que uma mera mudança nominal, mas principalmente um processo de reterritorialização ou intervencionismo governamental<sup>21</sup> baseado agora em outras riquezas e gradativamente mais disseminado por rodovias. Esta nova Amazônia começava a se redesenhar nos anos da segunda grande guerra mundial.

Parte desse interesse que vemos despontar sobre a região amazônica se intensifica durante o governo de Vargas, quando o mesmo em discurso realizado em 1940 fala sobre sua pretensão de abertura da Bacia Amazônica tanto à navegação quanto à entrada de migrantes, além dos planos de desenvolvê-la, inclusive com a criação em 1951 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em Manaus<sup>22</sup>. Nesse mesmo período outros órgãos foram criados com fins de administrar o desenvolvimento que se pensava em implementar na região, tais como a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em 1953 e o BASA (Banco da Amazônia S/A) criado em 1966 para substituir o BCA (Banco de Crédito da Amazônia) juntamente com a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que, substituiria a SPVEA<sup>23</sup>.

Além da criação dos órgãos acima citados, outros projetos foram pensados e aplicados na Amazônia num período de aproximadamente dez anos, como por exemplo, a estrada de rodagem Belém – Brasília (BR-010)<sup>24</sup> – criada em fins da década de 50 com o objetivo de interligar uma das principais capitais da região ao chamado centro do país – uma vez que se construía em pleno Planalto Central Brasileiro a capital do Brasil, Brasília. O governo de Juscelino Kubitschek (JK) que foi marcado pelo slogan político “50 anos em 5”,

---

<sup>19</sup> Algumas obras já citadas abordam esse áureo período da borracha, bem como a de Bárbara Weinstein que discute não somente o auge da borracha, mas a disputa que havia entre o Pará e o Amazonas que requeriam hegemonia no cenário econômico nacional. Ver WEINSTEIN, Bárbara. “Pará Versus Amazonas”. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

<sup>20</sup> Ver o mapa nº 01 sobre essa região, o qual é pautado na organização racional do espaço e sistematização da exploração. Anexo de imagens, p. 149.

<sup>21</sup> Pere Petit em sua obra “Chão de Promessas”, fruto de sua tese de doutoramento, discute esse intervencionismo estatal vinculando às apropriações do espaço da região amazônica às lutas entre as elites políticas e fundiárias da região na disputa pelo poder hegemônico. Para tanto, Petit parafraseia Antônio Gramsci ou uma de suas concepções teórica, a de região, vista, portanto, como o espaço em que ocorre a disputa pela hegemonia entre distintas classes sociais, além também de se configurar como espaço constantemente remodelado para atender as práticas dos grupos hegemônicos no poder.

<sup>22</sup> HALL, op. cit. p. 24.

<sup>23</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2004, pp. 82-83.

<sup>24</sup> HALL, op. cit. p. 25.

propunha uma “integração” e desenvolvimento acelerados, mas pouco realizou do que tinha se proposto a fazer, deixando marcas de seu pleito em termos de dívidas e de um grande “rasgo” na floresta amazônica que, muito ainda seria alterada sob jugos posteriores<sup>25</sup>. JK em seu governo tinha o chamado Plano de Metas, o qual era composto por 30 metas divididas em seis setores: energia, transporte, alimentos, indústria de base, educação e a construção de Brasília<sup>26</sup>. Com ele a idéia de desenvolvimento se alicerça na abertura de rodovias e na construção infra-estrutural capaz de permitir o crescimento econômico, sobretudo o industrial. Se em Vargas existia a tradicional idéia de uma Amazônia isolada e desprovida, em JK surge a “solução” desenvolvimentista e economicista.

Na década de 60 os olhares nacionais continuam a fitar a Amazônia, é como se a região passasse a ser vislumbrada com outros olhos, pois se começava a descobrir na mesma, novas perspectivas e possibilidades, como se um “novo mundo”, um paraíso estivesse surgindo, tal qual teria sido contemplado por Colombo e tantos outros à época das descobertas marítimas nos séculos XV e XVI<sup>27</sup>. A partir de 1964, essa visão vai se ampliar. O Brasil mergulhou numa ditadura militar, sendo governado por presidentes ligados às forças armadas que se revezavam no poder, o qual foi exercido suprimindo-se as liberdades de expressão e manifestação contrária à política nacional autoritária que se havia instalado no governo federal. Estes ditos militares voltam seus olhares para a Amazônia, principalmente a partir de 1966 com a chamada “Operação Amazônia”<sup>28</sup>, implementada durante o governo do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967) que via na região o caminho para o desenvolvimento e progresso da nação, caso as riquezas locais fossem sistematicamente estudadas, observadas e exploradas corretamente.

A região amazônica passava a ser vista a partir de suas “riquezas”, sobretudo as do subsolo que foi vasculhado em busca de minérios como o ouro, a bauxita, o ferro, o manganês e outros. A floresta que até então se apresentou ora como espaço de beleza natural, ora como local de purgatório de clima equatorial, torna-se, com muito mais ênfase, fonte potencial de riquezas minerais e de outras tradicionalmente comercializadas, mas que neste

---

<sup>25</sup> HÉBETTE, Jean. “Além dos Pequenos e Grandes Projetos: o papel da universidade”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 362.

<sup>26</sup> “Arquivo em imagem”. *Revista da Divisão de Arquivo do Estado*. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 148 p.; il.; 23 m (Última Hora. Série Política; n. 4), p. 55.

<sup>27</sup> BUARQUE, Sérgio C. “Padrões Tecnológicos e Formas de Ocupação da Fronteira”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 32.

<sup>28</sup> COSTA, Francisco de Assis. “Amazônia: modelos econômicos, ideologia e história”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 352.

período foram infinitamente mais exploradas. Tratava-se de riquezas advindas da exploração das madeiras, cultivo dos solos e criação de gado. Ainda havia a capacidade aquífera da Bacia Amazônica que, além de se constituir como a maior bacia hidrográfica do globo terrestre, tem ainda muitos rios propícios à implantação de hidrelétricas extremamente úteis ao fornecimento de energia necessária para viabilizar projetos de siderurgia na região.

Aliada à idéia das potencialidades regionais, persistiu a concepção da Amazônia como um “espaço vazio”<sup>29</sup>, numa percepção que desconsidera sobremaneira os habitantes locais: indígenas e caboclos e suas práticas e costumes. A nova ordem de desenvolvimento pretende incorporar os moradores da região ao mercado nacional e internacional. Este novo desenvolvimento deve, preferencialmente, ser organizado por pessoas que venham a explorar os recursos que a região pode oferecer, normalmente os migrantes, excluindo os que não se encaixavam exatamente neste perfil como as populações tradicionais da Amazônia, em geral formada por pequenos proprietários, sem título legal de terra e que trabalham com a pesca, a produção de produtos regionais de consumo e/ou com a coleta de produtos da floresta.

No contexto dos anos de 1960, era importante, portanto, devassar a Amazônia, conhecê-la e mapeá-la em proveito de uma nova aliança nacional, sempre atendendo ao propósito da exploração de seus “infinitos recursos ambientais”, que atraíam para a região a cobiça secular do grande capital nacional e, principalmente, do internacional. Nesse sentido, temos como exemplo, o caso do espaço de execução do Projeto Jarí, franqueado a partir de 1967, pelo presidente Humberto Castelo Branco ao investidor e especulador internacional Daniel Ludwig que, após desistir do que havia planejado e construído, entrega tudo ao governo brasileiro que o reembolsa por todos os gastos e prejuízos, adquirindo tudo o que havia sido feito no local, inclusive as dívidas contraídas<sup>30</sup>. Ludwig como grande capitalista que era fez uso do tão propalado “fator amazônico”, isto é, da aliança entre o capital internacional inexistente – especulação – e o governo brasileiro que serve de muletas – apoio – para que esse explore os recursos da região, daí Ludwig ter tido a possibilidade de deixar tudo o que havia construído para o governo brasileiro, principalmente as dívidas<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Além dessa concepção estar presente em obras de fins do século XIX como a de Veríssimo outrora citada, também encontramos no século XX essa associação até mesmo em projetos de pesquisa e exploração como o da Comissão Rondon que se arvorava condutora de civilização nos sertões ou interiores do Brasil, especialmente em parte da Amazônia. Ver MACIEL, Laura Antunes. “A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização”. *Projeto História*, nº. 18, São Paulo: EDUC, 1999, 168.

<sup>30</sup> PINTO, Lúcio Flávio. “A Desorganização do Grande Projeto”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 53.

<sup>31</sup> Idem. p. 49.

## **1.1 – Entre planos e realizações: os militares e a abertura da Amazônia ao capital na década de 70.**

Os militares foram além da “reabertura” internacional da Amazônia ao capital estrangeiro. Traçaram planos ambientados nos anos de 1970, os quais já são visíveis desde o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), elaborado durante o governo do general Emílio Garrastazu Médice (1970 – 1974)<sup>32</sup> e o I PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia – 1972 – 74). Nestes planos a ação prioritária era a chamada “integração regional”, que seria efetivada por meio do PIN (Programa de Integração Nacional). Um dos principais veículos de integração do PIN eram as rodovias integradoras. Inicialmente as duas maiores rodovias seriam a Santarém – Cuiabá e a Transamazônica. Ao lado da rodovia vinham os assentamentos organizados pelo PROTERRA (Programa de Distribuição de Terras), que tinha por finalidade a distribuição de terras para a realização da nova ocupação da região via rodovias<sup>33</sup>. Posteriormente, no II PND, lançou-se um segundo PDA (1975 – 79), elaborado em meados de 1973<sup>34</sup>, mas cuja execução era prevista para um período de quatro anos, ou seja, de acordo com o acima mencionado de 1975 a 79.

O II PDA mais do que um projeto elaborado com o aval do Ministério do Interior (MINTER) e tutelado pela SUDAM, substituta da antiga SPVEA<sup>35</sup> estava muito mais vinculado à “valorização” das riquezas regionais e das terras amazônicas como forma de proteção ou segurança nacional diante das denúncias de internacionalização da Amazônia<sup>36</sup>. Todas estas estratégias conjugadas serviam para maximizar a exploração da região e seus diversos recursos ambientais, bem como “integrá-la” e “ocupá-la” sistematicamente como forma de garantir a exploração e a produção de riquezas que seriam remetidas ao Governo Federal ou ao grande capital nacional e internacional. No II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), a SUDAM analisava as propostas previstas e as recomendava. Ela tornou-se o órgão maior interessado em promover o desenvolvimento regional, assim como a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus)<sup>37</sup>. A política mais corriqueira era a de conceder grandes incentivos fiscais e terras a pessoas ou grupos empresariais, cujo interesse era explorar os recursos regionais e povoar a região supostamente desabitada, enchendo-a de imigrantes. Neste planejamento a idéia de desenvolvimento era a palavra de

---

<sup>32</sup> HÉBETTE., op. cit. p. 362.

<sup>33</sup> LOUREIRO, op. cit. p. 96.

<sup>34</sup> II PDA, op. cit. p. 27

<sup>35</sup> PINTO, op. cit. p. 47.

<sup>36</sup> LOUREIRO, op. cit. p. 83.

<sup>37</sup> Idem. p. 97-98.

ordem e, como se sabe bem hoje, ela trouxe toda a sorte de problemas sociais e políticos em sua relação de conflito cotidiano com práticas tradicionais e populações locais seculares<sup>38</sup>.

Dessa forma, o II PDA se apresentava como um verdadeiro dossiê investigativo em que figurava como inquirida maior, a Amazônia, isto é, suas potencialidade vegetais, minerais, fluviais – úteis para construção de hidrelétricas – pesqueiras, entre outras. Um elemento que foi essencial para viabilizar essa investigação consistiu no projeto RADAM-BRASIL<sup>39</sup>, o qual se constituiu em um eficiente sistema de sensoriamento remoto que detectou muitos dos recursos descobertos, principalmente o florestal. Vejamos o que nos diz o II PDA acerca dos usos desse projeto:

[...] Projeto RADAM, visando o levantamento aerofotogramétrico através de radar e outros sensores remotos, de áreas da Amazônia e parte do Nordeste e Estudos Básicos, visando o aproveitamento integrado de vales amazônicos<sup>40</sup>.

PROJETO Nº 01.02 (EP) – PROJETO RADAM [...]. O Projeto consiste no levantamento aerofotogramétrico, através de radar e de outros sensores remotos, de áreas da Amazônia e do Nordeste, numa extensão aproximada de 4 milhões de km<sup>2</sup> e na fotointerpretação das imagens obtidas, nos campos de geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra, para fornecimento das respectivas cartas temáticas e dos relatórios correspondentes<sup>41</sup>.

Como podemos perceber esse “grande espião” tinha como meta analisar a região sob vários aspectos. Para tanto, ele passou a devassá-la e a partir de relatórios emitidos e de pesquisas se chegou ao II PDA. Em termos de exploração “racional” de madeira chegava-se a estimar a geração de divisas em até U\$ 100 milhões de dólares por ano<sup>42</sup>, o que ocasionou uma exploração sem precedentes desse recurso, chegando-se ao ponto em que nos encontramos na atualidade, ou seja, com imensas clareiras na floresta amazônica devido à retirada indiscriminada de madeira e da não efetuação de projetos de reflorestamento. Além disso, há uma contradição no que o próprio governo propõe, pois após incentivar o desmatamento da Amazônia para fins capitalistas, posteriormente é criado o IBAMA<sup>43</sup>, órgão que tem como função proteger a natureza e regulamentar questões que envolvem a exploração indiscriminada da vegetação, animais, etc..

---

<sup>38</sup> Ibidem. p. 106.

<sup>39</sup> II PDA, op. cit. p. 11.

<sup>40</sup> Idem. p. 57.

<sup>41</sup> Ibidem. p. 133.

<sup>42</sup> Idem. p. 12.

<sup>43</sup> BUARQUE, op. cit. p. 34.

Além da madeira, outro recurso arrolado no II PDA se refere às águas da Amazônia, tanto no que diz respeito à produção pesqueira, pela excelente piscosidade, quanto à geração de energia elétrica por meio da construção de barragens ou hidrelétricas na região, devido aos diversos rios com as características ideais para viabilizar esse empreendimento. É interessante frisar acerca desse interesse, sua vinculação com a crise pela qual passava as várias potências mundiais que utilizavam o petróleo como fonte principal de geração de energia elétrica para fabricação de alumínio<sup>44</sup>. Era preciso então, buscar novas alternativas e a custos inferiores ao do petróleo, assim sendo, a Amazônia apresentava-se como lugar perfeito para resolver esses problemas<sup>45</sup>, uma vez que tinha água em abundância, dessa forma, tal qual no período de JK a mesma passa a ser vista sob o prisma da “solução” tanto econômica quanto em termos de ocupação e asseguramento dos domínios fronteiriços.

Com relação à exploração do solo amazônico, foram realizados estudos que possibilitaram detectar a existência de poucos solos férteis na região, mas que somando-se esses espaços, seriam quantidades consideráveis para tornar possível a empresa da agricultura e pecuária que poderiam ser realizadas na região do médio Xingu e Altamira<sup>46</sup>. É relevante esclarecer que essa atitude do estudo sistematizado do solo, do clima e da topografia anteriores à implantação de qualquer projeto agrícola ou pecuário só se concretiza na década de 70<sup>47</sup>, ou seja, após as fracassadas experiências vivenciadas tanto por Henry Ford em 1945<sup>48</sup>, quanto por Daniel Ludwig que, não procurou analisar mais detidamente se o tipo de solo e clima na região do Jarí eram propícios ao que pretendia cultivar (arroz e *gmelina arbórea* para a produção de celulose)<sup>49</sup>.

O subsolo também foi alvo de pesquisas sistemáticas, sendo descobertos essencialmente sete tipos de minérios: bauxita, calcário, caulim, cassiterita, ferro, manganês, e sal-gema, os quais seriam explorados em sua maioria com fins de exportação em larga escala, assim como já vinha ocorrendo com os dois últimos minérios citados<sup>50</sup>. Alguns desses passaram a serem beneficiados na própria região a partir de outros projetos, como a bauxita – alumínio – o calcário – insumo básico para a fabricação de cimento – entre outros.

---

<sup>44</sup> NETO, Frederico Tarsitano. “A Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Indústria de Alumínio na Amazônia”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 76.

<sup>45</sup> II PDA, op. cit. p. 13.

<sup>46</sup> Idem. p. 13.

<sup>47</sup> Ibidem. p. 14.

<sup>48</sup> Esse grande empresário e industrial inglês instala na Amazônia a Ford Motor Company com a pretensão de plantar seringueiras para substituir a extração nativa de Fordlândia. Sua empreitada fracassa por vários motivos, mas o principal é desconhecimento com relação à natureza amazônica.

<sup>49</sup> PINTO, op. cit. p. 52.

<sup>50</sup> II PDA, op. cit. 14.

Outro aspecto investigado foi a demografia regional, sobre a qual se chegou a conclusão de que era insipiente, precisando-se que viesse mais pessoas para viver e, conseqüentemente, trabalhar na mesma de modo a propiciar seu desenvolvimento, pois como já mencionamos, comumente se associava o “progresso” na Amazônia como um processo exógeno, ou seja, que poderia ocorrer, mas trazido de fora para dentro, como se seus habitantes mais antigos não tivessem a capacidade de empreendê-lo. Assim, pensou-se numa possibilidade que poderia resolver o problema da fronteira demográfica amazônica e, juntamente, outras questões. O ideal desenvolvimentista e ocupacionista voltou-se para a construção de grandes estradas e o povoamento de suas margens. Segundo o que está escrito no II PDA, na época do incentivo à migração, já se previa um povoamento acelerado da região, haja vista que essa despontava no cenário nacional, como a esperança de se conseguir um futuro melhor. Acompanhemos abaixo um trecho extraído do documento acima citado que se refere à ocupação inicialmente insipiente e que, posteriormente, tende a se alastrar ao longo das estradas:

A Amazônia Legal é uma das regiões menos povoadas do mundo, e assim continuará sendo durante muitos anos. A densidade demográfica não é uniforme em todo o território amazônico. Ao lado de grandes áreas praticamente vazias, verifica-se uma concentração relativa nos grandes centros urbanos e ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes. Daqui em diante prevê-se a ocorrência de fenômenos semelhantes ao longo das rodovias que estão sendo implantadas e na área de influência dos grandes projetos de mineração<sup>51</sup>.

O que temos no fragmento acima, é inicialmente, uma espécie de lema de época acerca do baixo e irregular povoamento da Amazônia e sua continuidade, seguido de uma justificativa para construção de estradas e projetos minerais, isto é, a presunção de que esses assegurariam um povoamento às suas proximidades, tal qual já existiriam ao longo do rio Amazonas e de alguns de seus afluentes, bem como dos rios de outros Estados circunscritos na região. Mas o que o governo com seus projetos desenvolvimentistas e diagnósticos do tipo do II PDA parece não privilegiar era o ônus destas intervenções de ritmo acelerado. À época, o que era essencial era o chamado povoamento. O próprio documento citado menciona claramente que a absorção populacional oriunda do Nordeste não era sinônimo de crescimento regional – eram vistos como os migrantes indesejados em certos

---

<sup>51</sup> Idem. p. 14.

momentos – porém, ainda assim essa migração foi bastante incentivada tanto pelo próprio governo, quanto por aqueles que se deslocavam e mantinham contato com outras pessoas – parentes e amigos – de seus locais de origem. Acompanhemos no fragmento abaixo como acaba se processando a política de colonização na Amazônia:

Também no programa de abertura da frente de colonização se identificam falhas importantes. Com efeito, o objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar o crescimento regional e não vincula, como deveria, a elevação do nível de vida à expansão do emprego produtivo<sup>52</sup>.

Observamos na citação o reconhecimento de falhas com relação à política de colonização regional a partir do incentivo à vinda de pessoas do Nordeste, bem como também a concepção da Amazônia como um espaço vazio, porém pouco menciona as medidas a serem adotadas para sanar um problema criado pelo próprio governo que estimulou a migração, talvez porque mesmo sendo ineficiente para trazer o desenvolvimento regional, mas ainda assim servia para resolver em parte a situação conflituosa do Nordeste que se encontrava imerso em conflitos agrários envolvendo as disputas por terra. Nesse sentido, o governo federal realizou uma transferência dos conflitos ocorridos naquela região para a área da Amazônia Legal, na qual se construíam estradas para dar acesso a terra, mas tornava-se esse acesso dificultoso por conta das poucas possibilidades de investimento destinado aos pequenos produtores. Então, o binômio ocupação / colonização na Amazônia desde esse período tende a tornar acirrado os ânimos das populações locais e migrantes que chegavam causando conflitos sem precedentes na história da região ao longo do século XX e, mesmo do XXI<sup>53</sup>.

Nessa perspectiva o processo de ocupação ao longo de rodovias estimuladas pelo governo e inclusive planejada no II PDA com os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) vai acontecer, mas trazendo consigo muitos conflitos que redundarão em expulsão de

---

<sup>52</sup> Ibidem. pp. 18-19.

<sup>53</sup> Dois episódios ganharam notoriedade nacional e internacional no mesmo espaço de abrangência do Estado do Pará: o primeiro foi inclusive alvo de análises, polêmicas e produções, como o caso de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, quando a Polícia Militar do Pará vitimou 19 trabalhadores sem-terra no citado município, após violento confronto entre os dois grupos, caso que como podemos ver na obra de Ademar da Silva Campos “Confronto em Eldorado dos Carajás: Trágica Conseqüência do Processo Histórico de Concentração de Terras no Brasil”; o segundo, aconteceu recentemente, em 2005, ocasião em que foi assassinada a religiosa norte-americana Dorothy Steing, cuja luta em defesa da implantação de projetos de exploração sustentável no município de Anapú, no sul do Pará, causou descontentamento à fazendeiros e industriais madeireiros da região, os quais tramaram e contrataram sua morte.

camponeses e, até mesmo, muitas mortes daqueles que pouco tinham para combater em nome da terra tão sonhada. O tal sonho passa então, a se tornar um terrível pesadelo do qual muitos camponeses não conseguem se livrar. E os planos governamentais que previam a ocupação territorial como estratégia para elevar o nível de segurança na área por meio da fronteira econômica<sup>54</sup> acaba trazendo algo contraditório a isso, pois a região alvo de especulação de fazendeiros – pertencentes ao seu próprio espaço territorial e também oriundos de outras regiões do Brasil, como Nordeste e Sul – se torna palco de muitas disputas por terra entre os distintos sujeitos sociais que passam a ocupá-la.

## **1.2 – Da região aos estados: planejamento e desenvolvimento por zonas de exploração.**

Além das já mencionadas estratégias de exploração da região amazônica outra que merece ênfase é o POLAMAZÔNIA<sup>55</sup>, que consiste num projeto de exploração integrada de vários setores, como a agricultura, a pecuária e a mineração distribuídos por Estados: Pará (Carajás, Trombetas, Altamira e Marabá); Maranhão (Pré-Amazônia maranhense confinante com Carajás); Amazonas (Juruá, Solimões e Médio Amazonas); Além do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia<sup>56</sup>. Vejamos o que nos diz sobre esse projeto o II PDA:

Inclui também o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA – visando promover o aproveitamento integrado das potencialidades regionais e um marco decisivo no esforço de integrar a economia amazônica no contexto nacional, como fator dinâmico do crescimento do PIB; [...]<sup>57</sup>.

PROJETO Nº 01.03 (EP – PO) – PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA (POLAMAZÔNIA) [...]. A criação do POLAMAZÔNIA, com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades florestais, minerais, agropecuárias, agro-industriais e as atividades urbanas em áreas prioritárias da Amazônia, será um dos principais pontos de apoio para o desenvolvimento da Região. O programa contará com recursos no valor de Cr\$ 4,00 bilhões, a preços de 1975, sendo 2,5 bilhões para o período de 1974 a 1977,

---

<sup>54</sup> II PDA, op. cit. p. 29.

<sup>55</sup> Ver o mapa nº 02 do POLAMAZÔNIA, isto é, sua área de abrangência e os setores a serem explorados de acordo com as potencialidades locais. Anexo, p. 150.

<sup>56</sup> II PDA, op. cit. pp. 53-54.

<sup>57</sup> Idem. p. 57.

consoante o Decreto baixado pelo Presidente da República a 25 de setembro de 1974<sup>58</sup>.

Esse programa cuja responsabilidade é da Secretaria de Planejamento, do MINTER, SUDAM e BASA tinha a duração prevista de cinco a seis anos para ser executado e começar a dar os frutos devidos que se pretendia colher integralmente, isto é, associando-se os tipos de exploração agrícola, vegetal, pecuária e mineral, além da questão da colonização dirigida que permitiria a viabilização das atividades com o desafio de expandir as fronteiras econômicas da Amazônia gerando divisas para o país. Dessa forma, nesse único programa estavam previstas as formas de exploração dos recursos regionais como a **madeira**, com o incentivo a derrubada de grandes áreas asseguradas legalmente e financiada por recursos externos a serem repassados pelo BASA como atividade que contribuiria com o processo de colonização; a **pecuária** de corte para fornecer carne para o mercado interno e externo financiada por recursos internacionais repassados pelo BASA; os **recursos minerais** visando atender à demanda do mercado externo devidamente avaliada pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) responsável pela emissão de licitações para as empresas exploradoras, bem como pela SUDAM; **a agricultura, abastecimento, colonização e extrativismo** objetivando promover essas atividades como forma não apenas de explorar e desenvolver economicamente a região amazônica, mas também ocupá-la e integrá-la ao contexto nacional. Essas eram pelo menos, as premissas defendidas por aqueles que propunham tais projetos que recebiam apoio logístico da SUDAM, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), da SUDHEVEA (Superintendência do Desenvolvimento da Heveicultura) e do BASA; **a pesca dividida em empresarial e artesanal**, como forma de suprir as necessidades do mercado consumidor nacional e internacional, bem como garantir a continuidade da exploração pelas pessoas da própria região; **indústria de transformação** com a finalidade de transformar matérias-primas exploradas na região como madeiras, couro, borracha, mel, e outros em produtos manufaturados ou industrializados primariamente; **energia**, necessária para viabilizar muitos outros projetos que estavam sendo implementados, principalmente aqueles na área de siderurgia, sendo fornecida por meio da utilização do potencial hídrico existente na Amazônia, com a construção das UHEs (Usinas Hidrelétricas); **transportes**, com fins de viabilizar a circulação de mercadorias, o trânsito de pessoas e a integração da região às outras

---

<sup>58</sup> Ibidem. p. 134.

regiões do país; **comunicações**, também com fins de integração regional; **educação**, cuja finalidade era melhorar a qualidade do ensino regional e preparar mão-de-obra qualificada para trabalhar nos projetos; **saúde e saneamento**, para melhorar a qualidade da saúde na região, haja vista que essa desde muito tempo era considerada insalubre e por vezes havia impedido o crescimento regional devido aos índices de doenças proliferadas; **habitação**, pretendendo fixar a população no local em que essa havia se instalado com fins de garantir o povoamento contínuo, evitando a mobilidade e migração inter-regional; **turismo**, para explorar o grande potencial turístico que a Amazônia apresenta gerando lucro ao mercado regional; **desenvolvimento de comunidade**, para criar laços entre as pessoas que habitavam determinada localidade mantendo-as unidas e vivendo sob as mesmas perspectivas econômicas locais; **planejamento e organização administrativa municipal**, incentivando a organização e administração de localidades como forma dessas possibilitarem a exploração dos recursos nas suas áreas jurisdicionais, o que traria o tão cobiçado desenvolvimento em amplos sentidos.<sup>59</sup>

Além do POLAMAZÔNIA e do RADAM – BRASIL, outros projetos deveriam funcionar integradamente, eram o Programa do Trópico Úmido e os Estudos dos Vales Amazônicos, os quais segundo o II PDA, objetivavam respectivamente:

PROJETO Nº 01.01. (EP-PO) – PROGRAMA DO TRÓPICO ÚMIDO [...]. Esse programa foi instituído em 1971, através de Decreto cabendo a sua coordenação ao Conselho Nacional de Pesquisas, assessorado pela SUDAM. Visa coordenar a contribuição da ciência e da tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e à preservação do equilíbrio ecológico da Região Amazônica. O programa contempla pesquisas agrícolas; pedológicas; florestais; pesquisas sobre medicina tropical; e, treinamento e especialização de pessoal<sup>60</sup>.

PROJETO Nº 01.04. 01 (EP) – ESTUDOS DE VALES AMAZÔNICOS [...]. Trata-se de estudos que, além de permitirem a curto e médio prazo a revelação das potencialidades regionais, as tendências de crescimento e organização espacial da economia, e de dar uma orientação segura para a ação do poder público, conduzirão à montagem de planos básicos de desenvolvimento integrado que darão condições para promover a ocupação dos vales de forma racionalmente orientada e a exploração dos recursos naturais de maior repercussão, garantindo assim a elevação dos níveis de renda e emprego regional<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Idem. pp. 58-89.

<sup>60</sup> Ibidem. p. 133.

<sup>61</sup> Idem. p. 135.

O que podemos notar é que distintamente cada projeto pretende, à sua maneira, viabilizar uma exploração sistematizada dos recursos amazônicos, contribuindo para que essa empresa seja bastante eficaz. O Programa do Trópico Úmido, por exemplo, trata de pesquisas acerca das reais condições climáticas, potencialidades do solo, da floresta e como todos esses saberes podem somar para que a habitação humana se constitua de maneira mais saudável possível. Pretende tornar as pessoas fixas, haja vista que o estudo das doenças tropicais, cuja incidência muito tem contribuído para a evasão populacional de nossa região em vários momentos de nossa história, têm apontado para a migração e o clima como relevantes fatores de contágio. É o caso da malária que, tão bravamente grassou na época da construção da estrada de ferro Madeira – Mamoré e que tanto tem assolado a Amazônia nesse período de implantação do chamado desenvolvimentismo<sup>62</sup> e interferência no ambiente<sup>63</sup>. Vejamos a que nos remete a esse respeito o II PDA, especialmente quando menciona os lavradores migrantes e sua interação com os demais habitantes da região e o ambiente em si:

Afora esse aspecto predatório da sua presença, os lavradores imigrantes (2)<sup>64</sup> tendem a estabelecer com os habitantes do meio rural da Região um mórbido regime de trocas de doenças, contraindo algumas que não tinham (malária, “febre negra de Lábrea”) e transmitindo outras estranhas ao ambiente (esquistossomose)<sup>65</sup>.

Nesse breve fragmento contido no II PDA e em outros, a preocupação com as doenças é latente, haja vista que essas interferem na fixação do migrante, elemento que destoa dos planos para a ocupação e desenvolvimento da região, daí ser de interesse do governo a criação de um projeto como o Programa do Trópico Úmido que venha a dar mais informações sobre as condições climáticas, pedológicas, florestais e medicinais, objetivando de uma vez

---

<sup>62</sup> A malária, nesse sentido, parece assemelhar-se à peste negra que grassou na Europa no século XIV, à época das grandes navegações e trânsito de mercadorias e pessoas, não em números de mortes, mas em termos do contágio e rápida propagação da doença como um caso de saúde pública nacional devido aos fluxos migratórios que vieram a Amazônia, principalmente a partir das décadas de 60 e 70, o que foi discutido por Rosa Carmina de Sena Couto em seu artigo “Malária: O Custo Social da Hidrelétrica de Tucuruí-PA, Brasil”.

<sup>63</sup> COUTO, Rosa Carmina de Sena. “Malária: O Custo Social da Hidrelétrica de Tucuruí-PA, Brasil”. COUTO, Rosa Carmina de Sena et al. (orgs.). *Saúde, trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia*. Belém: NAEA, 2002, pp. 107-108.

<sup>64</sup> O II PDA com essa nota explica que o imigrante não pode ser responsabilizado individualmente por essa interação doentia, mas acredito que a explicação se dá num contexto de incentivo à vinda dos mesmos por parte do governo no áureo período da borracha no século XIX e, pelos sonhos e esperanças que os traziam em busca do El Dourado amazônico, ou seja, só pode ser compreendido quando se associa a influência de ambos os fatores.

<sup>65</sup> II PDA, op. cit. p. 19.

por todas retirar da Amazônia o estigma de insalubridade que já vem lhe sobrecarregando há bastante tempo.

Já o projeto de Estudo dos Vales Amazônicos vem para somar com todos os outros já anteriormente mencionados, apenas especificando os vales amazônicos como locais prováveis de explorações, haja vista que a partir do zoneamento feito sobre essas áreas torna-se possível uma maior e eficiente exploração seletiva desses espaços, uma vez que suas potencialidades já foram previamente analisadas e avaliadas pelos três outros projetos mencionados, a saber, o RADAM, o POLAMAZÔNIA e o Programa do Trópico Úmido.

Os interesses do governo brasileiro durante o período da ditadura militar no Brasil e do capital internacional sobre a Amazônia são viáveis com a exploração sem precedentes que muito prejudicou em termos de natureza e da própria população regional e migrante. É preciso, portanto, que possamos compreender em meio a tudo isso, como se processam as histórias dos lugares que se engendraram em meio a todo esse conturbado cenário de transformações naturais, políticas, sociais e culturais da Amazônia, como é o caso de Tailândia que pretendo discutir mais detidamente à frente. É preciso, portanto, ressaltar que a necessidade de voltar às temáticas já discutidas, como à dos distintos projetos para a Amazônia se fez devido ao contexto tailandense estar interligado a eles, na medida em que as transformações ocasionadas na região contribuíram para que se desse o processo de constituição dessa cidade. Para tanto, vejamos inicialmente as sendas em que se detiveram e caminharam o Maranhão e o Pará a partir das décadas de 60 e 70 respectivamente, em face do contexto nacional e regional e das conexões existentes entre ambos, tanto em termos de natureza, quanto de relações sociais. Avancemos à próxima temática deste capítulo.

### **1.3 – Diálogos entre histórias: o Maranhão e o Pará nos anos de 1960 a 1970.**

Em meio a todo esse conturbado conjunto de interesses que se voltam para a Amazônia, alguns Estados dessa região vão ganhar lugar de destaque, como o Amazonas – por suas potencialidades hídricas – o Amapá pela descoberta das jazidas de manganês que já vinham sendo exploradas pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A) e especialmente, o Pará – cujos recursos não se restringiam apenas às suas águas, mas também às expectativas de uso do solo, vegetação abundante com a exploração madeireira, além dos minérios descobertos e o Maranhão, região fronteira àquele e, que mais tarde, se mostraria estratégica no escoamento do minério de ferro advindo da prospecção em Carajás.

Sabemos que havia elos entre o Maranhão e o Pará desde o início do processo de ocupação européia na região<sup>66</sup>, mas nos deteremos em alguns caminhos percorridos por essas duas unidades nos períodos que abrangem as décadas de 60 e 70 respectivamente e nas ligações estabelecidas nessa época, quando ambos foram alvo de diversas ações governamentais.

Como já mencionamos anteriormente, desde princípios de 1964 já se desenhava no Brasil um cenário de crise política que culminou no golpe militar de março. Estas notícias circulavam no Pará e em seus jornais<sup>67</sup>. A imprensa local exaltava o primeiro presidente da “era militar”, o General Humberto de Alencar Castelo Branco<sup>68</sup>, o qual era percebido como alguém que se voltaria mais para a Amazônia e, predominantemente para os Estados citados com perspectivas de implementar o desenvolvimento do país, ao mesmo tempo proporcionando a sua interligação<sup>69</sup>.

Além das dívidas e conflitos políticos, o Brasil era palco também de disputas por terras em Minas Gerais e em alguns Estados do Nordeste<sup>70</sup>, bem como também no Paraná, onde ocorreu em 1964, um levante de 500 colonos protestando contra as desapropriações de pequenos produtores efetuadas pelo governo em benefício a latifundiários locais<sup>71</sup>. No cenário nacional desenhava-se uma luta especialmente nos espaços rurais entre o capital e o trabalho<sup>72</sup>, na medida em que os pequenos produtores espoliados e expropriados de suas terras passaram a enfrentar os donos do capital por meio de invasões ou conflitos armados, além da

---

<sup>66</sup> É certo que o Maranhão e o Pará já mantinham relações econômicas, políticas e culturais há bastante tempo, desde antes da independência do Brasil, pois ambos por muito tempo integraram o Estado do Grão-Pará e Maranhão ou vice-versa, o que nos possibilita visualizar que a ligação entre esses que a princípio parece ser algo típico apenas do século XX, já existia bem antes da própria implementação da ditadura militar, visto que data, mormente do século XVIII, intensificando-se por volta de 1755-1778, quando é criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o que permitiu o crescimento desses Estados, bem como de suas economias que juntas exportavam, em 1796 e 1799 cerca de 13,6% dos produtos remetidos à metrópole portuguesa pelo então Brasil, tendo esses números aumentado significativamente para 19% entre 1804 a 1807, ocupando o quarto lugar entre as capitanias exportadoras, de acordo com o que foi abordado no artigo de Magda Ricci, antes citado. Fica claro nesse estudo que já nessa época, a circulação pelos rios envolvia mais do que o simples trânsito de mercadorias, mas era também o de pessoas que trocavam idéias, costumes e compartilhavam saberes.

<sup>67</sup> *O Liberal* – 06/01/1964 (e também em outras datas do referido mês), p. 02. Arquivo do CENTUR (Centro Cultural Tancredo Neves), Belém – Pará.

<sup>68</sup> *Idem* – 13/04/1964, p. 05. Arquivo do CENTUR.

<sup>69</sup> É importante salientar que a nação encontrava-se já desde fins do governo de Juscelino Kubitschek imersa em dívidas pela construção da nova capital federal – Brasília – bem como de outra obra de vulto, a Belém – Brasília, mas essas obras e principalmente a rodovia, foram precursoras de tantas outras construídas e outras dívidas significativas contraídas para possibilitar a viabilização desse modelo de progresso que tinha como uma das âncoras, a integração regional.

<sup>70</sup> *O Liberal*, op. cit. fevereiro de 1964 (muitas notícias foram veiculadas nesse jornal sobre a questão fundiária ao longo do referido mês, abordando Estados do Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil). Arquivo do CENTUR.

<sup>71</sup> *Idem* – 12/08/1964, p. 01. Arquivo do CENTUR.

<sup>72</sup> Merece ênfase o fato de que o processo de industrialização estava predominantemente circunscrito aos espaços urbanos, o que não quer dizer, que não ocorriam movimentos na cidade, pelo contrário, eram marcantes as marchas e manifestações realizadas pelos cidadãos.

própria concorrência por espaço no mercado de trabalho ou nas formas que esse trabalho se apresenta, isto é, principalmente o trabalho rural ou na produção agrícola, para qual era necessária a propriedade de terras. Outro fator que nesse ano contribuía com a celeuma nacional era o aumento mundial do preço dos combustíveis, o que encarecia a energia elétrica<sup>73</sup> causando uma série de problemas às indústrias que tentavam se implantar no Brasil. Era preciso, portanto, buscar novas alternativas para resolver todas essas questões que se apresentavam e mais ainda, desenvolver o país e inseri-lo no mercado capitalista. A saída encontrada foi justamente a Amazônia que, desde início da década de 60 ou de antes, vinha sendo alvo de investidas e especulação quanto às suas potencialidades.

A proposta de construção de estradas pretendia dissolver os conflitos fundiários travados em várias partes do país como já foi mencionado e, a vinda dos remanescentes conflitantes para a região poderia ser a solução para os problemas, uma vez que se aplicaria simultaneamente as políticas de integração e ocupação, difundidas pelos jargões “Integrar para não Entregar” e “Terras sem Homens, para Homens sem Terras”. Essas concepções e práticas políticas vão fomentar a vinda maciça de migrantes que irão se instalar principalmente na Amazônia Oriental<sup>74</sup> ao longo das rodovias recém – abertas, o que vai intensificar os conflitos agrários na região, transplantando para essa, as disputas ocorridas em outras unidades estaduais do Brasil e mesmo, constituindo novo mosaico de conflitos, na medida em que nos Estados do Maranhão e do Pará e em outras partes da Amazônia, não irão ocorrer simplesmente entre posseiros e latifundiários, mas também entre esses e as diversas nações indígenas que se viram envolvidas nas contendas por terem suas terras invadidas para exploração de madeiras e outros recursos, perdendo muitas vezes juntamente com as terras, parte de seus hábitos e culturas ancestrais. Nessa perspectiva, a Amazônia é vista como um espaço em construção, projetado para ser explorado pelo capital e não como um espaço que abriga costumes e histórias ancestrais dos povos que a habitavam<sup>75</sup> desde tempos bastante longínquos<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> Ibidem – 24/07/1964, p. 01. Arquivo do CENTUR.

<sup>74</sup> CASTRO, Edna. “Industrialização, Transformações Sociais e Mercado de Trabalho”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 96.

<sup>75</sup> MAGALHÃES, Antônio Carlos. “As Nações Indígenas e os Projetos Econômicos do Estado”. HÉBETTE, Jean (org.), *O Cerco Está se Fechando: O Impacto do Grande Capital na Amazônia*, Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1991, p. 107.

<sup>76</sup> Nesse sentido, podemos ressaltar as culturas marajoaras e tapajônicas entre outras, cuja existência foi constatada com os achados de diversos artefatos arqueológicos encontrados na região do Marajó e Tapajós, datando de aproximadamente 1.500 a. C., as quais desapareceram desde o século XVIII, mas que certamente deixaram suas influências sobre a cultura desses povos, cujos territórios ancestrais continuaram a serem fruto de

Vejamos então, o crescimento demográfico dos Estados do Pará e Maranhão, desde a década de 1960 até 2000, cujos índices são reflexo da política imigrantista que incentivava a vinda de pessoas de outros Estados para esses, auxiliados pela construção de estradas.

Tabela nº 01: População do Brasil, Pará e Maranhão de 1960 a 2000.

Áreas Geográficas	7º Recenseamento Geral de 1960	8º Recenseamento Geral de 1970	9º Recenseamento Geral de 1980	10º Recenseamento Geral de 1991	11º Recenseamento Geral de 1996	12º Recenseamento Geral de 2000
<b>BRASIL*</b>	70.967.185	94.508.554	121.150.561	148.825.475	157.079.573	169.872.856
<b>PÁRÁ</b>	1.550.935	2.197.072	3.507.312	4.950.060	5.510.849	6.192.307****
<b>MARANHÃO</b>	-	2.945.775**	3.996.404***	-	-	5.651.475****

\* Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Sinopse Preliminar do Senso Demográfico – Brasil (Fundação IBGE – Unidade Estadual do IBGE no Pará / Setor de Documentação e Disseminação de Informações – SDDI / PA).

\*\* Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Maranhão – VIII Recenseamento Geral – 1970, Série Regional, V. I – Tomo V.

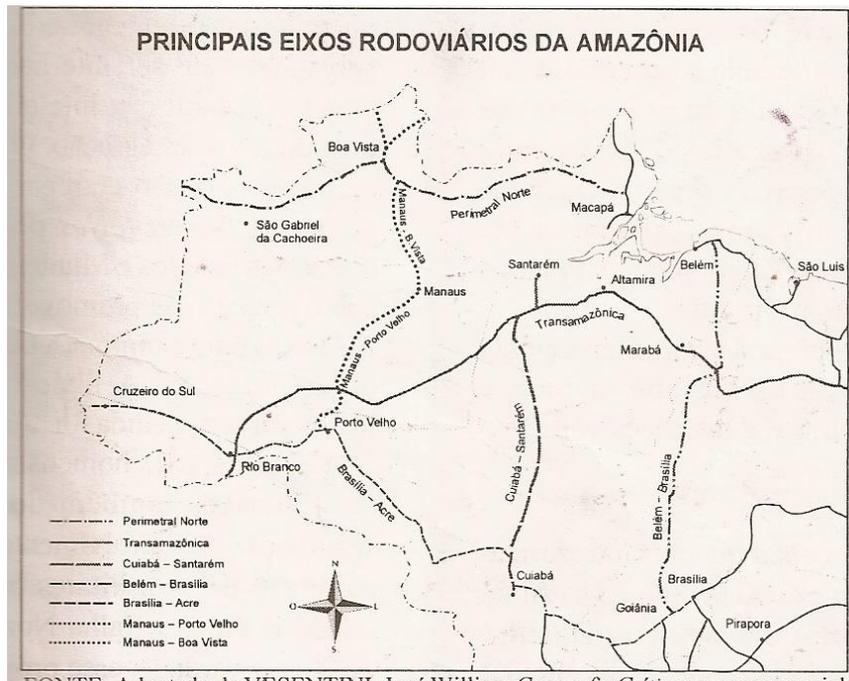
\*\*\* Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Maranhão – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980, V. 1 – Tomo 4 – Número 7.

\*\*\*\* Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Características da população e dos domicílios / Resultado do universo.

Obs.: Os espaços não preenchidos se devem ao fato de eu não haver encontrado disponível os respectivos dados para preenchê-los.

Como é possível visualizar na tabela nº 01, o crescimento demográfico que se processa no Brasil de um modo geral e, nos Estados do Pará e Maranhão foi significativo e a população do Pará, antes bastante minoritária em relação ao Maranhão, tornou-se mais densa. Neste contexto, o Maranhão passa a ser um exportador de homens. O Maranhão com a construção da Belém – Brasília passou por um processo de reestruturação econômica, cultural e social, pois na década de 60, o fluxo migratório para esse Estado, especialmente para a cidade na beira desta rodovia, foi estimulado. Vejamos o mapa abaixo que traz algumas estradas amazônicas, especialmente a Belém-Brasília e a interligação dessa com o Maranhão, o que certamente contribuía para a conexão entre o Pará e o Estado maranhense, bem como para o crescimento populacional em ambos devido a abertura de mais essa rodovia.

Mapa nº 03: A Belém-Brasília e outras estradas.



Fonte: Adaptado de VESENTINI, José Willian. Geografia Crítica: o espaço social e o espaço brasileiro. São Paulo: Ática, 1991. Vol. 2, p. 81<sup>77</sup>.

No mapa acima há a demarcação da capital São Luís, mas é possível dizermos que além dessa, uma cidade pólo de projetos como Açailândia no interior do Maranhão era foco de muita migração. Neste primeiro momento o fluxo migratório se deslocava das regiões de seca nordestina para o Maranhão da Belém-Brasília. Tratava-se de nordestinos vindos dos Estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, posteriormente, chegaram também migrantes da Bahia e Minas Gerais. Em geral, minhas fontes orais levam a crer que muitos baianos vinham para cidades como Açailândia para conseguir terras e trabalho, constituindo-se, portanto, em agricultores. Já os migrantes de Minas Gerais, normalmente eram mais “remediados financeiramente”, migrando para montar comércios e serrarias<sup>78</sup>. Vejamos o que nos diz a Sr<sup>a</sup> Gildete relacionando esse contexto aos motivos que levaram à vinda de sua família da Bahia para o Maranhão, ao ser por mim entrevistada:

<sup>77</sup> MONTEIRO, Alcides et al. *O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente*. Belém: UFPA/NPI, 1997, p. 37.

<sup>78</sup> CARNEIRO, Marcelo Sampaio. “O Programa Grande Carajás e a Dinâmica Política na Área de Influência da Ferrovia: Políticas Públicas e Poder Local na Amazônia”. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, pp. 193-194.

Porque meu pai trabalhava na fazenda do meu avô, com roça, lá não tinha mais mata. Aí meu tio veio e achou fácil, terra, mata. Aí ele comprou as terras e voltou para pegar os irmãos que era mais carente: meu pai e mais as quatro famílias. Em 1973, viemos de caminhão, pau-de-arara, veio todo mundo nesse caminhão, cinco famílias. Acho que foi oito dias, parecia que estava indo era pros Estados Unidos. Foi uma viagem muito ruim, péssimo, passava de hora de banhar, não tinha hora pra banhar. A comida era dentro de uma lata. Por incrível que pareça, a minha tia tinha feito uma lata de farofa, biscoitos, incrível! Quando mamãe foi procurar tinha sumido, acho que foram os trabalhadores. A Edinha minha irmã mais nova tinha quarenta dias de nascida<sup>79</sup>.

A Sr<sup>a</sup>. Gildete narra não apenas o que trouxe sua família, a falta de terras, de oportunidades, mas também aponta para o Maranhão nessa época como um lugar que oferecia condições àqueles despossuídos que buscavam se remediar diante das agruras da vida levada em seus locais de origem, como a Bahia, nesse caso. Essa senhora informalmente chegou a relatar-me instantes após a entrevista que, as dificuldades no Estado baiano eram muitas, principalmente para quem vivia no campo, pois segundo ela, certos gêneros alimentícios eram escassos, como o arroz, legumes e verduras, etc., o que tinha em abundância era o feijão que constituía parte significativa da base alimentar de sua família. Outro elemento interessante presente na narrativa da Sr<sup>a</sup> Gildete consiste na descrição da viagem da Bahia para o Maranhão, realizada em um caminhão pau-de-arara – transporte bastante comum tanto no Nordeste quanto no Norte – que levou sua família e mais quatro pertencentes aos seus tios e conhecidos, o que nos permite perceber certa intensidade do fluxo migratório que circulava nesse período em direção ao Maranhão, bem como a outros Estados, além de possibilitar a visualização de como era a estrada pela qual vinham esses migrantes, possivelmente a Belém – Brasília, certamente em mal estado de conservação, haja vista que a referida senhora classifica a viagem com adjetivos como ruim e péssima. É possível notarmos que os discursos governamentais de interligação se concretizavam na prática até certo ponto, mas se contradiziam em outros momentos por não haver – na medida em que se queria também desenvolver – um cuidado maior com as “vias de acesso ao progresso”, como é evidente na fala da Sr<sup>a</sup>. Gildete.

A família da Sr<sup>a</sup>. Gildete assim como as outras quatro unidades familiares foram viver justamente em Açailândia desenvolvendo a atividade agrícola e de criação de animais como porcos e galinhas. Nesse período, Açailândia teve um crescimento demográfico bastante célere, porém desestruturado, carecendo de políticas públicas que viessem para

---

<sup>79</sup> Gildete Sousa dos Santos, natural de Tarantins – Bahia – 47 anos – vendedora ambulante. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

erradicar diversos problemas, como: a saúde bastante deficitária, uma vez que ainda não havia posto médico nas proximidades; a educação, cujas escolas municipais eram precárias e não havia escola estadual na localidade; a energia e água eram deficientes e o processo de urbanização era completamente caótico, sem nenhum planejamento estrutural<sup>80</sup>. Acompanhemos o que nos fala a entrevistada ao ser indagada sobre as condições de educação e saúde no Maranhão nessa época:

Saúde, não tinha saúde na época, educação não tinha, era pior do que aqui demais. O professor era pago pelo tio Dimas<sup>81</sup> e vinha gente de longe estudar lá. Tinha muita malária. Meu irmão Neinho deu malária acho que umas dez vezes<sup>82</sup>. Eu dei malária só uma vez, mas passei uma ano e seis meses. Hoje tem gente que diz que pega muita malária, pega nada! É que não cura e fica indo e voltando direto<sup>83</sup>.

As condições evidenciadas na fala de ambos os entrevistados mostra a precariedade não apenas da educação, mas da saúde no Maranhão, o que muito contribuiu para que se ascendesse nesse Estado, especialmente em Açailândia, uma elite política médica, haja vista que a saúde era difícil e tornava-se um poderoso instrumento de campanhas políticas e de enriquecimento. Vejamos o que nos dizem sobre isso os entrevistados acima mencionados em um livre relato concedido na entrevista:

Lá um primo meu quando chegou pra lá só com um diploma na mão, hoje ta rico, é dono do Hospital Jerusalém em Açailândia. E aí foram surgindo outros, em todo lugar tem uma clínica (pausa)<sup>84</sup>.

A saúde evoluiu quando esses dois homens chegaram: o dr. Deusdete e dr. Antônio e dr. Daniel que trabalharam com ele<sup>85</sup>. Lá sempre era tudo médico e político(pausa)<sup>86</sup>.

---

<sup>80</sup> CARNEIRO, op. cit. p. 204.

<sup>81</sup> O “tio Dimas” mencionado pela entrevistada é o tio que a trouxe da Bahia para o Maranhão juntamente com seus familiares e proprietário da fazenda em que ainda viviam após terem se instalado em Açailândia. É importante mencionar que quando realizava a entrevista com essa senhora, seu esposo se fez presente e por vezes falou, incluindo-se na mesma, por isso algumas de suas falas foram recolhidas por contribuírem com esse trabalho.

<sup>82</sup> Gildete Sousa dos Santos, natural de Tarantins – Bahia – 47 anos – vendedora ambulante. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>83</sup> José Gabriel Sousa dos Santos, natural de Vitorino Freire – Maranhão – 51 anos – madeireiro. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>84</sup> Gildete Sousa dos Santos, natural de Tarantins – Bahia – 47 anos – vendedora ambulante. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>85</sup> Ele a quem o entrevistado menciona é o primo de sua esposa que, teria enriquecido trabalhando na área de saúde em Açailândia exatamente nessa época.

<sup>86</sup> José Gabriel Sousa dos Santos, natural de Vitorino Freire – Maranhão – 51 anos – madeireiro. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

Acho que devido mexer com o povão conseguia se eleger e lá tinha muita facilidade com saúde, pras pessoas fazer tratamento. Hoje lá tem muita facilidade, quase todo lugar tem posto, clínica, por isso que eu pensava que Tailândia ia ser quase igual a Açailândia quando chegasse a energia, mas não foi!<sup>87</sup>

A entrevistada, mesmo narrando sobre algo do passado se remete a outro passado mais próximo, o de Tailândia, quando chegou a energia elétrica em 1998, deixando perceptível suas expectativas e frustrações ao observar que não acontecera nesta cidade o que se processou em Açailândia: o desenvolvimento e proliferação de postos e clínicas de saúde. Torna-se claro ainda tanto na narrativa do Sr. José Gabriel quanto de sua esposa, a Sr<sup>a</sup>. Gildete, que a saúde no Maranhão nesse período funcionava como uma espécie de trampolim que servia tanto para alçar vôos financeiros como políticos, pois ambos mencionam a situação em que o primo da Sr<sup>a</sup>. Gildete chegou, claramente despossuído de valores financeiros, porém portando conhecimento médico, o qual naquela localidade bastante insalubre pelas epidemias de malárias era algo significativamente valioso, tanto que em seus relatos mencionam o enriquecimento do primo, o Dr. Deusdete, como também de outros, além da proliferação dos serviços médicos ofertados pela rede particular que se estabeleceu na região.

É importante salientar que essas condições anteriormente evidenciadas eram vivenciadas por muitos dos que chegavam constantemente ao Maranhão, pois migrantes simplesmente chegavam por meio da estrada de rodagem Belém – Brasília e se fixavam, sem terem muitas vezes locais próprios onde habitar, passando assim a viver com outras famílias, como novamente podemos constatar por meio dos relatos da Sr<sup>a</sup>. Gildete ao ser indagada sobre as dificuldades vivenciadas no Estado maranhense:

Comida. Falta de dinheiro, o principal. Casa para morar que não tinha, morava de três famílias numa casa. Colégio que não tinha, depois que meu tio arrumou um professor para dar aula que vivia lá<sup>88</sup>.

Veículo era tudo a pé, não tinha transportes<sup>89</sup>.

A situação que as famílias vivenciavam é bastante nítida nas falas acima mencionadas, o que nos leva crer que muitos vinham imbuídos de sonhos ou com verves esperanças de um futuro melhor, mas os primeiros momentos eram, geralmente, de muita luta e tolerância, pois tinham que se adaptar a situações difíceis, pelas quais nunca haviam

---

<sup>87</sup> Gildete Sousa dos Santos, natural de Tarantins – Bahia – 47 anos – vendedora ambulante. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> José Gabriel Sousa dos Santos, natural de Vitorino Freire – Maranhão – 51 anos – madeireiro. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

passado, pois esse vilarejo – se é que podemos assim denominá-lo – tinha sido erigido demasiadamente rápido e com a mesma velocidade em que havia se soerguido, agora se via esquecido em termos de políticas públicas eficazes para sanar diversos problemas advindos justamente do crescimento desordenado e célere da população e do espaço geográfico de Açailândia, por isso a vila passa a requerer auto-gestão ou emancipação política de Imperatriz aproximadamente em 1972<sup>90</sup>, tornando-se emancipada só posteriormente em 06 de junho de 1981<sup>91</sup>.

Remeti-me a Açailândia, então ainda município de Imperatriz, apenas para evidenciar as condições em que se encontrava nesse período, parte do Maranhão, o que de certa forma vai permanecer ao longo do restante da década de 70 com a expansão do fluxo migratório. Mas com relação à economia houve uma mudança na atividade predominantemente desenvolvida, passando da agricultura ou industrialização do babaçu – cujo ápice ocorre na década de 60 favorecido pelos incentivos fiscais concedidos tanto pela SUDAM, quanto pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)<sup>92</sup> – para a extração e beneficiamento de madeira, o que vai contribuir significativamente para a proliferação de indústrias madeireiras no Estado, especialmente em Açailândia<sup>93</sup>. Acompanhemos o que nos fala o Sr. José Gabriel ao ser indagado sobre as principais atividades desenvolvidas na região de Açailândia na época:

Naquela época o que tinha mais era roça e gado. Agropecuária e agricultura. Aí depois que foi o setor madeireiro e ficou igual aqui. Em 73, que eu lembro da primeira serraria em Açailândia, aí chegou a Sunil, uma das maiores madeireiras de lá que era do dono da empresa Açailândia<sup>94</sup>.

O Sr. José Gabriel menciona que inicialmente as atividades mais relevantes eram a agricultura e a pecuária, mas que a economia se modificou, notando-se por volta de 1973, segundo ele, a primeira serraria instalada na área pertencente à Açailândia e, no ano seguinte, a proliferação dessa atividade, o que vai contribuir para a alteração nas relações de trabalho, haja vista que a concentração de serrarias exigiu outro tipo de trabalhador distinto do camponês ou a adaptação desse a esse ramo de trabalho, sem, contudo deixar de existir a exploração da natureza vista como um recurso a serviço do capital, o que leva à possibilidade

---

<sup>90</sup> CARNEIRO, op. cit. p. 204.

<sup>91</sup> [www.famem.org.br/Pagina5.htm](http://www.famem.org.br/Pagina5.htm) - 91k - acesso à Internet realizado no dia 21/03/2006.

<sup>92</sup> FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes; RIBEIRO, Évila Brito. Desenvolvimento Industrial do Maranhão. CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995, p. 149.

<sup>93</sup> Idem. pp. 153-154.

<sup>94</sup> José Gabriel Sousa dos Santos, natural de Vitorino Freire – Maranhão – 51 anos – madeireiro. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

de exauri-la<sup>95</sup> em nome do progresso econômico. Além dos problemas já mencionados e das transformações pelas quais passava o Maranhão, é relevante mencionar que todas essas situações vivenciadas nem sempre transcorriam pacificamente, pois o espaço de provisoriedade, sonhos, trabalho árduo, dificuldade de todos os tipos, era também o espaço de tensões e conflitos que ocorriam, de acordo com o Sr. José Gabriel, freqüentemente. Vejamos o que nos falou a respeito ao ser indagado sobre a existência de conflitos no Maranhão na década de 70:

Conflitos de terras tinha muito, era igual aqui. Em Açailândia tinha muitos conflitos, era igual aqui, tinha também no Pindaré. A terra que Edinilson está foi invadida, depois que ele comprou. Morria muita gente, todo dia chegava gente morto. Tinha muita malária também. Acho que por volta de 73 não era cidade, só passou a ser depois que chegou a energia<sup>96</sup>.

Na narrativa do Sr. José Gabriel ele evidencia que em seu Estado de origem os problemas não eram apenas de ordem médica ou financeira, nem era tão somente a malária que vitimava seus conterrâneos, mas também as muitas contendas envolvendo a disputa por terras. As invasões eram constantes e as mortes freqüentes, o que é compreensível, visto que chegavam constantemente levadas de migrantes oriundos do Sul e Sudeste, além das indústrias que se instalavam nos arredores de Açailândia, Imperatriz e São Luiz, ligadas à área de siderurgia e ao Projeto Carajás. Esses conflitos se processavam entre distintos sujeitos, não apenas entre latifundiários e posseiros, mas os “donos das matas” que seriam derrubadas na extração da madeira, além das nações indígenas que se viam expropriadas das terras ancestrais em que haviam depositado não somente seus mortos, mas suas culturas e crenças<sup>97</sup>. O Maranhão era, portanto, um Estado extremamente conturbado na década de 70 e, o Pará não era seu contíguo apenas em termos geográficos, mas também passava por um período histórico semelhante.

Paralelamente ao que ocorre com o Estado maranhense, o Pará também é afetado sobremaneira com a abertura da Belém – Brasília, especialmente sua parte norte, nordeste e sul, onde esta estrada e outras vicinais abriram novas fronteiras exploratórias e ocupacionistas. Nesta região, o governo propagava não apenas a existência de terras, mas

---

<sup>95</sup> ALMEIDA, Jozimar Paes de. “Ciência e Meio Ambiente: A Interdisciplinaridade na Constituição do Pensamento Ecológico”. *Revista de História Regional*, Vol. 02, nº 02, Inverno – 1997, p. 06.

<sup>96</sup> José Gabriel Sousa dos Santos, natural de Vitorino Freire – Maranhão – 51 anos – madeireiro. Entrevista realizada por mim no dia 19/03/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>97</sup> MAGALHÃES, op. cit. p.93.

também a de sistemas de ajuda ao produtor rural que viesse para contribuir com o desenvolvimento da região. Essa excessiva propagação efetuada pelo governo vai trazer sérios problemas ao Estado no que se refere à coexistência dos distintos sujeitos que passarão a região, pois ainda no ano de 1964, já são evidenciados em jornais de circulação estadual como *O Liberal*, problemas fundiários que tenderão a se agravar no decorrer dos anos seguintes. Acompanhemos o documento abaixo:



Fonte: Jornal *O Liberal*, 06/01/1964, p. 02 – Arquivo do Centro Cultural Tancredo Neves – Centur – Belém – Pará (setor de microfilmagem).

O documento evidencia não apenas a existência do problema fundiário, mas a necessidade de assinatura de um decreto, pelo então presidente da república, o Sr. João Goulart, como meio para saná-lo, pois já se “avolumava” nos dizeres do próprio jornal, principalmente em áreas ocupadas por posseiros.

Com a ditadura militar os problemas com a terra só fizeram se agravar. O governo brasileiro, fundamentalmente a partir de 1966, passará a doar terras e conceder títulos de apropriação por cima de outros que já existiam, o que vai levar a deflagração maciça de conflitos no Estado e especialmente no sul e sudeste do Pará<sup>98</sup>, chegando a ponto de ocorrerem diversas mortes. Além disso, é admitido no II PDA elaborado já na década de 70 que a propagação excessiva teria trazido um contingente populacional acima do que estava previsto pelo governo, o que é evidenciado como falha do I PDA, haja vista que se queria os

<sup>98</sup> LOUREIRO, op. cit. p. 62.

colonos para os projetos de assentamentos dirigidos, não os chamados colonos espontâneos que chegavam à revelia do INCRA<sup>99</sup> e pouca ou quase nenhuma ajuda recebiam do que havia sido divulgada. Nesse cenário travar-se-ão então, diversas relações e interações sociais, tanto com os outros habitantes que aqui já viviam, quanto com aqueles que chegavam, ou mesmo com a natureza que não se constitui apenas como palco para o desenrolar das ações, mas essencialmente como sujeito de uma história que pretendo aqui referenciar como social da Amazônia.

Nessa conjuntura de abertura de novas estradas, chamadas de vicinais, serão também “rasgadas” no Estado do Pará, como é o caso da PA-70 (atual BR-222), a qual se constitui num ramal da Belém – Brasília, construída por volta de julho de 1969, localizada na margem direita do Tocantins, tendo aproximadamente 220 km. Essa rodovia estadual percorre a cidade de Marabá, penetra em São João do Araguaia, São Domingos do Capim e Paragominas, tendo sido efetuada as obras pelo DER – PA (Departamento de Estradas e Rodagem do Pará)<sup>100</sup>. Ver mapa rodoviário do Pará que possibilita a visualização das estradas e a conexão entre as mesmas.

Mapa nº 04: Mapa rodoviário do Pará.

---

<sup>99</sup> II PDA, op. cit. p. 19.

<sup>100</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, pp. 137-139.



Fonte: [www.ambientebrasil.com.br/estadual/rodoviario/rpa.html](http://www.ambientebrasil.com.br/estadual/rodoviario/rpa.html) - 7k - Acesso realizado no dia 26/10/2006.

No mapa rodoviário vemos nitidamente a interligação entre as estradas construídas principalmente na década de 1970, como a Transamazônica (BR – 230), a Pa-150 que aparece traçada tenuemente em cinza, a Pa-70 e outras. A partir da abertura da PA-70, vão se originar diversos povoados que mais tarde se tornarão municípios, pois o fluxo migratório não cessava, como podemos referenciar a inicialmente denominada de Vila Rondon e que atualmente chama-se Rondon do Pará, município que teve seus primeiros residentes compostos por estudantes do Projeto Rondon – de mapeamento e localização da região e acidentes geográficos – no ano de 1968<sup>101</sup>, mas que efetivamente cresceu a partir da abertura da PA-70 em meados de 1969, quando o fluxo migratório às margens da rodovia se intensificou, criando posteriormente a insana fórmula para a geração de conflitos fundiários que tanto se proliferariam por todo o Estado do Pará ao longo das décadas de 70 e 80 respectivamente.

<sup>101</sup> Idem. p. 139.

Desses conflitos ao longo da Pa-70, um que se tornou bastante conhecido tanto no contexto estadual quanto nacionalmente, foi o da Fazenda Capaz (Cooperativa Agro-Pastoril Água Azul), ocorrido em julho de 1976 no quilômetro 56 dessa rodovia, próximo ao município de Paragominas, quando foram mortos o dono da referida fazenda, o norte-americano John Davis e seus dois filhos, John Weaver Davis e Michael Bruce Davis por aproximadamente, 70 posseiros liderados por Severino Alves de Lima<sup>102</sup>. Esse episódio não foi isolado nessa região, muitos outros tornaram a ocorrer em virtude da disputa pela área em que se encontrava o latifúndio Capaz, o qual tinha 400 km<sup>2</sup>, localizado na Pa-70, consistindo numa região de grande abundância de madeira, motivo que levou à sucessivas invasões, mesmo após a morte de seu proprietário, o Sr. Davis, cuja herança ficou sendo administrada pela esposa e outros filhos. Conforme o jornal *O Liberal* de 19/02/1977, a Fazenda Capaz foi alvo de outra invasão significativa no dia 18/02/1977, quando um grupo de posseiros foi flagrado por funcionários da fazenda retirando madeira ilegalmente. Houve um choque entre os antagonistas e não se soube informações precisas acerca da existência de mortes<sup>103</sup>.

Esses conflitos bastante freqüentes na Pa-70, especialmente quando aquele espaço todo, mesmo o de Vila Rondon era município de Paragominas, rendeu a essa cidade apelidos pejorativos do tipo “Paragobala”, associação com as contendas que ali existiam. Houve um tempo em que entre os chamados “povos bárbaros”, a espada era a lei, no Pará, principalmente em alguns municípios mais afetados pela intensificação do fluxo migratório, o revólver, ou melhor, a bala era a lei e, se não era, resolvia de qualquer jeito os problemas, deixando filhos sem pai, esposas sem maridos, enfim, desestabilizando famílias de ambos os lados, tanto de latifundiários, quanto de posseiros, sendo que a morte desses acontecia com mais freqüência, quase sempre motivada pela ganância de alguns – que sempre queriam mais terras – descaso de outros – o governo que pouco buscava equalizar os problemas advindos da migração incentivada e da espontânea, tombando a natureza que se via agredida pelas ações nefastas da retirada maciça de madeiras e, os próprios seres humanos, imbuídos de verves esperanças de almejem um futuro promissor.

Temos que compreender, contudo, que não foram somente as estradas as condutoras dos conflitos. Aliados importantes foram os incentivos fiscais concedidos pelo governo aos latifundiários ou mesmo às empresas que vieram para se instalar no Pará com fins de explorar recursos ambientais em diversos setores, como mineração, agricultura, pecuária e outros, essas empresas ou investidores não esperavam simplesmente a concessão

---

<sup>102</sup> *O Liberal* – 19/02/1977, p. 01. Arquivo do CENTUR (Centro Cultural Tancredo Neves), Belém – Pará.

<sup>103</sup> Idem.

de tais incentivos, mas exigiam, estabeleciam prazos e até mesmo atrasavam obras aguardando a espera de financiamentos prometidos, como foi o caso da United States Steel<sup>104</sup> que pediu um financiamento e teve de aguardar uma resposta da SUDAM, o que fez com que essa empresa atrasasse as obras de execução principal do Projeto Carajás<sup>105</sup>. Outro grande empréstimo noticiado pelo jornal *O Liberal* de 1977, foi concedido pelo BASA à MRN (Mineração Rio do Norte) para extrair bauxita do Trombetas – município de Oriximiná – para ser transformada em alumínio primário no próprio Estado do Pará e no Maranhão<sup>106</sup>. O montante do empréstimo chegou a US\$ 60 milhões de dólares que poderiam ser pagos em nove anos, sendo os três primeiros de carência e a correção de 20% nesse período<sup>107</sup>.

Organismos foram criados para viabilizar o progresso, visto como sinônimo de instalação de empresas no Estado, a maioria das quais eram financiadas pelos ditos órgãos estatais, como o BASA e a SUDAM, os quais tinham como princípio de política econômica conceder incentivos fiscais por meio de isenção de impostos ou mesmo empréstimos aos “desbravadores” que se propusessem a vir desenvolver a Amazônia e, conseqüentemente, o Pará. Como exemplo, podemos citar a isenção de IPI e do Imposto de Importação concedido para o Projeto ALBRAS (Alumínio Brasileiro S/A) pelo presidente Geisel em 1977<sup>108</sup>, cujos acionistas eram respectivamente a NAAC (Companhia Nipon Amazon Aluminum Corporation) e a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Esses incentivos fiscais concedidos e divulgados nacionalmente serviram, sobretudo, para criar a representação de um Pará, pouco desenvolvido, minimamente ocupado e que precisava ser loteado ou franqueado à iniciativa privada nacional e internacional.

Além dos problemas enfrentados com a concessão de incentivos fiscais, outro elemento contribuiu, mormente para as tensões sociais e reelaborações de práticas culturais foram os projetos minerais, siderúrgicos, metalúrgicos e, ao seu lado a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), pensada como fornecedora de energia para estes empreendimentos. Para as populações do baixo Tocantins e nordeste do Estado, como é o

---

<sup>104</sup> Essa empresa norte-americana tinha 49% de ações do Projeto Carajás contra 51% da Vale do Rio Doce, ou seja, depois da empresa nacional, ela era a grande acionista responsável pela viabilização desse projeto, o que lhe conferia ousadia para pedir empréstimos ou incentivos fiscais, visto que estava “investindo” na região amazônica.

<sup>105</sup> *O Liberal*, op. cit. 02/01/1977, p. 12. Arquivo do CENTUR.

<sup>106</sup> O Projeto Carajás funcionaria simultaneamente nos dois Estados, Maranhão e Pará, pois neste haveria a exploração dos minérios de ferro e naquele o escoamento da produção por meio do porto de Itaqui. A ligação entre ambos os Estados, como já foi ressaltado, se dava mais uma vez não apenas pela natureza explorada e beneficiada neles, mas também devido as relações econômicas que se realizavam em nome do desenvolvimento econômico.

<sup>107</sup> *O Liberal*, op. cit. 13/01/1977, p. 05. Arquivo do CENTUR.

<sup>108</sup> Idem. 11/03/1977, p. 04. Arquivo do CENTUR.

caso de Tailândia, estes projetos interferiam muito em seu nascimento e crescimento acelerado. Mesmo sem ter o II PDA ou mesmo esses projetos pensados para a região na “cabeça”, Tailândia será gestada em meio a tudo isso, dialogando diretamente com essas e com outras realidades históricas e sociais dos distintos sujeitos que vieram para tornar possível a construção de todos esses empreendimentos. Dentre esses merece ênfase àqueles pensados sistematicamente para dar suporte a outros ou funcionando conjuntamente, como a exploração de minérios de ferro em Carajás.

Em Carajás – local onde foi descoberta uma das maiores jazidas minerais do mundo em 1967, pelos geólogos da empresa subsidiária da United States Steel, a Companhia Meridional de Mineração (CMM)<sup>109</sup> – foi construído um parque industrial no Maranhão, com a instalação das guseiras em Açailândia e Imperatriz e, a da ALUMAR (Alumínio do Maranhão S/A) – beneficiadora de bauxita e fabricante de alumínio primário, o qual seria escoado pelo porto de Itaqui, cuja profundidade facilitaria o escoamento da produção rumo aos países compradores desse produto, bem como a economia de US\$ 159 milhões, uma vez que esse porto permitia atracar navios granadeiros de alta capacidade de carga<sup>110</sup>.

Posteriormente outros projetos, além desses que mais uma vez mostravam intensa ligação entre o Pará e o Maranhão seriam implementados, como a construção da ALBRAS<sup>111</sup> e da ALUNORTE (Alumínio do Norte S/A) e a UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), esta última a ser construída essencialmente para fornecer energia para as fábricas de alumínio e alumina respectivamente do Pará e do Maranhão, bem como fornecer energia elétrica para diversas partes do Estado paraense, haja vista que as usinas termelétricas se encontravam em séria crise devido aos aumentos dos preços do petróleo no mercado internacional tendo inclusive, que fazer racionamento, ao que a CELPA (Centrais Elétricas do Pará) alegava ser impossibilitada de fazer<sup>112</sup>.

A saída possível encontrada tanto para nós brasileiros quanto para os capitalistas japoneses interessados no alumínio do Pará foi a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a qual trouxe sérios problemas de diversas ordens: sociais, culturais e especialmente ambientais, pois alagou uma área gigantesca de 2.160 km<sup>2</sup> de floresta, dizimando sumariamente centenas de espécies da flora e da fauna amazônica e causando muitos

---

<sup>109</sup> Ibidem. 20/02/1977, p. 08. Arquivo do CENTUR.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ver o mapa nº 05 sobre a localização da empresa em anexo, p. 151. Ressaltando que esse mapa mostra a cidade de Barcarena onde foi construída a ALBRAS e os elementos que contribuíram logisticamente para que isso ocorresse, como por exemplo, a proximidade do porto de Vila do Conde que facilita o escoamento do alumínio via navegação e da capital, Belém.

<sup>112</sup> *O Liberal*, op. cit. 4/01/1977, p. 05. Arquivo do CENTUR.

problemas ao equilíbrio ambiental visivelmente afetado com as sucessivas iniciativas de “conquista da Amazônia” e pretensão domínio do mundo natural. Essa hidrelétrica seria a 2ª maior do país, com custos estimados na época em torno de CR\$ 19,4 bilhões em obras civis e CR\$ 4,6 bilhões no sistema de transmissão<sup>113</sup>, o qual atravessaria diversos municípios ou vilarejos paraenses, nos quais se incluiu Tailândia. Essa obra tinha tamanha relevância para o governo brasileiro que o próprio ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki encarregou-se de presidi-la, inclusive realizando caloroso discurso por ocasião da assinatura do contrato de construção da mesma, momento em que ratificou como seu objetivo principal, a conquista da Amazônia, mostrando ao mundo que seria possível um aproveitamento racional da região<sup>114</sup>.

Ressaltamos que o interesse em construir a UHT, como foi antes mencionado, consistia em mais uma empreitada do extenso processo de “conquista da Amazônia”, isto é, de investida contra suas potencialidades naturais que, são simultaneamente, recursos econômicos passíveis de serem explorados pelo capital interno e externo. No entanto, poucas preocupações além das econômicas havia em relação à essa região e, mais especificamente, ao Pará ou às pessoas que o habitavam, pois uma obra de vulto como a UHT, trouxe sérios problemas como já foi referido, inclusive do fluxo populacional que veio para trabalhar nas obras de execução da mesma, haja vista que vinham pessoas de diversas partes do país para exercer funções como motoristas, pedreiros, ajudantes de pedreiros e outros, os quais eram recrutados geralmente por empresas menores em nome das grandes construtoras e empreiteiras, para que essas se livrassem do ônus que poderia haver durante a execução da obra<sup>115</sup>.

O que se tinha nesse período, portanto, eram complexas fórmulas que pretensamente trariam a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia e de Estados como o Maranhão e, principalmente, o Pará, mas quando essas obras começaram a ser executadas o que tivemos foram saldos muitas vezes lastimáveis de conflitos e mortes causadas não somente pelo próprio ser humano numa relação direta de embate com outro semelhante, porém, acometidas também indiretamente por meio da relação desse estabelecida com o ambiente. Além disso, o Pará, de acordo com o que notamos em jornais de 1977, era praticamente um canteiro de obras a céu aberto, pois em quase todas as suas partes algo era construído, mexido, alterado, a paisagem se transformava continuamente ganhando distintas nuances de acordo com o recurso que estava sendo explorado ou com o que era construído,

---

<sup>113</sup> Idem. 23/01/1977, p. 06. Arquivo do CENTUR.

<sup>114</sup> Ibidem. 25/01/1977, p. 02. Arquivo do CENTUR.

<sup>115</sup> CASTRO, op. cit. p. 98.

surgiam desde os tons ocre da floresta “rasgada” em estradas ao preto do asfalto recém-aplicado em algumas localidades; do vermelho da bauxita explorada no Trombetas ao dourado do ouro que surgia dos garimpos infectados para trazer a riqueza de alguns; do verde que se transformava em água com as submersões de florestas para a construção de hidrelétricas como a UHT e outras; o colorido que ia ganhando os espaços cada vez mais povoados por pessoas de distintas cores e lugares do Brasil, como se o Pará e mais especificamente a Amazônia, continuasse tal qual mencionara o jornalista Lúcio Flávio Pinto em alusão à obra de Euclides da Cunha, a página em branco do Gênesis que ainda estava ou precisava ser escrita<sup>116</sup>.

Em meio a todo esse caótico momento em que vivenciava o Pará, repleto de obras e construções tanto espaciais quanto sociais, a abertura de mais uma estrada – para permitir a interligação de projetos como a UHT e a fábrica da ALBRAS, além de conectar Marabá, importante centro de investimentos financeiros à capital do Estado, Belém – a Pa-150, vai transformar um dos perímetros no qual irá entrecortar, o espaço dos municípios de Moju e Acará, com a entrada de migrantes, vindos predominantemente do Maranhão, havendo a intensificação de conflitos agrários e a criação de Tailândia, foco dessa dissertação, cuja história está intimamente ligada tanto ao processo migratório anteriormente citado, quanto a muitos desses projetos pensados para a região amazônica, daí a finalidade nessa obra, de fazermos uma espécie de retomada desses estudos a partir de uma análise bibliográfica, como forma de nos situarmos no contexto histórico da época e nas ligações existente entre os Estados e suas contribuições para a constituição da história tailandense. Caminhemos, portanto, rumo a mais esse empreendimento e ao processo que redundou na constituição desse município, pois essas páginas de história carecem ainda ser trazidas a tona, visto que essa margem da margem amazônica – Tailândia – assim precisa ser desvendada.

---

<sup>116</sup> *O Liberal*, op. cit. 02/03/1977, p. 05. Arquivo do CENTUR.

## II – Capítulo

### O mito da cidade provisória

Este capítulo, como o cerne desta dissertação, procura compreender o processo histórico da experiência de “provisoriedade” em Tailândia. Parto de uma concepção de provisoriedade associada ao mito, não como algo “irreal, imaginário ou etéreo”, mas como uma matriz de significados que envolvem complexas relações estabelecidas entre sujeitos sociais distintos, oriundos de lugares diversos ao longo tempo<sup>117</sup>. Entre 1977 e 2000 a população de Tailândia se constituiu em sua maior parte e a cidade ganhou seu formato e sentidos sociais e políticos mais característicos. Ela nasce às margens de uma rodovia estadual (a Pa-150) e vem associada a um planejamento estadual de desenvolvimento. Neste contexto,

---

<sup>117</sup> PORTELLI, Alessandro, “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 120 – 123.

Tailândia recebeu um forte fluxo migratório, com pessoas vindas de várias partes do Brasil e, sobretudo, do Maranhão. A pergunta neste capítulo é porque uma cidade mapeada para nascer ao lado de uma estrada que ligava a parte norte, nordeste e sul do Pará indo até a hidrelétrica de Tucuruí e a zona mineradora de Carajás seria vista por seus novos moradores como “provisória”. Para se compreender os distintos significados que a idéia da provisoriedade assume em Tailândia é importante analisar quais foram os projetos implementados no espaço tailandense e os significados que a população local atribuiu a eles. Em suma, perceber como a população migrante em Tailândia aprendeu a transformar o espaço habitado e as relações mantidas neste local e com o meio social e político e, como esses moradores passaram a viver e reelaborar suas práticas culturais e vivências. De imediato lembro que estas vivências e práticas nem sempre foram pacíficas e o ambiente social e cultural local, por vezes notava-se conflituoso, na medida em que muitos encontros e desencontros se processaram. Nesse sentido, inicio este debate acompanhando mais de perto como se deu a abertura da Pa-150 em meados da década de 1970 no perímetro onde se constituiu Tailândia e em que essa ação contribuiu para a idéia da provisoriedade associada ao processo histórico vivenciado por esse município.

## **2.1 – Abrindo passagem? natureza e progresso na Amazônia na década de 70 e a abertura da Pa-150.**

Os anos de 1970 nasceram em um ritmo acelerado no Pará. A Amazônia vivia uma febre de construções desenvolvimentistas e, especialmente o sul, o sudeste e nordeste do Pará, apresentavam-se como locais a ter uma política de crescimento planejada, mas também como locais que, muitas vezes, demonstrava estar fora de controle. De um lado havia todo o planejamento para a construção e funcionamento da segunda maior usina hidrelétrica do Brasil e também para a construção de formas para organizar a exploração mineral na região, sobretudo na Serra de Carajás. De outro havia a explosão demográfica da mineração do ouro em Serra Pelada, que criava um interesse migratório quase sem controle. No meio disto havia a política Estadual de desenvolvimento que tinha pontos centrais tais como: a interligação do Estado do Pará por rodovias, a elaboração de políticas públicas regionais para o crescimento e o povoamento local como forma mais segura de manutenção territorial e desenvolvimento menos centralizado em Belém. Nesse sentido, a Pa – 150, atendia a esses requisitos, visto que a mesma

permite a conexão do Pará no sentido norte – sul, além de interligar projetos como a (UHT) Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e os projetos ALBRAS e ALUNORTE. Por último, esta política estadual atrelava-se à nacional. Lembremos ainda que o referido período de abertura da Pa-150 no trecho citado se dá aproximadamente em 1977, isto é, o momento do governo de Ernesto Geisel. Este governo militar planejou tanto o financiamento como a execução das obras na região. Geisel pessoalmente viajou por longínquas paragens em busca de acordos e alianças econômicas e políticas – como quando fora ao Japão para acertar negócios com o governo nipônico referente à construção da ALBRAS<sup>118</sup>; ou quando veio ao Pará, inclusive a Tucuruí e outros municípios<sup>119</sup> que eram alvos simultâneos de construções e implementações de projetos.

É relevante mencionar que a referida rodovia como um todo não existia, embora para alguns, ela já estaria lá de outra forma. O certo é que, de longa data, os moradores do Moju e Acará transitavam pela região em estradas de terra e picadas na mata, levando seus produtos e gentes de suas pequenas e médias propriedades a outros locais que os ligassem aos maiores rios e cidades da região. Nos anos finais da década de 1970, contudo, estes antigos caminhos se centralizaram em um projeto de rodovia. O jornal *O Liberal* – que de certa forma funcionava como difusor das obras implementadas pelos governos federal e estadual, por vezes divulgou esta “mudança” de forma indireta, “inventando”, antes do tempo, uma Pa-150. Assim – publicavam-se diversas notas em que se divulgavam as más condições do trecho da Pa – 150 no perímetro Marabá - Redenção<sup>120</sup>, ou seja, já mais para o sul do Estado. Mas e como se encontrava no perímetro anterior, entre os projetos acima citados e, que precisavam da estrada como apoio logístico às suas instalações? É sabido que ainda precisava ser aberta como estrada única, mas *O Liberal* já a divulgava em algumas notas, como se apenas precisasse de asfaltamento<sup>121</sup>. O caso é que, de uma forma ou de outra, se tornava mister para o governo estadual resolver esse impasse do asfaltamento ou da centralização do desenvolvimento local em uma boa estrada, já que ele atrapalhava o andamento de outros projetos em fins da década de 70. Foi então, que o governo estadual, representado pelo DER iniciou as obras da Pa – 150 no trecho Belém – Marabá, no ano de 1977, o que segundo entrevistas com alguns dos primeiros colonos teria ocorrido por volta de maio a junho de 1977, datação imprecisa, visto que não encontrei outros documentos que me possibilitassem firmar mais credibilidade acerca

---

<sup>118</sup> *O Liberal*, op. cit. 26/01/1977, p. 17. Arquivo do CENTUR.

<sup>119</sup> Idem, 10/02/1977, p. 03. Arquivo do CENTUR.

<sup>120</sup> Ibidem, 01/01/1977, p.12. Arquivo do CENTUR.

<sup>121</sup> Na edição do periódico “*O Liberal*” de 23/01/1977, p. 06, entre outros projetos que precisavam ser agilizados para que houvesse a plena construção e funcionamento da UHT, apresentava-se a Pa-150 ou Belém – Marabá que estava sendo asfaltada, algo que curiosamente só se deu por volta de 1985.

do que foi afirmado. Esse perímetro cortaria os municípios de Moju e Acará mais ao norte e São Domingos do Capim mais a sul<sup>122</sup>.

Para o governo a Pa-150 representava um empreendimento fundamental na medida em que interligaria projetos vultosos que estavam sendo implantados na região, conforme já foi mencionado. Além disso, também significava a conexão com outras estradas de grande relevância para os projetos governamentais, como a Transamazônica – mais para o sul do Pará – e de ambas com a Belém-Brasília no norte e sudeste do Estado, entre outras<sup>123</sup>. Além do mapa rodoviário do Pará nº 04, podemos acompanhar a junção das rodovias por meio do mapa nº 06 no anexo p. 152, o qual foi elaborado posteriormente ao período analisado, mas mesmo assim nos permite visualizar a interligação das rodovias citadas e, Tailândia que aparece destacada no mapa com um quadrado vermelho feito por mim.

Para os colonos que acorreram para esse perímetro que estava sendo aberto significava uma nova oportunidade de melhorar de vida<sup>124</sup>. Foi então, por volta de 1977, quando se iniciaram as obras de abertura da Pa-150 que chegaram os primeiros moradores migrantes, dos quais muitos permanecem até hoje em Tailândia. Entre esses estavam na época os Srs. Benedito Inácio da Silva Belo – mais conhecido como “seu” Belo, Luís da Silva Medeiros, João Soares, José Faustino Araújo – o “seu” Canoa, dentre outros que vieram, primeiramente sozinhos e, depois, retornaram ao local onde viviam para buscar suas esposas e filhos. Acompanhemos o que nos disse o Sr. João Soares por ocasião de entrevista realizada para monografia ao ser indagado se quando veio, a estrada já estava sendo construída:

Quando nós viemos pra cá em 77 foi imendado [sic], vinha uma turma de lá pra cá, dizendo o pessoal e outro daqui pra lá, em 76 ela já tava, quando a gente chegou, ela já tava bem acolá, não me lembro bem não, pra lá do Anuerá<sup>125</sup> que tava, aí quando foi em 77 nois [sic] viemo [sic] de novo<sup>126</sup>.

---

<sup>122</sup> S.A “Municípios paraenses”, Belém, IDESP, 1990, p. 06.

<sup>123</sup> CAPELLI, Elisângela Prando. *Associação dos Moradores de Tailândia: Uma História Silenciada*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, p. 04.

<sup>124</sup> PRADO, Francisca Ramos. *O Campo dos Sonhos: Natureza, Cultura e Violência na Fronteira Amazônica, Tailândia – Pará (1977 – 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, p. 15.

<sup>125</sup> O Sr. João Soares ao mencionar o Anuerá, refere-se à um igarapé que dista da atual sede de Tailândia aproximadamente uns 10 km.

<sup>126</sup> PRADO, op. cit. Anexo p. 123.

Percebemos nessa fala que a estrada encontrava-se ainda em processo de abertura, havendo duas frentes de construção, uma que vinha do sentido Belém-Marabá e outra no sentido inverso. A estrada ainda em obras já atraía pessoas como o Sr. João Soares do Estado do Pará – ele é natural de Castanhal – como também de outros. A visualização desta rodovia ainda em construção fica clara na foto que se segue, quando a estrada parece estar sendo construída como uma clareira no meio da mata<sup>127</sup>. Visualizemos a situação da estrada pouco depois do que foi referenciado pelo memorialista acima:

Foto n• 01: Vista da estrada Pa-150 no sentido Moju / Tailândia, retirada provavelmente em 12/06/1978.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

Mas para analisarmos mais detalhadamente esta fotografia, é necessário realizarmos um processo de decomposição, digamos assim, da imagem, o qual consiste na descrição pré-iconográfica dos elementos que a fotografia contém, de acordo com o que

---

<sup>127</sup> A fotografia como tal recurso surgido no século XIX contribui significativamente para a ampliação do campo de análise do historiador, visto que pode nos possibilitar a compreensão de pensamentos ou mesmo de representações acerca de uma época ou um lugar. BURKE, Op. cit. p. 11.

denominou Burke parafraseando Erwin Panofsky; a análise voltada para os significados que a imagem fotográfica pode ter; e, por fim, a interpretação da mesma, tentando captar os princípios subjacentes na fotografia e que tipo de atitudes a mesma pretende revelar, ou podemos supor que revela<sup>128</sup>. Passemos ao primeiro passo do que chamamos de decomposição / compreensão da fotografia:

A fotografia nº 01 data aproximadamente do dia 12/06/1978, dedução feita por ela estar agrupada com outras que têm como registro a mesma data. Ela traz uma visão da Vila de Tailândia, sem, no entanto destacá-la em primeiro plano, pois tal ênfase é dada à paisagem que margeia a estrada por ambos os lados emoldurando-a como a um tapete que se estende a perder de vista despontando timidamente ao fundo, construções que só a muito custo nos permitem deduzir serem casas. A vegetação rasteira e também mais elevada, não apenas ladeia, mas serve como uma espécie de fundo que mais parecem borrões de árvores se apertando umas às outras na disputa por mais espaço.

No primeiro plano, temos então o tapete de terra batida – a Pa-150 – e as árvores em ambos os lados. A sensação que temos ao olhar a fotografia é de que o fotógrafo está em movimento, deslocando-se lentamente à pé, ou talvez, situado sob algo que se move devagar. A impressão que nos transmite é de que a grandiosidade da estrada e, ao mesmo tempo, da mata ao redor o atrai e ele tenta captar esse momento de apreensão da natureza rasgada ou aberta pela estrada que é ferida recém-aberta, mas que também é condutora de progresso e desenvolvimento, segundo a visão do possível órgão contratante do fotógrafo, no caso o ITERPA (Instituto de Terras do Pará) e mesmo dos militares que dominavam a política nacional nessa época, pois as estradas construídas nesse período ou pouco antes, foram geralmente vistas como símbolo da civilidade que caminha rumo ao interior<sup>129</sup>, isto é, elemento de integração regional e social simultaneamente. O outro elemento interessante acerca dessa e de outras fotografias conservadas no álbum do ITERPA é que o fotógrafo não é identificado, o que nos leva a hipoteticamente pensar que ele poderia ser o mesmo fotógrafo contratado por esse órgão para viajar pelas localidades em que havia instalado postos ou prestado serviço, com fins de estar divulgando as obras do mesmo<sup>130</sup>. Além disso, no caso dessa fotografia, ela nos permite supor que era também um documento visual utilizado pelo

---

<sup>128</sup> Idem. p. 45.

<sup>129</sup> MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Conflitos Agrários no Pará”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção Contando a História do Pará*, Belém: E. Motion, 2002, p. 235.

<sup>130</sup> O fotógrafo que por vezes aparece no periódico do ITERPA, o “*Interação*”, é o Sr. José Nery Ferreira, que era também jornalista e editor desse jornal durante o exercício do presidente do ITERPA Walcyr Monteiro, o que pude constatar nas pesquisas realizadas no Centro Cultural Tancredo Neves, além de haver encontrado que o mesmo também era na época repórter do jornal “*Diário do Pará*”.

DER para dar conta de suas ações implementadas no Estado para auxiliar no “progresso”<sup>131</sup> estadual. É curioso sublinharmos que não era apenas o governo que via a estrada como sinônimo de progresso, vejamos o que falou sobre a estrada a Sr<sup>a</sup>. Antônia Helena da Silva Farias ao ser indagada em entrevista para elaboração de monografia da graduanda em História Marcilene Veloso que, perguntou o que a dita senhora viu e sentiu quando chegou em Tailândia. Acompanhemos o relato:

E, mas quando nós deixamos ali o trevo e pegamos reto pra cá eu achei uma coisa muito bonito assim, porque a estrada tinha sido construída, aquele aspecto, aquele meio ambiente bonito de mata cheirosa que tava começando que tinha futuro, tinha prosperidade, progresso era um lugar muito bonito<sup>132</sup>.

A Sr<sup>a</sup>. Antônia Helena – natural de Bragança / Pará – reportou-se ao que vira naquele momento – dezembro de 1978 – destacando a presença da estrada construída associando-a ao ambiente ainda meio que intocado, em processo de formação. Sua fala nos dá a clara idéia de que se sentira feliz e de que as expectativas eram boas e, de que até mesmo havia gostado. Além disso, ela marca em sua fala as concepções de futuro, prosperidade e progresso ao ser referir às sensações que sentiu naquele instante, associando-as a um certo bucolismo e à sensações prazerosas que a natureza lhe despertou. Acompanhemos o que nos diz a Sr<sup>a</sup>. Francisca Pereira da Silva – natural de Juazeiro do Norte / Ceará – também entrevistada por Marcilene ao ser indagada sobre como era Tailândia:

Ah! Tailândia tinha 8 casas né, na época, a estradona quando foi pra nós vir pra cá, a estrada tava em construção e aí nós tivemos né, o motorista né, o dono do caminhão teve que assinar um termo de responsabilidade se acontecesse alguma coisa co [sic] o maquinário que tava na estrada trabalhando ele era o responsável, por que tavam construindo a estrada né daqui, ai do posto Paissandu pra lá ainda tavam fazendo, pra cá já tava feito a estradona muito boa e ai nos viemos de carro fretado e veio deixar a gente lá naquele local mesmo<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> A idéia do “progresso”, assim como da “ordem” eram concepções positivistas bastante perceptíveis e recorrentes nos projetos políticos tanto federais quanto estaduais, os quais estavam agora alicerçados nas construções de estradas não apenas como vias de acesso e trânsito de pessoas e produtos, mas também do que tudo isso representava, o desenvolvimento regional e a geração de lucros interna e externamente.

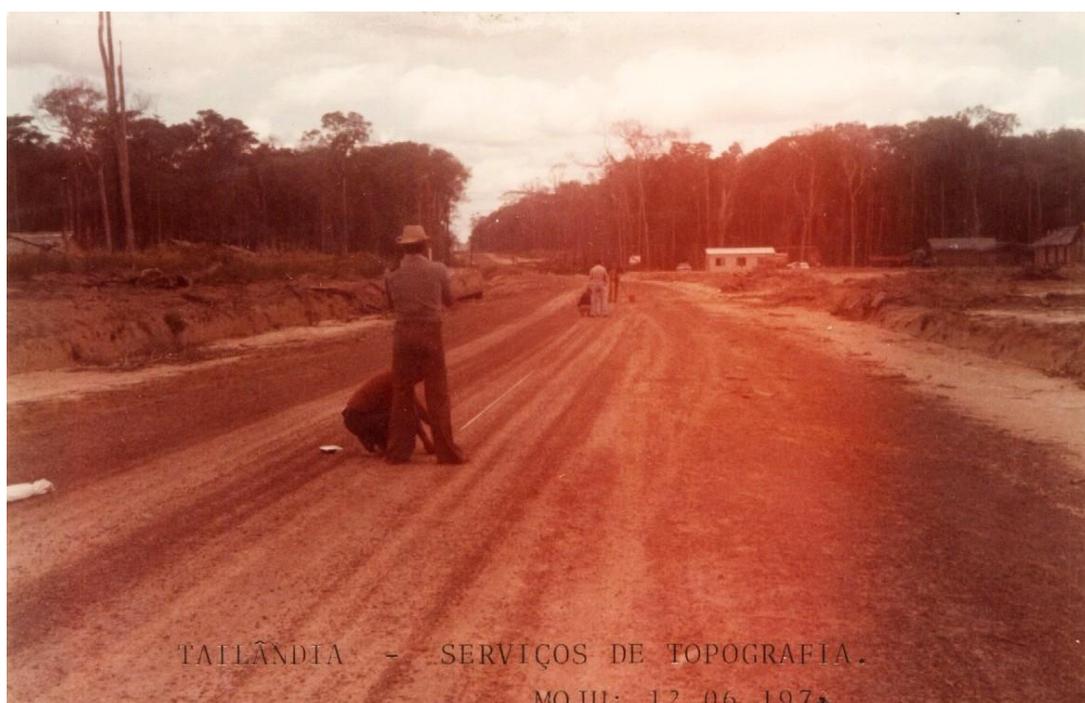
<sup>132</sup> PRADO, op. cit. Anexo, p. 100.

<sup>133</sup> Idem. Anexo, p. 113.

A Sr<sup>a</sup>. Francisca reporta-se à alguns aspectos da Vila de Tailândia ainda em estado embrionário – segundo ela havia apenas oito casas na época em que veio em meados de 1977 – referindo-se marcadamente à estrada em construção, a Pa-150. Algo interessante que notamos em sua fala não diz respeito apenas ao modo grandioso em que se refere à rodovia, mas fundamentalmente quando narra que ao chegar o motorista do caminhão que trazia sua mudança teve que assinar um termo e responsabilizar-se pelo maquinário que realizava as obras, principalmente no sentido Marabá-Belém, caso algum dano a máquina viesse a sofrer. Creio que havia um certo medo por parte dos funcionários do DER acerca do que poderia ocorrer, visto que chegavam tantas pessoas vindas de distintos lugares, por isso talvez se precavesses quanto ao estado do maquinário, imprescindível para a execução da obra. Outras pessoas que vieram na mesma época da Sr<sup>a</sup>. Francisca também mencionaram a necessidade de pedir permissão ao DER para transitar em quaisquer dos sentidos em que estava sendo construída a estrada, como é o caso do Sr. Luís Medeiros<sup>134</sup>.

Mas além das falas acima e da fotografia visualizada, acompanhemos outra imagem que a meu ver, mais do que o registro de um momento contém também intenções, seja por parte de quem fotografou ou de quem teria encomendado:

Foto n<sup>o</sup> 02: Vista da Vila de Tailândia e da Pa-150 no sentido Tailândia – Goianésia, 12/06/1978.



---

<sup>134</sup> Ibidem. Anexo pp. 135-36.

Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

A fotografia nº 02 trata-se de uma vista da Vila de Tailândia no sentido oposto da anterior, isto é, sentido Tailândia / Goianésia. A mesma traz em primeiro plano uma visualização da estrada em que é destacada a sua largura, margeada por pequenos barrancos de barro amarelo, tendo ao fundo a pequena sede do ITERPA no local, segundo moradores de Tailândia.

Nesse primeiro plano um pouco mais afastado, destacam-se dois homens, um em pé e outro meio que agachado. O primeiro está com uma postura observadora possivelmente vislumbrando ao longe a estrada; o segundo parece analisar o solo e medir a estrada, como se anotasse o que via, pois ao lado aparece um bloco de papel branco e ele segura levemente uma fita de medição. Mais ao longe, aparecem mais três homens: um caminhando em direção aos dois mais a frente, dos quais um está agachado, semelhante aos outros dois homens em primeiro plano e o outro está postado de costas.

Além do posto do ITERPA, visualizamos também nessa fotografia alguns casebres localizados à direita da estrada e outro à esquerda. Mais uma vez as árvores aparecem ao fundo grandiosas e verdejantes, contrastando enormemente com a pequenez das habitações, o tom meio que amarronzado do solo e a claridade do céu, o que nos possibilita supor que o momento registrado seja o fim da tarde.

Outro aspecto interessante da fotografia é que creio que ela seja para o ITERPA mais do que um documento visual acerca da colônia e da estrada, pois na mesma, além do que foi registrado pelo fotógrafo, consta ainda, datilografado em máquina elétrica uma espécie de tematização do que ela trataria, a saber “Tailândia – serviços de topografia. Moju, 12/06/1978”. A impressão que temos é de que mais do que registrar o momento, era preciso nomeá-lo, especificá-lo, datá-lo e dar-lhe espacialidade, como forma talvez de garantir sua legitimidade, não bastando simplesmente que a fotografia sugerisse o que se passava, enquanto um texto visual passível de interpretação, era preciso atestar a cena desenrolada na imagem. Na verdade na mesma imagem constam então dois textos: o iconográfico e o escrito, como se este completasse aquele em perfeita sintonia, o que certamente nos remete a concepção de que esta fotografia em especial consiste num iconotexto, isto é, um reforço da imagem ou texto fotografado com o componente escrito<sup>135</sup>, o que daria à fotografia o “status” de documento,

---

<sup>135</sup> BURKE, op. cit. p. 81.

segundo a visão de quem a produziu ou encomendou. Ainda podemos inferir que os objetos contidos nessa fotografia muito nos têm a revelar, pois além do texto definir de que se trata de “serviços de topografia”, temos bem dispostos os instrumentos utilizados pelas pessoas que integram a imagem reforçando suas auto-representações<sup>136</sup>, como o caderno ou bloco de anotações – possivelmente uma ferramenta bastante usada pelos topógrafos para precisarem os dados coletados sobre a estrada – além da fita de medição que aparece de forma sugestiva à tarefa que está sendo executada. Podemos depreender dessa leitura imagética que a fotografia em si nos possibilita vê-la como uma montagem<sup>137</sup>, algo construído para transmitir uma idéia ou suscitar algo que precisava ser evidenciado: o trabalho de demarcação do perímetro em que restava sendo traçada a estrada. É latente na fotografia nº 02 que se queria mostrar o trabalho desempenhado pelo governo em prol do avanço rumo ao progresso conduzido pela estrada em construção. Vejamos mais uma fotografia que traz a rodovia Pa-150 como enfoque e tentemos analisar os elementos que ela contém:

Foto n• 03: Vista da Pa-150 no sentido Moju / Acará, aproximadamente em 12/06/1978.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

---

<sup>136</sup> Idem, p. 32.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 28.

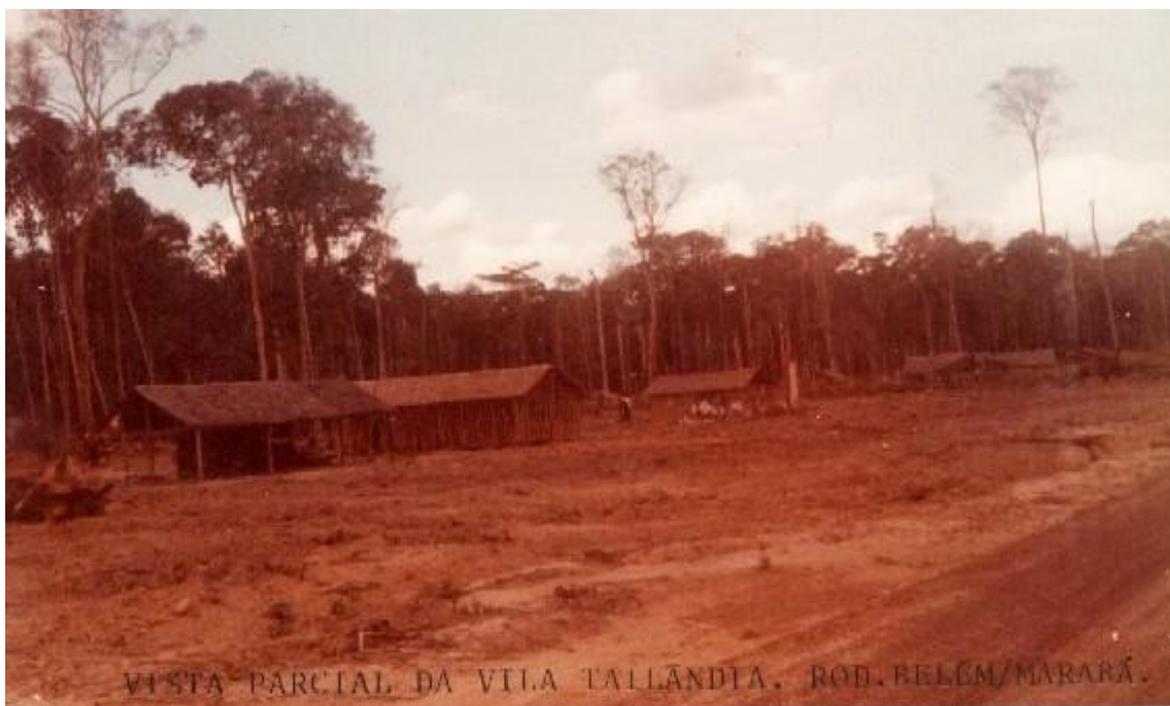
A fotografia nº 03 traz uma visão da Vila de Tailândia no sentido Moju / Acará, datada aproximadamente de 12/06/1978, por estar juntamente agrupada com as outras da mesma data. Nessa fotografia temos em primeiro plano, um barranco em tons avermelhados, talvez assim apresentado devido a incidência do sol nesse horário – parece ser por volta de 15 e 30min ou 16 h da tarde. Em segundo plano, temos a rodovia Pa-150, cuja denominação na época era também Belém / Marabá (ver fotografia nº 04), o que denota de certa forma o interesse de interligação da capital paraense com o nordeste e sul do Pará, região próspera em minerais e também onde estava sendo construída a hidrelétrica de Tucuruí que forneceria energia principalmente para as grandes indústrias de transformação de minérios de ferro e alumínio localizadas no Maranhão e, posteriormente, no próprio Estado do Pará, a saber, eram a ALUMAR em São Luís e depois a ALBRAS e ALUNORTE<sup>138</sup> em Barcarena.

A estrada estende-se majestosa, sempre dando a impressão de ser um longo tapete que vai a perder de vista. Em seguida, temos a visão da Vila de Tailândia em seus primórdios, ainda bastante precária, apresentando construções rudimentares que em outro ângulo poderemos constatar serem de madeira, enchidas com barro e cobertas de cavaco. Ao fundo temos sempre a floresta ainda não muito devastada com suas árvores altas e verdejantes contrastando com o céu meio que tomado por espessas nuvens brancas. As casas são um pouco afastadas umas das outras e aparecem na fotografia em pequeno número, possivelmente denunciando a situação da colônia ainda em fase de implantação, com poucos moradores. É intrigante que o foco do fotógrafo não se restringe à documentação da estrada, mas também da natureza, talvez associando-a à idéia de prosperidade, de começo ou recomeço de vida, etc.. Acompanhemos mais um registro imagético acerca da estrada construída e mostrada nos mesmos sob distintos ângulos:

---

<sup>138</sup> Essas empresas foram criadas com a participação de capital nacional e estrangeiro – joint venture – com fins de produzir alumínio primário para a exportação. A esse respeito ver: MONTEIRO, Maurílio de Abreu. “Meio Século de Mineração Industrial na Amazônia Oriental Brasileira: Um Balanço Necessário”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção Contando a História do Pará*, Belém: E. Motion, 2002, p. 181.

Foto Nº 04: Vista parcial da Vila de Tailândia – Rodovia Belém / Marabá, fotografada provavelmente em 12/06/1978.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

Nesta quarta fotografia temos uma visão novamente da estrada recém-aberta em destaque na parte diagonal do documento em primeiro plano, enquanto que pequenas e simples habitações despontam ao fundo tendo ainda uma verdejante mata ou floresta por trás, a qual já dá por sua disposição visíveis menções de alterações humanas, especialmente causadas por derrubadas. É interessante percebermos nessa fotografia seus significados e ir além da mera descrição, cujo passo inicial o expectador / visualizador da mesma pode efetuar, é preciso ir além e ensaiarmos uma breve tentativa de compreendê-la não somente como um simples registro, mas tentarmos captar as intenções presentes na sua elaboração, visto que temos algo, mormente relevante na mesma que, é a tematização do documento imagético, pois ao mesmo tempo em que podemos ver o que se pretendia mostrar, ainda foi datilografado o que se pretendia enfocar, isto é, a estrada – rodovia Pa-150 ou Belém-Marabá como a própria imagem denominou – o que a circundava naquele momento e a situação em que se encontrava. Era preciso, segundo o que podemos inferir com a leitura dos documentos imagéticos comprovar o que estava sendo feito e, ao mesmo tempo propagar que mais uma via condutora de “progresso” estava sendo aberta e cumprindo parte de sua missão – interligar estados, regiões, pessoas e,

principalmente, projetos políticos e econômicos que renderiam dividendos para o Estado e a nação brasileira. A estrada era simultaneamente a representação do progresso, configurado na ação prática de um projeto de desenvolvimento e lugar do nascimento de Tailândia, uma nova ocupação, fruto do assentamento de colonos, mais do que de sua própria vontade de migrar.

## **2. 2 – Entre práticas e representações: a ação do ITERPA em Tailândia e a divulgação do projeto de assentamento dirigido que “deu certo”**

A estrada era a via de passagem aberta entre dois grandes projetos desenvolvimentistas e foi dela certamente que nasceu Tailândia. No entanto, esta estrada, a cidade que se iria fundar e estes projetos ambiciosos nasciam em um período bastante conturbado. O ano de 1978 marcava-se pela tensão. De um lado se avolumavam no Brasil os conflitos agrários<sup>139</sup>, frutos, em grande medida de uma proposta de reforma agrária imposta de cima para baixo, arbitrária em seus objetivos e formato estrutural e que foi feita na Amazônia à custa de um “esquecimento” histórico e político das populações locais tradicionais. De outro lado, já se percebia uma série de problemas econômicos e sociais advindos da política de crescimento proposta pelos governos militares de Geisel e Figueiredo. A idéia de primeiro crescer e só depois distribuir renda, tornou ainda mais grave a forma como a crise do petróleo e seus desdobramentos atingiram o Brasil e os brasileiros, especialmente os mais pobres e migrantes que se deslocavam para a Amazônia<sup>140</sup>. Tudo isso desgastava o governo militar, aumentando a tensão social, as lutas políticas da oposição (então “legalizada” ou não), gerando mais crise econômica, dando mais fôlego aos movimentos sociais por anistia e eleições, que levaram finalmente a ditadura aos seus momentos finais em meados dos anos de 1980<sup>141</sup>. Todo este universo mais amplo estava enfronhado nos moradores do povoado que havia se iniciado às margens da rodovia Pa-150.

Transitando do geral ao particular, esta instabilidade e o medo nacionais se visualizavam em um conflito local que envolvia dois homens recém lançados à condição de “latifundiários”, conhecidos como “Jeová” e “Zurita”. Estes dois antigos posseiros eram aqueles que, segundo alguns dos primeiros moradores que vieram a ocupar o espaço da futura Vila de Tailândia, se consideravam os “donos” ou os que mandavam na região em que se

---

<sup>139</sup> MARIN, Rosa E. Acevedo. “Conflitos agrários no Pará”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção Contando a História do Pará*, Belém: E. Motion, 2002, p. 214, 248.

<sup>140</sup> PETIT, Pere. “A Política dos governos militares no Pará: 1964-1985”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção Contando a História do Pará*, Belém: E. Motion, 2002, p. 87.

<sup>141</sup> FILHO, Armando Alves. et. al. *Pontos de História da Amazônia*. Vol. II – 2ª ed. ver. Ampl. Belém: Paka-Tatu, 2000, pp. 46, 59-61.

constituiu a nova Vila. Esta era uma versão local presente na fala de alguns moradores-colonos como o Sr. José Pereira Sobrinho – um cearense de Uruburetama, mais conhecido como Detinho, que descrevia aquele momento agrário da seguinte forma:

[...] Essa terra daqui era do Jeová, do cemitério era do Zurita. Quando nós chegamos aqui o trator estava limpando aqui, o resto tudo foi no braço, essa era a primeira quadra comercial<sup>142</sup>. O Zurita a terra dele era pra lá, O Jeová é que era aqui, ele não queria aceitar que as pessoas fizessem a cidade. As pessoas construíam um barraco provisório na terra do Jeová, ele vinha fazia ‘aquela coisa’, mas depois acabou deixando de mão<sup>143</sup>.

A memória do Sr. Pereira Sobrinho, como a de todos, costuma ser seletiva. Ele selecionou aquilo que, para ele, seria central ao conflito: as terras do novo povoado que se erigia, paulatinamente nascia dentro de duas terras já empossadas. As terras “do cemitério” eram do “Zurita” e pertenciam naquela época ao município de Moju. Já as terras de “Jeová” ficavam no local onde os migrantes começaram a edificar uma nova vila. O conflito que se torna nítido nessa fala, é o que aponta o descontentamento do Sr. Jeová em aceitar que constituíssem um povoado no “lugar” onde ele dizia lhe pertencer. Mas vejamos o que nos revelam outros entrevistados:

[...] Vim primeiramente pra Porto Alto que era de dono, o dono correu com nós de lá, não queria ninguém lá, aí colocou a policia na beira do rio, um sargento e dois soldados e aí todos que vinham tinham que ser identificados pra ver pra onde ia ou se tinha serviço aqui, ou se era empregado, se não fosse, voltava, voltava gente toda hora de lá, aí a gente tava sem condições de vim, porque não tinha condução, não tinha lugar certo parei aqui pra cá, aí um senhor lá da Concórdia veio fazer um serviço aqui pro dr. Zurita, aí o Raimundo Maranhense, aí o Dr. Zurita falou com ele pra trazer a gente da Concórdia pra cá, ele disse que num podia porque tinha a policia no rio e não deixava passar, ele disse eu vou arranjar com o DER uma permissão pra passar aí arranjou permissão pra dois caminhão [...]<sup>144</sup>.

O Sr. Luis Medeiros – natural de Castanhal, Pará – ao ser indagado sobre a data em que veio para Tailândia e porquê, reportou-se vivamente aos problemas de deslocamento do seu momento de chegada. Nesse início, os colonos que chegavam aguardavam na fazenda “Porto Alto” – uma propriedade que não se sabe ao certo quem era o dono, mas que o “Dr.

---

<sup>142</sup> A quadra comercial a que o entrevistado se refere é a que pega partes das atuais Av. João Pessoa, Travessa São Félix, passagem Rua do Comércio e Travessa Moju.

<sup>143</sup> PRADO, op. cit. Anexo, p. 128

<sup>144</sup> Idem. Anexo, p. 135.

Zurita” autorizava ou não a entrada de pessoas em sua jurisdição – que dista alguns quilômetros de Tailândia. Ali eram reunidos e não podiam se deslocar sozinhos sem identificação, a não ser que fossem empregados dos dois já grandes posseiros locais. Dali da fazenda se conseguia permissão de “Zurita” para, de caminhão, seguir para as terras de seu rival “Jeová”, num local onde o DER se encontrava. É interessante que neste primeiro momento o acesso pelo rio, local tradicional de tráfego de populações tradicionais em toda a Amazônia, era policiado e que o deslocamento pela estrada era feito por caminhões autorizados pelos novos grandes posseiros “Zurita” e “Jeová”. Isto demonstra a tensão que se vivia. A forma de se apropriar das terras para estes dois fazendeiros marcou-se, sobretudo pela ocupação imposta por sua “polícia” nestas áreas antes parcialmente colonizadas por populações tradicionais da Amazônia, através de seus rios e igarapés. No entanto, para esta história que estou construindo é importante ressaltar que, ao que podemos apreender deste documento oral, o local onde Tailândia nasceu era o espaço central em que o DER se instalara na junção entre as duas partes da Pa-150 a do sentido Norte, com a do sul, uma vinda de Belém e outra de Marabá.

Tailândia nasceu, portanto, de dois importantes “cruzamentos”: o de dois grandes projetos amazônicos e aquele marcado pelas lutas dos antigos e novos colonos migrantes, ambos expropriados de suas terras antigas e novas. Creio que ambos os fatores tenham sido os cerne da fundação de Tailândia, pois foi a estrada recém-aberta, que atraía pessoas oriundas de distintos lugares, contribuiu para fomentar os conflitos na região.

Como menciona Maria Matias em seu estudo sobre os conflitos agrários em Tailândia, a estrada era motivo de discórdia, visto que todos queriam lotes nas proximidades da mesma<sup>145</sup>. Vejamos a que se reporta o Sr. Luís Medeiros ao ser indagado se havia conflito em Tailândia:

As lutas que aconteciam aqui era por causa das estradas, os terrenos daqui eram todos demarcados pelos fazendeiros. Sempre quando abre uma estrada, chegam os posseiros para se colocar na beira das estradas, aí começaram os conflitos, porque os donos das terras começaram a achar ruim, aí começaram a fazer ‘questão’ e por isso o tenente Pinheiro chamou essa terra de Tailândia<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> MATIAS, Maria da Conceição Lima. *Invasão, ocupação e posse: a luta pela posse de terras em Tailândia (1977-2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, p. 06.

<sup>146</sup> PRADO, op. cit. Anexo, p. 133.

As lembranças do Sr. Luís se reportam para uma época em que os “terrenos” já era “todos demarcados pelos fazendeiros”. Indo além, este morador recorda ainda que a abertura da estrada atraía “posseiros”, gerando conflitos. Teria sido esta situação conflituosa que, inclusive, rendeu nomeação à Tailândia<sup>147</sup>.

É preciso atentar que foi essa situação de tensão social que deu origem à ação do ITERPA (Instituto de Terras do Pará) em Tailândia. Órgão criado dois anos antes, em 1975,<sup>148</sup> o ITERPA comandou, na figura do “Tenente Pinheiro”, o assentamento dirigido em Tailândia. A equipe coordenada pelo tenente – cujo nome completo é José Clarindo Pinheiro Lopes – também se compunha de mais dois outros membros: José Custódio Patriarca e Raimundo Jorge P. de Souza<sup>149</sup>. O trabalho dos três foi verificar e levantar os dados que possibilitaram ao órgão estatal acima citado pensar e implementar um projeto de colonização para a região.

Órgãos como o ITERPA foi criado como um paralelo estadual ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)<sup>150</sup> nos anos setenta para organizar projetos de colonização que contribuíssem para minimizar os focos de conflitos agrários. No Estado do Pará, especialmente na região de Tailândia, este órgão atuava de forma a minimizar tensões, sobretudo entre as elites antigas e novas que se apoderaram das terras recém valorizadas pelas novas estradas. O interessante no caso de Tailândia é que foi desta intervenção que nasceu uma cidade inteira, cidade esta que não nasceu planejada como uma agrovila, por exemplo, mas que começou antes da chegada destes técnicos, sendo transformada e dirigida depois de sua chegada. Foi um sério conflito agrário que trouxe gente (migrantes novos ou moradores tradicionais) para mais perto de órgãos federais como o DER. Desta vinda e aproximação é que surgiu a cidade e, neste processo de luta e apropriação destes moradores é que nasceu a colonização dirigida pelo ITERPA.

---

<sup>147</sup> Tailândia recebeu essa denominação pela situação conflituosa em que se encontrava quando veio a primeira equipe do ITERPA liderada pelo tenente Pinheiro que, comparou-a ao país asiático de mesmo nome que havia passado no início de 1977 por uma situação caótica quando se viu às voltas com as lutas empreendidas pelos guerrilheiros do Kmer Vermelho que tentavam atravessar a fronteira, sendo fortemente combatidos. Ver *O Liberal* 15/01/1977, p. 06. Arquivo do CENTUR.

<sup>148</sup> O ITERPA foi criado a partir da Lei nº 4. 584 de 08 de outubro de 1975, extinguindo a então existente Divisão de Terras da Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), constituindo-se numa autarquia estadual responsável pela execução da política agrária do Pará. ITERPA, Governo do Estado do Pará, Belém: Falangola Offset, 1975, pp. capa e 01.

<sup>149</sup> *Interação*: dezembro de 1988 / Ano V – nº 13, p. 09. Arquivo do CENTUR (Centro Cultural Tancredo Neves), Belém – Pará.

<sup>150</sup> O INCRA foi criado por volta de 1970, tendo por fim efetuar a colonização como paliativo para não realizar uma reforma agrária efetiva, principalmente no Nordeste e em outros Estados alvos de conflitos agrários, visto que incentivava a vinda dos chamados colonos dirigidos para viver nos Projetos de Assentamento, não se importando com os colonos espontâneos, o que contribuiu para intensificar e transmutar esses conflitos para a região amazônica. A esse respeito ver VELHO. op. cit. p. 154 e LOUREIRO, op. cit. p. 149.

O apaziguar os ânimos e colonizar um suposto “espaço vazio” na Amazônia Oriental também estava presente na fala do ITERPA na época. Na verdade, no caso de Tailândia, a idéia de vazio era justificada pelo órgão local, em função do perímetro em que a nova vila-município nascia. Segundo o ITERPA Tailândia era uma terra limite, fronteira entre dois municípios: o de Moju e o do Acará.

Os três técnicos do ITERPA fizeram a primeira visita ao local em 1977, quando foram cadastrados por José Clarindo – o tenente Pinheiro – 117 “posseiros”, a maioria oriundos de outros Estados<sup>151</sup>. Os técnicos retornaram ao local, de modo mais sistemático, em 1978, quando instalaram um posto na então Vila de Tailândia, com fins de desenvolver no local um Projeto de Assentamento Dirigido. De fato, este assentamento só foi criado oficialmente quando se deu a implantação da Colônia de Tailândia, por meio do Decreto nº 545 de 11 de janeiro de 1980. Este decreto especificava a criação de uma colônia às margens da Pa-150, que teria como principal objetivo a “absorção racional de fluxo migratório na região”, conforme aponta o periódico do ITERPA, *Interação*<sup>152</sup>.

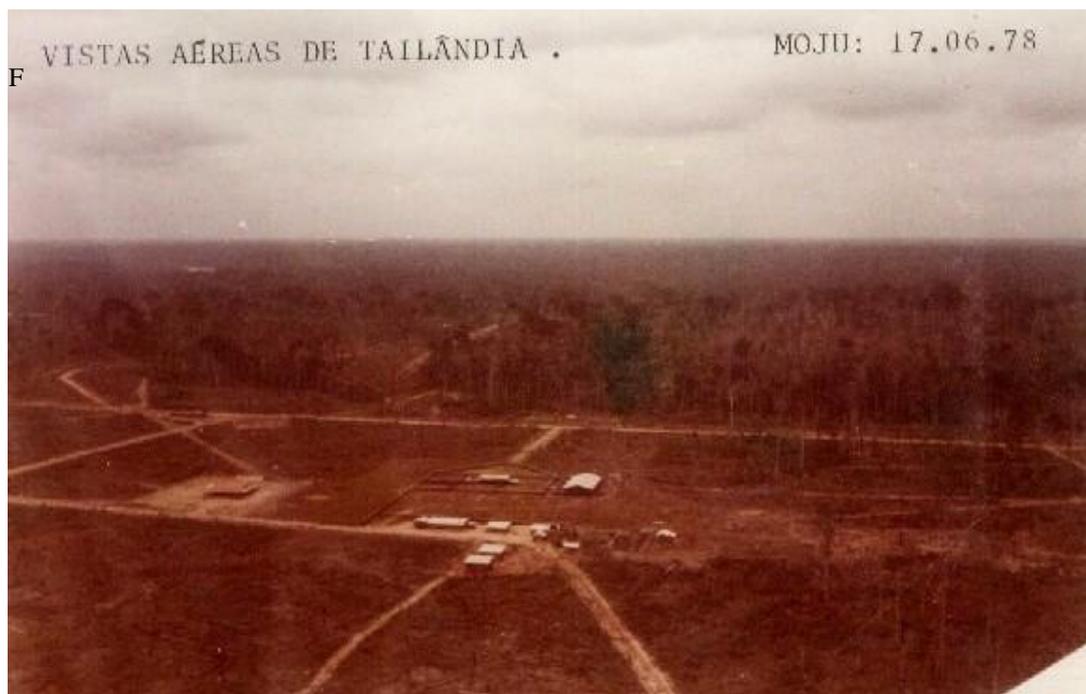
O projeto de colonização e assentamento foi pensado em moldes semelhantes ao de outras vilas e agrovilas já implantadas em outros locais, como ao longo da Transamazônica. Ele objetivava tornar Tailândia “um importante centro agrícola e pecuário”. Neste sentido, o projeto se justificava pela “carência de pessoas” que viessem para ocupar mais efetivamente o local. No projeto do ITERPA esta população ausente, teria sido rapidamente providenciada pelo ITERPA. Invertendo a ordem, os técnicos do ITERPA, parecem criar uma cidade antes do conflito agrário e das pessoas que já estavam no local antes de sua chegada, em um doloroso processo de obliteração da memória coletiva. Vejamos duas fotografias de períodos distintos e o que elas nos permitem compreender sobre a ocupação de Tailândia:

Foto n° 05: Vista aérea de Tailândia – Moju 17/06/1978.

---

<sup>151</sup> *Interação*, op. cit. dezembro de 1988 / Ano V – nº 13, p. 09. Arquivo do CENTUR.

<sup>152</sup> Idem, março de 1989 / Ano V – nº 16, p. 12. Arquivo do CENTUR.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

Foto n• 06: Vista aérea da Vila de Tailândia e da Pa-150, datada de fevereiro de 1980, segundo indicação no canto inferior direito da fotografia.



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.

A fotografia nº 05 mostra uma visão aérea da Vila de Tailândia no dia 17/06/1978, demarcando a falta de um traçado urbano regular e a simplicidade das moradias no local. Nessa fotografia também já aparece bastante nítido o espaço devastado em nome da construção da estrada e da vila, como se a floresta “desse passagem” para algo mais relevante, postando-se ao fundo de tudo isso. Nessa imagem vemos vários traçados ou caminhos abertos em linha reta ou curva – o que devem ser vicinais – além da própria Pa-150 que mais uma vez se estende como uma espécie de “passadeira ou esteira do progresso e desenvolvimento” regional. Temos ainda algumas construções que pontilham a imagem denotando a inicial presença humana no local. O céu aparece também contrastando sua clareza com a escuridão das árvores e vermelhidão do solo que chega a lembrar um deserto, isto é, não apenas um local árido e de elevadas temperaturas, mas também pelas poucas habitações que se perdem na imensidão de aberturas vicinais e a rodovia Pa-150 ao fundo.

Já a fotografia nº 06, cuja datação é do mês de fevereiro do ano de 1980, portanto, apenas 20 meses após a anterior, registra a Vila de Tailândia não mais como um povoado embrionário que não passava de poucos casebres e que nem rua havia sido demarcada. Ao contrário, nessa imagem, cujo ângulo também é uma tomada aérea, podemos visualizar em meio à fumaça que encobre determinados pontos e da mata que circunda a Vila, os traçados de um centro urbano que crescera celeremente, com quadras demarcadas, ruas traçadas e muitas

habitações construídas, principalmente na margem esquerda do sentido Belém-Marabá, ou seja, acompanhando o traçado da rodovia ali aberta e que se estende a perder de vista, adentrando no território do município de Acará, tendo no sentido oposto o de Moju.

É certo que nesse curto período o povoado ganhou contornos de vila, visto que cresce rapidamente tanto devido aos comentários daqueles que ali já residiam, quanto pela propagação efetuada pelo ITERPA que apontava Tailândia como a “Terra Prometida”, aquela onde se conseguiria o tão sonhado pedaço de terra para plantar, principalmente esperanças de um futuro promissor alicerçado na economia agrícola, na extração de madeira e na pecuária. Acompanhem algumas falas acerca do motivo de terem vindo para Tailândia, o que creio estar associado em grande medida à doação de terras pelo ITERPA, pois há vários depoimentos que enfatizam esta temática:

Porque... tavam dano [sic] terra pra cá e... lá não tava dano [sic] mais pra nois [sic], aí nois [sic] viemo [sic] pra cá, da Aurora do Pará, que nois [sic] viemo [sic] de lá pra cá<sup>153</sup>.

Muitas pessoa [sic] de lá já dos meu vizinho de Santa Maria já tavam vindo pra cá, uns já moravam, outros tavam fazendo uma pesquisa para virem embora. Aí a gente veio. O Chico veio na frente (tosse), aí achou que aqui tava se disinvolvendo [sic]. Tinha muita madeira naquela época. Achava que era melhor [sic] a gente vir, aí ele veio na frente, aí a gente com um ano a gente veio, veio com a família toda pra cá<sup>154</sup>.

As pessoas chegavam em Tailândia pela grande fama, que existia muita terra, caça e madeira de lei, muita gente visava que Tailândia iria ser uma cidade de grande prosperidade, como tem sido, uma cidade do Pará que está de parabéns. Quando surgiu a notícia que as terras da Belém – Marabá eram boas, porque a terra era plana e boa para a agricultura, reuniu-se uma quantidade de homens deixando suas famílias a sós por alguns dias, era só mata, eles se acampavam em beira de rios em barracos de lona. Derrubaram roças, queimaram e voltaram, foram em busca das famílias [...]<sup>155</sup>.

Nas falas acima percebemos o que trouxe cada uma das senhoras para o espaço ainda desconhecido de Tailândia: terras, madeira e agricultura. A Sr<sup>a</sup>. Maria Anunciada declara que as condições aonde viviam – Aurora do Pará – já não eram favoráveis e que em Tailândia estavam dando terras, numa clara alusão à distribuição feita pelo ITERPA. Já a Sr<sup>a</sup>. Margarida aponta que inicialmente veio o seu filho Chico, justamente de Santa Maria do Pará. Este rapaz acreditava no desenvolvimento do lugar e também migrava acreditando que na nova

---

<sup>153</sup> Maria Anunciada Bezerra Viana, natural de Santa Maria do Pará – 31/12/1944. Entrevista por mim realizada no dia 07/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>154</sup> Margarida Alves Lira, natural de Sobral – Ceará. Entrevista por mim realizada no dia 06/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>155</sup> PRADO, op. cit. Anexo, p. 147.

localidade haveria muita madeira. Depois de um tempo, Chico achou por bem trazer os pais, visto que outras pessoas da dita cidade já tinham vindo e, que ele próprio havia visto Tailândia como um local que iria prosperar. A Sr<sup>a</sup>. Luíza, por sua vez, ainda solteira, tinha vindo acompanhar a família, cuja mudança teria sido movida pela esperança de prosperidade associada à Tailândia em decorrência dos bens que o local ofertava, como por exemplo, as terras ideais para o cultivo diversificado e a madeira de lei que existia em abundância. É notório sublinharmos que cada pessoa carregava naquele momento interesses distintos e esperanças bastante verves. Entretanto, as mesmas, por vezes, se cruzavam na medida em que o eixo norteador de tais sonhos se direcionava para a exploração da terra ou da madeira. Outro elemento significativo nas falas acima é que a difusão de Tailândia se dava também por vias informais, como o boca-a-boca das arraias miúdas que circulavam em busca de um lugar para se fixar e alcançar melhores condições de vida.

O fato é que, pelo alardear da distribuição de terras, seja por vias institucionais – as promoções efetuadas pelo ITERPA acerca de seu trabalho “pacificador” e empreendedor – seja por vias indiretas – os vizinhos, parentes ou conhecidos que traziam as notícias, Tailândia em aproximadamente quatro anos, encontrava-se com um crescimento demográfico célere. No entanto, este crescimento demográfico não condizia com a estrutura econômica, física e social que o espaço apresentava, o que pode ser percebido no PAD – Tailândia (Projeto de Assentamento Dirigido para Tailândia), o qual como foi mencionado, foi planejado em 1980, contendo algumas informações sobre o estado da Vila.

Em termos de estrutura, as condições de Tailândia eram as seguintes segundo o PAD – Tailândia: tinha como via de acesso a Pa-150 que estava em péssimas condições de conservação, faltando ainda estradas vicinais que possibilitassem ao pequeno produtor rural o escoamento da sua produção agrícola, o que vai ser apontado no referido documento como causa da evasão de muitos colonos para outras localidades mais propícias<sup>156</sup>; o sistema de comunicação era precário, contando com 71% do uso do rádio, sem se utilizar da televisão por não existir rede de transmissão local, havendo 23% de pessoas que utilizavam outros meios não especificados no diagnóstico e, apenas 4% que liam jornais e 1% revistas<sup>157</sup>. O uso de pouca informação escrita pode ser explicada pelo nível de escolaridade das pessoas que habitavam nessa época a Vila de Tailândia, pois segundo a assistente social do ITERPA que efetuou um breve levantamento para compor o PAD – Tailândia, 48% da população tinha apenas o curso

---

<sup>156</sup> COLÔNIA AGRÍCOLA DE TAILÂNDIA – PAD – PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO, ITERPA, Governo do Estado do Pará, 1980, pp. 03, 06-07. Câmara Municipal de Tailândia.

<sup>157</sup> Idem. p. 04.

primário incompleto – atual ensino fundamental menor – enquanto 24,22% era analfabeta, 23,02% não se encontravam em idade escolar e somente 2,45% tinha o ginásio completo, isto é, o ensino fundamental maior, havendo 0,35% que tinha o curso colegial completo – ensino médio – e, 0,04% integrado por pessoas que tinham escolaridade de nível superior<sup>158</sup>. A carência educacional era enorme, pois havia nessa época 15 escolas em Tailândia, sendo 14 na colônia ou zona rural e 01 na Vila ou perímetro urbano que, era recém-inaugurada, apenas um ano antes, que era a Escola Estadual de 1º Grau Profº. Gabriel Lage da Silva, denominação posta em homenagem ao servidor do colégio Moderno de Belém que havia falecido em 1977<sup>159</sup>. Essa escola da Vila contava com duas professoras de nível médio e os outros educadores são citados como “oriundos da própria comunidade”, ou seja, com pouca escolaridade. O PAD – Tailândia referia-se ainda à necessidade de construção de uma escola de 2º grau, pois esse era um dos elementos que contribuía para a evasão de pessoas que sonhavam para seus filhos a possibilidade de atingirem maior escolaridade<sup>160</sup>.

A falta de estrutura em Tailândia além se refletir na precariedade educacional, também podia ser percebida em outros setores, como a saúde que tinha como ponto de apoio apenas um pequeno Centro de Saúde que, no entanto, pouco podia fazer para salvar vidas, visto que existia somente um médico e uma enfermeira atendendo no mesmo e faltava até um insumo básico como a energia elétrica 24 horas necessária para o funcionamento de determinados equipamentos médico-cirúrgicos. O documento indica ainda a necessidade de mais um médico, um dentista e a implantação de gabinete odontológico, um bioquímico para realizar exames laboratoriais e outros postos de saúde para que pudessem assim atender eficazmente a população de Tailândia<sup>161</sup>. Também em termos de construções podemos visualizar a Vila em 1980, pois de acordo com o ITERPA essa tinha casas construídas predominantemente em taipa e poucos prédios em alvenaria que eram de propriedade de colonos locais, pequenos comerciantes, fazendeiros ou donos de serrarias, havendo ainda aqueles que residiam em casas cedidas ou alugadas e as edificações de instituições como o próprio órgão estatal, além da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), posto telefônico da TELEPARÁ (Telefonia do Pará) e Agência do Banco Itaú que tinha sido trazida com fins de fornecer financiamentos ou crédito rural que permitisse ao pequeno produtor investir e dinamizar a sua produção agrícola. O produtor ou trabalhador rural da Vila de Tailândia nesse período recebia a assistência, ainda que ineficaz de dois sindicatos: o

---

<sup>159</sup> *O Liberal*, 04/0/1977, op. cit. p. 02. Arquivo do CENTUR.

<sup>160</sup> PAD – Tailândia, op. cit. pp. 10-12. Câmara Municipal de Tailândia.

<sup>161</sup> *Idem*, p. 10.

Sindicato Rural do Moju e Sindicato Rural do Acará, municípios aos quais encontrava-se ligada administrativamente<sup>162</sup>.

À medida que vamos aos poucos adentrando no universo tailandense dessa época, se torna possível dimensionarmos até onde vão as ações do ITERPA para impulsionar o projeto tão difundido como a “Terra Prometida”. De um lado sabemos que, sem a sua interferência, provavelmente demorasse mais tempo para que algumas instituições se instalassem na Vila. Por outro lado sabemos também que, devido a morosidade do ITERPA, muitas ações ficaram por acontecer. Por exemplo o Banco Itaú tentou financiar projetos agrícolas para os pequenos produtores, mas foi barrado. Para que os produtores pudessem alcançar o crédito era preciso que tivessem o título definitivo da terra para dar como calção e, ao contrário do que era propagado em Tailândia, muitas vezes o agricultor assentado tinha somente o acesso a um guia de assentamento que o autorizava a ocupar um determinado lote do núcleo colonial da Vila, sendo esse de caráter provisório, conforme documento em anexo na página 153<sup>163</sup>. Outro elemento comprobatório dessa situação é que, anos depois, quando o ITERPA divulgava o seu trabalho de assentamento, Tailândia mesmo sendo considerada uma colônia modelo, não figurava entre os locais que mais tinham concedido titulação, o que é bastante contraditório ao discurso de eficiência e oferta de possibilidades alardeado por esse órgão. Acompanhemos a tabela abaixo que nos auxilia a visualizar a situação da titulação em várias localidades do Pará, exceto Tailândia:

Tabela nº 02: Títulos entregues pelo ITERPA no período de 15/03/1987 a 15/03/1989.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>TOTAL</b>
Abaetetuba.....	123	Bujaru.....	140
Acará.....	290	Cachoeira do Arari.....	01
Ananindeua.....	377	Cametá.....	145
Almeirim.....	01	Capanema.....	72
Anajás.....	03	Castanhal .....	49
Augusto Corrêa.....	33	Colares.....	62
Baião.....	207	Conceição do Araguaia.....	88
Barcarena.....	53	Curuçá.....	90

<sup>162</sup> Ibidem, pp. 07-08, 12.

<sup>163</sup> GUIA DE ASSENTAMENTO – ITERPA, 15/01/1980. Documentos da AMOTA (Associação de Moradores de Tailândia). Arquivo pessoal da família Gouvêa. Anexo de documentos escritos, p. 153.

Belém.....	29	Igarapé-Açú.....	59
Benevides.....	190	Igarapé-Miri.....	106
Bonito.....	60	Inhangapi.....	48
Bragança.....	390	Irituia.....	50
Limoeiro do Ajuru.....	27	Rondon do Pará.....	82
Magalhães Barata.....	24	Redenção.....	05
Maracanã.....	23	Salinópolis.....	24
Marapanim.....	112	Santarém Novo.....	63
Mocajuba.....	291	Santa Cruz do Arari.....	02
Moju.....	18	Santa Izabel do Pará.....	109
Muaná.....	57	Santa Maria do Pará.....	67
Monte Alegre.....	89	Santo Antônio do Tauá.....	95
Nova Timbotêua.....	77	São Caetano de Odivelas.....	122
Oueiras do Pará.....	04	São Francisco do Pará.....	54
Ourém.....	89	São Félix do Xingu.....	01
Peixe-Boi.....	25	São Miguel do Guamá.....	174
Ponta de Pedras.....	02	São Sebastião da Boa Vista.....	03
Prainha.....	170	São Domingos do Capim.....	01
Porto de Moz.....	14	Tomé-Açu.....	493
Primavera.....	90	Vigia.....	103
Parauapebas.....	437	Viseu.....	170
		TOTAL GERAL.....	5.747

Fonte: *Interação*: Belém, março de 1989 / Ano V – nº 16, p. 12. Arquivo do CENTUR (Centro Cultural Tancredo Neves), Belém – Pará.

O periódico *Interação* como vimos acima, traz o trabalho de assentamentos realizado no intervalo de dois anos. Torna-se difícil visualizar a situação de Tailândia, pois a localidade não foi mencionada embora desde 1988, já havia se tornado município. Se pegarmos os municípios do qual a antiga Vila fazia parte, temos uma quantidade relativamente pequena de titulações, pois Acará teve 290 títulos, tendo-se em vista que Tailândia fazia parte desse município e contava com aproximadamente 10 mil habitantes em 1988<sup>164</sup>, mas em termos de comparação com outros municípios, o Acará está em sexto lugar no mapa apresentado, só perdendo para grandes municípios e alguns deles próximos a Belém como Ananindeua. Dessa

<sup>164</sup> Ver Documentos da AMOTA em anexo na p. 154, Telex do Governador Hélio Gueiros ao presidente do IBGE – Rio de Janeiro.

forma, a política de regularização agrária a que se propunha o ITERPA, inclusive em seu decreto de criação não era efetivamente cumprido e por vezes dificultava a permanência dos colonos na terra, gerando o êxodo rural ou um fluxo migratório constante em torno dos projetos de assentamentos, como em Tailândia.

Este processo conferiu a essa localidade uma característica marcadamente semelhante a de outros lugares do Pará e da Amazônia que, consiste na transitoriedade. Por definição etimológica, a idéia de transitoriedade remonta a algo que tem duração efêmera<sup>165</sup>, nesse caso, aplicando-se perfeitamente ao contexto tailandense, visto como um local em que muitos vieram celeremente e, não possuindo títulos definitivos ou créditos ficavam pouco tempo. Muitos migrantes voltavam para seus locais de origem, quando tinham condições de fazê-lo, ou buscavam refúgio em outros lugares para plantar os sonhos e esperanças de um futuro promissor em outras paragens.

Os colonos que permaneceram relembram o passado como um local distante. Nestes depoimentos não é possível captarmos esse passado tal qual ele se processou, mas que de certa maneira nos aproximamos dele e ele já não se torna tão estrangeiro como diria o historiador David Lowenthal<sup>166</sup>. Para eles o maior problema quase sempre era o isolamento e a falta de infra-estrutura local.

Para o ITERPA, segundo o PAD – Tailândia, a Vila apresentava problemas de fixação dos colonos. O documento aponta que a causa da evasão dos mesmos além de ser condicionada pela má conservação da Pa-150 era a falta de estradas vicinais que possibilitassem o escoamento da produção agrícola. Além destes dois problemas o ITERPA ainda apontava outro fator significativo que era a origem das pessoas que vieram predominantemente até 1980. Segundo este órgão governamental a população local, em sua maioria teria vindo de localidades ribeirinhas, normalmente originárias do Nordeste, o que segundo o ITERPA era o fator responsável pela transitoriedade dos colonos, visto que não tinham uma tradição agrícola forte que lhes fornecesse subsídios para resistir às intempéries da empreitada de colonização, principalmente as dificuldades de escoamento dentre outras<sup>167</sup>. Para trabalhar esta origem populacional recorri a uma fonte vinda da Igreja católica local: o livro de casamentos da primeira paróquia de Tailândia. Acompanhemos a tabela elaborada por mim a partir desta fonte citada. Ela nos fornece alguns dados sobre a origem dos migrantes na década de 1980:

---

<sup>166</sup> LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, nº 17, 1998, p. 141.

<sup>167</sup> PAD – Tailândia, op. cit. pp. 09, 12. Câmara Municipal de Tailândia.

Tabela nº 03: Casamentos realizados na década de 1980 em Tailândia.

Ano	Nº de Casamentos/ cônjuges	Estados onde os cônjuges foram batizados													
		Pará		Maranhão		Outros Estados do Nordeste		Estados do Sudeste		Estados do Sul		Estados do Centro Oeste		Não identificado	
1980	12/24	10	41,5 %	06	25%	06	25%	02	8,5%	X	0%	X	0%	X	0%
1981	43/86	38	44%	24	28%	16	18%	06	7%	X	0%	03	3%	X	0%
1982*	18/36	22	61%	04	11%	02	5,5 %	04	11%	01	3%	01	3%	X	0%
1983	80/160	100	62,5 %	30	19%	21	14%	02	1%	X	0%	04	2%	03	1,5%
1984**	36/72	37	51%	12	17%	13	18%	01	1%	05	7%	01	1%	03	4%
1985	21/42	30	71,5 %	04	9,5%	04	9,5 %	X	0%	X	0%	X	0%	04	9,5%
1986	22/44	20	46%	12	27%	10	23%	01	2%	X	0%	X	0%	01	2%
1987	22/44	26	59%	09	21%	04	9%	01	2%	01	2%	X	0%	03	7%
1988	17/34	20	58%	04	12%	02	6%	X	0%	X	0%	X	0%	08	24%
1980-88	271/542	303	56%	105	19%	78	14%	17	3%	07	1%	09	2%	22	4%

Fonte: Livro de registro de casamentos da Paróquia de São Francisco de Assis – Tailândia, que se inicia em 23/11/1980 e termina em 1994, sendo o livro de nº 01.

#### Observações:

\* Nesse ano casaram-se também duas pessoas de outra nacionalidade, isto é, eram italianos de Vicenza, provavelmente parentes do pároco local, Lino Zuchi, o que assemelhei devido ao sobrenome do noivo<sup>168</sup>.

\*\* Nesse ano também houve um dos casados que procedia do Estado do Acre.

A tabela nos permite visualizar, no limite, a origem de parte das pessoas que migravam para Tailândia na década de 1980, visto que, geralmente, estes migrantes eram católicos e que o local de batismo era normalmente o de nascimento. Conforme cada ano listado na pesquisa, migravam para a Vila pessoas vindas do próprio Estado do Pará e do Estado vizinho, o Maranhão<sup>169</sup>. São ainda significativos os números dos outros Estados do Nordeste como Piauí, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Já das outras regiões o número de migrantes quase sempre era menor do que 10%. No ano de 1980, isto é, apenas três anos após o início da colonização de Tailândia, vieram principalmente pessoas oriundas do próprio

<sup>168</sup> Esse casamento entre italianos justifica a disparidade dos dados da tabela neste ano, pois na mesma constam 18 casamentos, o que daria 36 cônjuges, mas na contagem geral só aparecem 34.

<sup>169</sup> O livro de registro de casamentos contribuiu para essa visualização, porque nesse período abordado na tabela havia poucas Igrejas instaladas em Tailândia, ocorrendo posteriormente, já na década de 90 a multiplicação de outras e, conseqüentemente, a evasão de fiéis católicos para essas, restringindo os números de casamentos.

Estado do Pará, de alguns Estados do Nordeste, dos quais se destacaram os migrantes maranhenses, que certamente fugiam das dificuldades vivenciadas no Estado de origem, cujas empreitadas desenvolvimentistas foram bastante similares àquelas empreendidas no Pará na década de 80. Em 1981 podemos observar que ocorre uma mudança nesses dados da tabela nº 03 que servem como amostra, pois os índices de migrantes do Sudeste e Centro-Oeste aumentam lentamente, muitos dos quais impulsionados pela propaganda governamental que difundia a existência de terras para todos. Lembrando que esses percentuais oscilam aumentando e declinando em alguns anos.

A situação de migração é mais ou menos estabilizada, devido às condições da Pa-150 que dificultava o acesso à Colônia oficial então implantada pelo ITERPA. O que se divulgava era a “Terra Prometida”, mas a estrada às vezes a tornava inacessível ou um sonho que deveria ser esquecido devido os percalços que o acompanhavam. Acompanhemos a narração de alguns moradores acerca das dificuldades encontradas em Tailândia nos seus primórdios:

Sim, mais [sic] era difícil, até o trevo lá, a gente... os transporte ficava lá e a gente ia daqui a pés, num passava nem carro, era só buraco, buraco<sup>170</sup>.

Só piçarra, mas já tava tudo aberta (ao ser novamente indagada sobre o trânsito, respondeu): e o trânsito era difícil<sup>171</sup>.

Olha a Pa-150 tinha um asfalto quebrado por aí, um... umas pontes de madeira que era um absurdo, essas ponte de madeira era um... um crime doido, os pessoal vinha num conhecia a estrada caía lá embaixo no garapé [sic], a ponte num agüentava, era um sufoco! E... tinha lugar que o asfalto quebrava, a gente... virava um atoleiro que passava de três dias pra chegar em Belém. A gente pra viajar pra Marabá, pra Belém tinha de esperar ônibus de Marabá, a hora que passava a gente ia pindurado [sic] porque não tinha mais cadeira pra sentar, era um sufoco do caramba que a gente via, a estrada era péssima, saía daqui pra Tai... pra Belém tinha que passar três dia ou quatro pra poder voltar porque terminava ficando na estrada, principalmente no período do inverno, a fieira [sic] de carro, dois, três atolado e os outro na fila pra poder passar. Foi isso que eu vi alguns anos na Pa-150<sup>172</sup>.

As dificuldade [sic] que eu tou [sic] te dizendo é só mermo [sic] porque num tinha onde comprar nada, quem viesse esperando, quem vinha lá das Quatro Boca, vinha do

---

<sup>170</sup> Margarida Alves Lira, natural de Sobral – Ceará. Entrevista por mim realizada em 06/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>171</sup> Maria Anunciada Bezerra Viana, natural Santa Maria do Pará – 31/12/1944 – vendedora de comidas típicas. Entrevista por mim realizada em 07/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>172</sup> Pedro Mercides da Costa, natural de São João do Piauí – 01/08/1950 – secretário de agricultura e meio ambiente de Tailândia. Entrevista por mim realizada em 20/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

Muju [sic] com alguma coisinha pra vender aqui e agente comprava. Enfrentemo [sic] dificuldade [sic] grande.  
Minha fia [sic] era um trabaio [sic] pra gente chegar aqui, o transporte. Eu mermo [sic] sufri [sic] foi muito ino [sic] e pra Paragomina atrás d'alguma [sic] coisinha por lá de meu fi [sic], eu... eu... algum dinheirim [sic] que ele trazia e sei lá, pra mim chegar aqui por falta de transporte eu sufri [sic] tanto, que teve um dia que vinha só com uma criança, uma netinha que é até a Ana Alice... eu sufri [sic] tanto na boléia dum carro... só medo, que o homem era até bom, mas vinha bebo minha fia [sic], eu quar [sic] (risos) morro nesse... nessa noite, mas confiada em Deus... confiada em Deus... (perguntei se a estrada era ruim ou não e dona Maria respondeu): a estrada era ruim e não tinha transporte. Os transporte era difícil minha fia [sic], eu sufri [sic] muito inda hoje... cumé [sic] que eu já te disse, fiquei viúva, fiquei maginando [sic] de ir mimbora [sic] daqui, mar aí já tinha chegado genro, tudo começando [sic] trabaia [sic], foi o jeito de eu ficar quieto, inda hoje eu tou [sic] aqui, graças de Deus, meu Deus<sup>173</sup>!

Os entrevistados ao serem indagados sobre as condições da estrada ou as dificuldades encontradas em Tailândia, geralmente se reportam à estrada, apontado situações calamitosas que enfrentavam devido a má conservação da “passagem” construída para trazer progresso para a Amazônia e dinamizar ou facilitar a conexão norte-sul dentro do Estado do Pará. A Sr<sup>a</sup>. Margarida que veio para a Vila em 1982, conta que os carros que conduziam para outras localidades ficavam num trevo na direção de Belém que atualmente leva em torno de uma hora para chegar lá, naquela época era preciso ir a pé, pois não havia como os carros passarem, pois segundo a entrevistada só havia buraco. A Sr<sup>a</sup>. Maria Anunciada menciona que a estrada estava aberta quando ela chegou em 1978, só que era feita apenas de piçarra e ao se referir ao trânsito em suas palavras lacônicas, definiu-o como difícil. O Sr. Pedro já veio em fins da década de 80, precisamente em 1987, mas contou que as condições da estrada ainda eram precárias, relatando que havia um asfalto quebrado e que as pontes ofereciam riscos de vida constantes aos transeuntes da Pa-150 por serem ainda de madeira e mal conservadas. Esse senhor relatou ainda que havia muitos atoleiros que dificultavam as viagens tornando-as mais demoradas, como por exemplo, para ir à Belém gastava-se três dias e as condições de viagem eram péssimas, visto que o morador de Tailândia tinha que esperar o ônibus que vinha de Marabá para a capital paraense, rezando para que houvesse alguma cadeira vazia, caso contrário, o Sr. Pedro conta que se ia pendurado amargando toda a distância e as intempéries da insalubre viagem. Esse depoimento é bastante relevante também para se enfatizar o que provavelmente já foi citado quando mencionei os ideais de construção da Pa-150 – a interligação de projetos implementados na Amazônia Oriental e a condução de progresso e desenvolvimento – mas dentre essas metas não figurava nas concepções dos governantes

---

<sup>173</sup> Maria Domingas Oliveira Sousa, natural de Pedro II – Piauí – 01/12/1919 – aposentada. Entrevista por mim realizada em 21/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

federais ou estaduais realmente possibilitar a locomoção das pessoas dentro do Estado ou da região Amazônica, pois a estrada foi aberta e planejada, porém só em meados da década de 1980 é que foi asfaltada, recebeu uma camada rala e pouco eficaz para agüentar o trânsito que era bastante constante nesse perímetro. Já a Sr<sup>a</sup>. Maria Domingas menciona que era muito difícil as condições em Tailândia, porque era complicado até para se comprar algum gênero alimentício, o que certamente era contribuído pelas condições da estrada. Dona Maria Domingas conta que era tão difícil o transporte nessas paragens que, quem queria viajar, se submetia a viagens medonhas, como quando ela teve que ir com sua netinha para Paragominas com um motorista que se encontrava em sério estado de embriaguez, causando-lhe verdadeiro pânico na estrada. Além desses relatos de moradores locais, o jornal “*O Liberal*” numa matéria escrita pela jornalista Ana Célia Pinheiro refere-se à Tailândia mencionando as más situações das pontes que davam acesso à Vila no ano de 1984, da estrada esburacada e cheia de lama e dos 2.600 habitantes que estavam “esquecidos de Deus e dos homens” amargando mortes causadas por doenças como malária e a contaminação pelo agente laranja – um veneno pulverizado sobre o linhão da ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A) que passa por dentro da Vila para diminuir a vegetação às proximidades da linha de transmissão energética – além da falta de assistência para quem realmente se dedicava ao trabalho agrícola. Segundo a referida jornalista, em Tailândia as promessas assumiram o seu lado mais cruel, pois a Vila era então um retrato fiel da situação em que foram deixadas as famílias que para lá migraram predominantemente de outras localidades paraenses ou maranhenses atraídos pelo programa oficial de colonização<sup>174</sup>.

Na vila não havia energia, mesmo com o linhão da ELETRONORTE entrecortando-a em direção à Barcarena, o que mais uma vez evidencia o que era a prioridade da época, o fornecimento de energia, de vias transitáveis para a interligação de projetos econômicos, não de benefícios à sociedade estimulada à povoar os arredores do mesmo, por isso, os moradores que permaneceram tiveram que reelaborar suas vivências para que assim fosse possível permanecer e tentar reconstruir seus planos e sonhos, o que veremos no tópico seguinte.

### **2.3 – Entre dois mundos: o mundo que o migrante traz consigo e o que ele encontra ao chegar.**

---

<sup>174</sup> *O Liberal*, op. cit. 12/02/1984, p. 18. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Belém.

É preciso salientar que as ações do ITERPA não se encerraram no que foi mencionado no tópico anterior, mas ainda traremos outras situações em que essas ações e representações estão ligadas às projeções realizadas pelos migrantes nesse “lugar de trânsito ou provisoriedade” em que se constituiu Tailândia, por isso trataremos de abordar como alguns desses migrantes viviam em seus locais de origem, o que pretendiam ao chegarem na Vila e como tudo se construiu.

De acordo com o decorrer da pesquisa tornou-se nítido que conforme o período de migração, temos um determinado percentual pertencente a uma região do Brasil ou Estado e os costumes distintos que esses carregavam consigo, por exemplo, de 1977 a 1979 vinham mais paraenses ou nordestinos geralmente maranhenses, cujos dados não podemos precisar com detalhes, pois se foi efetivado um recenseamento da população que chegava, esse se perdeu na parafernália documental que o ITERPA tinha em Tailândia quando ocorreu em sua sede nessa localidade, um incêndio criminoso em 1989, momento em que o periódico *Interação* denunciou a destruição de toda a documentação que havia nos arquivos do referido órgão que, apontou o incêndio como uma tentativa de barrar a ação do ITERPA justamente no local em que ele mais desenvolveu a política fundiária da qual é responsável no Pará, pois teria assentado milhares de famílias propiciando em pouco tempo a transmutação da Vila em cidade. Narra o periódico que apesar de todo o trabalho efetivado, havia em Tailândia os insatisfeitos com a ação do ITERPA que tentavam fazer de tudo para impedir seu trabalho, mas como a Fênix lendária o escritório do órgão renasceria das cinzas, sendo reconstituído em pouco tempo para que os colonos tivessem seus títulos definitivos aforados<sup>175</sup>. Devemos alertar que tal discurso era mais uma das bravatas propaladas pelo órgão e, que até hoje, não se sabe que documentos havia lá e se existiam cópias, pois em pesquisa ao dito posto em Tailândia, nada souberam me informar, apenas que talvez na sede estadual em Belém houvesse cópias, para onde me voltei diversas vezes e ninguém soube informar nada, visto que esse órgão já alguns anos parece não ter memória ou história, uma vez que despreza a importância dos arquivos documentais do que realizou no passado, para o bem ou para o mal. Apenas podemos supor pelo que apontam tanto o PAD – Tailândia elaborado em 1980, quanto o livro de registros de casamentos da Paróquia de São Francisco de Assis. Já nos anos de 1980 em diante foi possível notar que a chegada de migrantes do Sudeste e do Sul oscilou, chegando até mesmo em alguns momentos a declinar, lembrando que, em sua grande maioria eles vieram, não essencialmente para desenvolver trabalho agrícola como os paraenses e maranhenses ou outros nordestinos, mas

---

<sup>175</sup> *Interação*, op. cit. novembro de 1989 a fevereiro de 1990 / Ano VI – Nº 22, p. 08.

preferencialmente para trabalhar com fazenda, extrair madeira ou montar serrarias. Mas passemos agora a acompanhar como viviam alguns desses migrantes em seus locais de origem.

Até os 17 anos, a atividade era trabalhar na agricultura, a gente plantava alho, cebola, quando baixava as águas dos rios. O problema era mais a educação, saúde que não tinha. A educação não tinha diploma, a gente andava dez quilômetros com uma folhinha de papel amasso. Hoje não estuda quem não quer, tem bolsa escola, tem tudo<sup>176</sup>.

A gente sofria [sic] muito minha fia [sic], dentro das mata, trabalhano[sic], fazia farinha, aí quando era no final de semana a gente vindia [sic] lá pra Icoaraci<sup>177</sup>.

Tudo era na roça minha fia [sic], trabaiano [sic] de roça e os terreno de lá era bom, mar [sic] mió [sic] do que os daqui, mas já tava tudo acabado e os fazendeiro era atrás uns dos outro fazendo engulo, que com nós nunca fizeram [sic] engulo não, mas diz que quando a gente ver a barba do seu vizinho arder, bota as suas de mói [sic]. Lá já tava pouco e nós viemo [sic] procurar aqui, chegemo [sic] aqui e em graça de Deus achemo [sic], mas se... veve-se [sic] assim... nunca mais... minha fãmia [sic] é uma fãmia [sic] pobre mais é humilde, pobre, mas num bole com ninguém. E eu já tou [sic] dessa idade que tou [sic], mas sirvo de ixempro [sic] pra eles e pra todos que... que me conhece (ao ser indagada se viviam no Piauí, seu Estado de origem, D. Maria responde): não! Era lá no 70, no ramal que vai pro Marabá, num lugar por nome 70 mermo [sic] (pausa) cume [sic] o nome meu Deu? Rondon do Pará. Eu morava com uma distância de Rondon do Pará de 16 km, mas lá num deixemo [sic] inimigo e nem trouxemo [sic] inimigo, viemo [sic] só atrás de fazer a vida mermo [sic], porque quem trabaia [sic] de roça só vive mermo [sic] com isso<sup>178</sup>.

O Sr. Abel relata que em seu Estado de origem – o Piauí – ele trabalhava com a agricultura plantando alho, cebola quando os rios baixavam, isto é, um trabalho condicionado pelas forças da natureza e que trazia pouca renda para a família. A educação, segundo ele, era também outro problema. Como relatava o Sr. Abel sobre sua infância no Piauí, para se estudar, andava-se quilômetros com uma folhinha de papel almaço em busca da escola. Dona Margarida quando indaguei acerca das dificuldades, ela nem mesmo mencionou o Ceará, seu Estado de origem, talvez porque lá as condições de sobrevivência eram ainda piores do que a localidade paraense de Santa Maria onde residia antes de vir para Tailândia. Ela nos informou o sofrimento que passou e pouco descreveu o que tinha vivenciado dentro das matas trabalhando na produção de farinha, cujo destino era a feira de Icoaraci nos fins de semana. Já

---

<sup>176</sup> Abel Basílio de Carvalho, natural de Pio IX – Piauí – 25/11/1953 – comerciante. Entrevista por mim realizada no dia 21/0/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>177</sup> Margarida Alves Lira, natural de Sobral – Ceará. Entrevista por mim realizada em 06/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>178</sup> Maria Domingas Oliveira Sousa, natural de Pedro II – Piauí – 01/12/1919 – aposentada. Entrevista por mim realizada em 21/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

dona Maria Domingas que assim como o Sr. Abel é piauiense, falou dos problemas enfrentados no ramal 70, isto é, Rondon do Pará, local em que vivia antes de vir para Tailândia. Ela veio juntamente com seu marido e familiares porque em Rondon já havia muitos fazendeiros e apesar das terras de lá serem melhores do que as de Tailândia, dona Maria Domingas deixa bastante evidente que lá já havia conflitos, não com sua família, mas que eram suficientes para que buscassem um novo lugar para viver, pois como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, foi no perímetro por ela citado que desde 1977 ocorriam mortes e conflitos envolvendo a família Davis.

Mais uma vez nesta dissertação fica claro a conexão que existe entre as estradas e histórias tanto das rodovias, quanto das pessoas que as habitaram. Se essas pessoas encontravam problemas em seus locais de origem, muitas resolviam migrar. Foi essa premissa que trouxe muitos homens e mulheres para Tailândia. Acompanhemos mais alguns relatos:

Minha fãmia [sic] quem me trouxe pra cá, foi por causa da notícia que aqui tinha terreno que tavam dano [sic] pros pobre num é, por causa disso meu marido se animou foi vindido [sic] mil pedaço de terra que tinha lá, porque já tava... era pequeno e já tava todo gasto e fazendeiro tava que era os monte ao redor e aí subemo [sic] notícia, o José soube notícia meu fi [sic] e aí disse pra nós, aí nós viemo [sic] em procura, cheguemo [sic], achemo [sic] o dr. Polaros dando terra, lugar, chão de casa pra todo mundo aí que chegava conforme aqueles... que ele é um doutor muito bom num sabe? (Ao ser novamente indagada sobre o ano): minha fia [sic] tá com 28 ano vai compretar [sic] no dia 10 de janeiro que eu cheguei nesse lugar<sup>179</sup>.

Vim para Tailândia em 1980 em busca de terra pra trabalhar porque lá no Maranhão ele não tinha terra para trabalhar, eles são agricultores e precisavam de terá [sic] e aqui encontravam terra<sup>180</sup>.

O acesso a terra e ao trabalho no campo é uma forte atração nos relatos acima transcritos. A fala de cada um dos informantes seja a da Sr<sup>a</sup>. Maria Domingas ou do Sr. Francisco Eugênio Guimarães Neto se reporta à vinda para Tailândia ocasionada pela distribuição de terras que o ITERPA fazia na época. Isto, de certa forma, ratifica a concepção da “Terra Prometida” associada ao lugar e nos permite captar as condições em que muitos desses migrantes vinham, despossuídos de valores. Estes migrantes chegavam à Tailândia embalados por verves esperanças de alcançar melhores condições de trabalho e terra. Era, como mencionou

---

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> SILVA, Célia Maria Borges. *Frutos da Fé: A Expansão da Igreja Católica em Tailândia (anos 1987 até 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, Anexo III, p. 01.

o Sr. Abel na entrevista que me concedeu: “(...) *A gente chegou aqui pra crescer junto com o lugar (...)*<sup>181</sup>. Mas a esperança ou a projeção do que iria se encontrar nem sempre condizia com o que havia na Vila, vejamos o que nos dizem os informantes a esse respeito:

Quando meu pai disse: vamos para a Belém-Marabá, pensei que tudo era bonito e bom quanto o nome, mas o que tinha de bonito era a estrada na piçarra pelo meio da floresta, eu senti muita vontade de voltar, a dificuldade era grande, pensei: meu Deus, o que será de nós? Não tinha onde se comprar um comprimido. Nos dias atuais parando para pensar, até parece um pesadelo<sup>182</sup>.

Quando eu vim pra cá sinceramente esperava assim encontrar uma lugar mais desenvolvido, mais... eu tinha o mesmo sonho de estudar, eu tinha vontade de estudar, de me formar, ser alguém na vida. Aí lá onde a gente morava em Santa Catarina, nós morávamos em colônia a gente tinha acesso a escola, só que não pra 5ª (série) diante já era longe, a gente podia ir de ônibus a pé, mas era longe. Aí então havia essa necessidade, então eu imaginava que ia chegar aqui e continuar estudando, só que quando nós chegamos aqui não tinha 5ª série. Aí com mais alguns anos que a gente já tava aqui que começou o supletivo de 5ª a 8ª né. Aí eu fiz 5ª e 6ª, aí eu fui pra Belém que era pra eu estudar pra lá só que eu não me acostumei, eu fui com o Dr. Polaro que era funcionario do ITERPA, era o chefe do ITERPA naquela época, ele conhecia o meu interesse pelo estudo, eu queria continuar meus estudos, daí ele me levou pra Belém, só que eu não me acostumei longe de minha família, voltei. Aí posteriormente quando eu já estava mais madura um pouco, eu já tinha feito 5ª e 6ª série, e já estava fazendo a 7ª e 8ª, aí surgiu a oportunidade pra mim continuar meus estudos eu fui. Mas... assim, eu esperava encontrar, nesse sentido, um coisa mais avançada só que quando eu cheguei aqui eu fiquei decepcionada porque eu não tinha nada pra mim fazer, eu não estudava, não tinha nada pra mim fazer aqui, aí então eu me decepcionei nesse sentido, mas eu fiquei assim por um lado, eu fiquei pelo meu pai, porque era o que ele queria, e também pelo fato de conseguir bastante terras, sendo que ele tinha 05 filhos e então todos eles eram interessados em trabalhar a terra, em criar gado, plantar, colher, esse tipo de coisa, então por um lado eu não me decepcionei mais por causa disso, porque ele conseguiu logo bastante terras, começaram a plantar, criar gado e estão nesse ramo até hoje<sup>183</sup>.

As jovens Maria Luíza e Marli respectivamente de famílias distintas, imaginavam algo de diferente quando vieram para Tailândia, a primeira – paraense de Irituia – acreditava encontrar um lugar que classificou como bonito e bom, sem no entanto precisar como exatamente seria; a segunda – natural de São Carlos, Santa Catarina – ansiava por um lugar mais desenvolvido que o seu local de origem e que tivesse escola onde pudesse continuar seus estudos, algo que só se concretizou posteriormente, visto que a Vila não oferecia quando

---

<sup>181</sup> Abel Basílio de Carvalho, natural de Pio IX – Piauí – 25/11/1953 – comerciante. Entrevista por mim realizada no dia 21/0/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>182</sup> PRADO, op. cit Anexo p. 147.

<sup>183</sup> Idem, Anexo, pp. 161-162.

ela chegou em 1980, nem mesmo o ensino fundamental maior. Nesse sentido, Marli pôde contar com a ajuda pessoal do administrador do ITERPA em Tailândia nessa época, o Sr. Polaro, visto por alguns com muita admiração pelo trabalho que prestou e por outros com certo rancor, pelos privilégios com que tratava alguns moradores em detrimento de outros. É interessante apreendermos nas falas das informantes, como Tailândia ia aos poucos se construindo e reconstruindo, de acordo com o que havia no imaginário e como a realidade se apresentava, mas também é relevante citar que para muitos os ideais se concretizaram, principalmente para os que queriam terra e permaneceram enfrentando as dificuldades que apareciam.

O mundo que o migrante trazia consigo, ou os mundos plurais destes migrantes eram bastante distintos. Contudo, todos traziam consigo a esperança de prosperar e alguns foram felizes neste sonho. O Sr. Pedro, que veio do Maranhão para Rondon do Pará e de lá para Tailândia, migrou fugindo de questões agrárias e buscando um novo horizonte onde pudesse vislumbrar uma terra onde pudesse exercer seu trabalho de agricultor. Hoje o referido senhor é Secretário de Agricultura e Meio Ambiente em Tailândia, tendo sido recentemente vice-prefeito e, por 12 anos presidente do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tailândia). Outros muitos foram migrar para outros recantos da Amazônia ou do Brasil e deles não podemos encontrar muitas fontes. O certo é que o mundo migrante aos poucos vai se desenhando e se mostrando como realidades cotidianas.

Nos depoimentos, é notório como, a cada dia, surgiam novos obstáculos que precisavam ser vencidos: as condições infra-estruturais da Vila, a educação e a saúde precárias, a falta de alimentos ou remédios e os problemas com a falta de energia elétrica. É interessante perceber que para estes antigos moradores estes problemas estavam no campo e na cidade, pois que a Vila ainda estava cercada por mata e a estrada parecia querer desaparecer no meio dos buracos e terra que insistiam em não deixar o “progresso” chegar.

Em meados de 1980 Tailândia vivia um impasse de crescimento. A Vila já ganhara um contorno mais urbano e o campo recebia mais pessoas a cada dia. Neste contexto o ITERPA já não conseguia mais resolver os problemas que se apresentavam. Os jornais noticiavam a situação calamitosa de Tailândia como um lugar esquecido por Deus e pelos homens. É neste contexto que nasce um movimento que elevou a vila para a categoria de município em 1988. Seu nascimento liga-se a pessoa do administrador local do ITERPA, o Sr. Walter Isse Polaro. Em 1986 ele resolve incentivar a criação de uma associação de moradores que pudesse reivindicar melhorias para a Vila diante dos municípios a que pertencia, Acará e Moju respectivamente. Foi então criada com o apoio do pároco local – o Pe. Máximo Bártoli que cedia o salão paroquial para reuniões comunitárias para discutir benefícios para Tailândia –

a AMOTA (Associação dos Moradores de Tailândia) em 03/11/1986<sup>184</sup>. O primeiro e único presidente dessa entidade sem fins lucrativos foi o Sr. Agostinho Silva Gouvêa, um pecuarista goiano ligado à administração local do ITERPA e que, por vezes, aparece em seu periódico de divulgação, o *Interação*<sup>185</sup>.

A AMOTA teve um curto período de funcionamento efetivo, pois após ter sido registrada, nomeada e presidida funcionou de 1986, data de sua criação, a abril de 1987, quando o então presidente afastou-se para se candidatar a prefeito do município.<sup>186</sup> A AMOTA chegou a fazer várias reivindicações junto ao governo do Estado. Eram elas: 1) segurança policial, justificando para tanto que a Vila tinha crescido e havia um fluxo grande de pessoas de classes sociais diferentes; 2) a criação de uma unidade policial ou delegacia que, segundo a Associação já estava em construção, mas faltavam verbas para concluí-la; 3) a regularização da energia elétrica sob a responsabilidade da CELPA, pois só existia na localidade um grupo gerador sob a administração da Prefeitura de Moju que não atendia nem a 80% da população e mesmo assim, este atendimento era muito irregular com faltas de energia frequentes; 4) criação de um posto médico, pois a precariedade era total, havendo carência de medicamentos e ambulância para a remoção de paciente, entre outras reclamações<sup>187</sup>. Além dessa correspondência referenciada em nota, outras foram emitidas, conforme documentos em anexo, sempre efetuando reivindicações e apresentando a situação da Vila e a ineficácia do ITERPA que já não conseguia resolver as questões que surgiam.

Em uma leitura apressada, as reivindicações desta associação ligada ao ITERPA estavam muito próximas a dos moradores. Em um estudo sobre a fundação de Tailândia, Capelli aponta que a AMOTA reclamava “direitos” para os moradores da antiga Vila. Estes moradores ali representados estariam sofrendo maus tratos, abandono e descasos políticos. Contudo, creio que este discurso da AMOTA aqui encampado na monografia de Capelli pode ser lido sob outros patamares analíticos. Ele foi muito útil também às lideranças políticas locais e estaduais da época. É perceptível que haviam pessoas muito interessadas na futura administração do novo município e nos dividendos obtidos com a criação de cargos e poderes dentro do executivo e legislativo municipal. Se analisarmos mais a fundo, veremos que havia um vereador do Acará, cujo apelido era Dedeco – que constantemente pedia “melhorias

---

<sup>184</sup> CAPELLI, op. cit. p. 12.

<sup>185</sup> *Interação*, op. cit. novembro de 1988 – Ano V / N° 12, p. 11. Arquivo do CENTUR.

<sup>186</sup> Primeiramente houve o plebiscito para a emancipação que, foi realizado em 24/04/1988, conforme noticiou previamente o jornal *Diário do Pará* – 18/04/1988), sendo alcançado o intento por meio do decreto Lei n° 5.452 de 10 de maio de 1988, juntamente com 17 outros municípios paraenses, sendo exercido o primeiro mandato municipal em Tailândia de 1989 a 1992. Ver S.A “Municípios paraenses”, Belém, IDESP, 1990, p. 05.

<sup>187</sup> Documentos da AMOTA: Relatório de pedidos ao Sr. Governador do Estado do Pará, 23/09/1987. Arquivo pessoal da família Gouvêa.

para a Vila”. No movimento ainda estava envolvido o prefeito de Moju, Didi Teixeira, que juntamente com o Pe. Máximo Bártoli – pároco de Tailândia – o Sr. Francisco Nazareno e o Sr. Agostinho Gouvêa foram à Belém ter com governador Hélio da Mota Gueiros, para reclamar a criação do novo município, como se percebe na foto abaixo.

Foto nº 07: Reunião de representantes locais de Moju e Acará, respectivamente à esquerda o Sr. Ferrerinha (funcionário do ITERPA), Pe. Máximo Bártoli e Didi Teixeira (prefeito de Moju), ao fundo o Sr. Francisco Nazareno e à direita o Sr. Agostinho Gouvêa com o governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros – Palácio do Governo, Belém, 1986.



Fonte: Arquivo pessoal da família Gouvêa.

A fotografia aponta um encontro eminentemente político, na medida em que líderes de grupos distintos estão reunidos com o governador do Estado em busca de alcançarem “benefícios” para a então Vila de Tailândia e quiçá sua emancipação. Para tanto, os homens reunidos pretendiam conseguir recursos para fazer um censo e, com o número de habitantes necessários comprovados, obterem a emancipação de Tailândia. Todos saíram felizes da reunião, pois, alguns dias mais tarde, o próprio governador enviou um ofício ao presidente do IBGE solicitando o novo censo. Neste documento ao Sr. Edson de Oliveira Nunes, o governador deixava claro sua intenção de que a Vila fosse emancipada juntamente com os outros municípios que constavam em processo emancipacionista, visto que se dispôs a custear as despesas do censo orçadas em CZ\$ 2.064.566,00 (dois milhões e sessenta e quatro mil e

quinhentos e sessenta e seis cruzados). Temos que ter nítido que essa ação era política e interessava ao governador Hélio da Mota Gueiros, pois Tailândia e os outros futuros municípios trariam mais eleitores e força política para o grupo que conseguisse a emancipação de um município ou de um grupo significativo deles.

O notório neste caso é que esta “causa” da criação de novos municípios movia interesses divergentes de outros políticos paraenses. O deputado Alacid Nunes e o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário Jader Barbalho estavam dentro deste debate. No caso de Tailândia eles, respectivamente, apoiavam os grupos locais ligado ao Acará – de Agostinho Gouvêa – e o de Moju – encabeçado por Francisco Nazareno<sup>188</sup>. É importante salientar que os problemas da Vila de Tailândia e a ineficácia do ITERPA não movimentou apenas a criação de uma Associação pro-emancipação, mas de duas. No mesmo período e contexto também foi criada a AMUTA (Associação dos Moradores Unidos por Tailândia) que era presidida por Francisco Nazareno e que, praticamente, tinha a mesma finalidade da outra entidade<sup>189</sup>. Além dessas associações de moradores que eram essencialmente urbanas, uma terceira também nasceu no mesmo período, mas voltada para os interesses de uma comunidade localizada no perímetro rural, na Vila de Nossa Senhora Aparecida. Era a ADETUVINSA (Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Vila Nossa Senhora Aparecida). Esta última entidade, criada oficialmente em 19/08/1985, se colocava como defensora dos direitos dos trabalhadores dessa localidade<sup>190</sup>. Além das três associações existia também um Grupo de Direitos Humanos organizado pelo Pe. Lino Zuchi, por volta de 1981 – 82, cuja função, segundo o pároco, era de acompanhar a realidade de Tailândia e informar ao Secretário Estadual de Segurança Pública, o Sr. Sette Câmara para que tomasse as providências cabíveis, na tentativa de minimizar os problemas de violência<sup>191</sup>.

A presença de todas essas entidades organizadas nos faz perceber que aquela vila de migrantes nascida nos anos finais da década de 1970 atraía muitos interesses políticos de um lado e, por outro, era apresentada por todos como um local repleto de carências e problemas sociais. É de se notar ainda que, todas estas associações tinham interesses muito diferentes, mas convergiam para um ponto em comum: Tailândia em 1986-88 parecia estar à beira de um caos social, com uma administração fragmentada em dois municípios distantes (Moju e Acará), com

---

<sup>188</sup> CAPELLI, op. cit. pp. 76-77.

<sup>189</sup> Idem, p. 37.

<sup>190</sup> MATIAS, op. cit. Anexo de documentos 2.1.

<sup>191</sup> Informações prestadas pelo Pe. Lino Zuchi em 10/10/2006, acerca da criação e função do Grupo de Direitos Humanos existente em Tailândia.

problemas sérios de segurança no campo e com um órgão próximo, o ITERPA, cada vez menos eficiente.

O ITERPA pouco contribuía para dirimir as questões que figuravam intrínsecas para a criação do órgão no Estado e, mesmo, sua instituição em Tailândia: solucionar e minimizar os conflitos agrários que acabavam por gerar processos de violência. Se a questão do acesso a terra e ao trabalho levava os migrantes a saírem de suas cidades e se mudarem para Tailândia, era a terra novamente um grave problema depois de quase uma década da presença do ITERPA na localidade. Esse mundo do conflito agrário fazia crescer a migração do campo para a cidade levando a problemas na fixação no campo e a graves problemas sociais na recente vila de Tailândia. É preciso estudar melhor estes problemas do trabalho e de sua associação com a natureza em Tailândia.

#### **2.4 – Natureza dos trabalhos ou os trabalhos da natureza?**

Dissertar acerca da natureza dos trabalhos em Tailândia consiste em entender quais os tipos de trabalho que eram executados, como as pessoas faziam para sobreviverem e progredirem nesse novo espaço a que se propunham a viver. Neste sentido, quando os migrantes começaram a chegar em 1977 sua maioria ligou-se à agricultura. Boa parte dos que primeiro chegaram já desenvolviam trabalhos agrícolas em seus locais de origem ou, eram incentivados no novo habitat a realizarem essa tarefa. Seu sonho inicial era o de conseguir lotes distribuídos pelo ITERPA – que prometia titulação definitiva para quem permanecesse por um tempo razoável em Tailândia. Desde quando a colônia foi criada, em 03/06/1978 pelo ITERPA, mas que só teve seu projeto realmente oficializado em 1980, com a criação do PAD – Tailândia, esse órgão juntamente com lideranças locais e estaduais, tentaram incentivar esta fixação no campo, principalmente trabalhando na agricultura.

Por exemplo, o governador do Estado, Alacid Nunes, em visita à Tailândia em 06/09/1979, por ocasião da inauguração da Escola de 1º Grau Profº. Gabriel Lage da Silva fez uma apresentação importante ao povo da vila. Pediu cumprimento ao Sr. Walter Cassiano Ferreira, então presidente da EMATER. Segundo o governador Nunes, Ferreira seria aquele que estava do lado dos colonos para que esses produzissem adequadamente, visto que receberiam assistência da EMATER com informações e fornecimento de sementes selecionadas. Além disso, Nunes prometeu facilitar o escoamento da produção e fornecer meios a que os

trabalhadores rurais pudessem ter acesso a financiamentos para dinamizar a produção<sup>192</sup> que, em 1979 registrava plantios de arroz, feijão, abóbora, mandioca, milho e surgiam alguns pimentais, além de haver planos para se cultivar cacau e criar algumas cabeças de gado<sup>193</sup>.

A agricultura era a base econômica de Tailândia, mas era difícil desenvolvê-la. Além do problema não solucionado da falta de financiamento e da estrada, ainda existiam as chuvas. Havia a necessidade de se plantar no período anterior ao inverno, isto é, até dezembro, para que assim a plantação fosse lautamente regada pelas águas das chuvas e pudesse prosperar. O período das chuvas tornava-se um problema para os agricultores por um lado, quando esses não conseguiam colocar suas roças no tempo devido, isto é, tocar fogo fazendo uso da coivara, para que quando chovesse já estivesse semeado o milho, o feijão e o arroz. Caso não houvesse possibilidade de efetuar a coivara e o plantio antes das primeiras chuvas que, geralmente ocorriam por volta de janeiro, as colheitas ficavam seriamente ameaçadas. Por outro lado, para os madeireiros a chuva prejudicava a extração da madeira e o transporte, pois os ventos e chuva provocam a queda irregular de árvores que já chegaram a vitimar muitas pessoas que trabalhavam nessa atividade. Assim, podemos inferir, que o ser humano neste contexto, necessita estabelecer uma relação horizontal com o ambiente, conhecendo seus ritmos e tempos para assim poder utilizá-los a seu favor, garantindo o sustento da família com a agricultura ou o acúmulo de lucros com a extração da madeira. O domínio do mundo natural se apresenta em fim, como algo improvável ou aparente, pois como vimos é preciso estabelecer uma relação dialética com o meio, na qual conhecer os ritmos da natureza é fundamental ou mesmo compreender que o mundo natural não pode ser domesticado ou dominado, mas carece de ser observado, se assim se pretende extrair algo dele<sup>194</sup>.

A frustração com relação à terra era um dos elementos que contribuía para que alguns colonos não se fixassem. Além disso, a falta de financiamentos e de mecanismos que viabilizassem uma boa distribuição da produção levou muitos colonos a perceberem a chegada de um novo agente: o madeireiro. Vejamos o que informou a esse respeito o Sr. Irineu Heinen que veio de Santa Catarina em 1980 para Tailândia:

Quando eu cheguei aqui tava chegando muita gente também, aqui nessa época morava quatro a cinco famílias numa mesma casa, só pra você vê como era a coisa construída pra muita gente que tava chegando... tinha gente chegando todo dia...

---

<sup>192</sup> *O Estado do Pará*, 07/09/1979. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Belém.

<sup>193</sup> *O Liberal*, op. cit. 07/09/979. Arquivo da CPT.

<sup>194</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

todo dia era aquele mundaréu de caminhão chegando com gente de tudo que é lugar do Brasil, mas era mais gente do Nordeste, aqui do Maranhão... aí esse povo chegava e ia se espalhando aqui pela cidade... eles vinham, recebiam a terra pra morar ou trabalhar como quisessem... só que isso foi um problema, porque esse povo ganhava a terra mais não podia fazer nada, não tinha como e o que fazer, aí eles ficava com a mão abanando... muita gente voltava... vendia uma bicicleta velha, cinquenta conto por um pedaço de terra e pegava o dinheiro da passagem e ia embora... tudo aqui tava muito difícil, o povo não tinha nada aqui e nem viam uma solução... nessa época a estrada tava ruim que demorava quase dois dias pra gente chegar até Belém... o ônibus só passava aqui de dois em dois dias... aí o povo ficava no desespero... aí muita gente voltava e parou um pouco de chegar gente ... isso só foi mudar lá por volta de 85/86 quando a estrada melhorou que começou a chegar gente, com mais recurso, e aí começaram a montar serraria, e vendiam lá no Urucuré... mais aqui nós vivemo [sic] uma situação muito difícil, era tudo difícil pra gente, nós não tinha desenvolvimento nenhum, nem o básico<sup>195</sup>.

Na fala do Sr. Irineu, percebemos a contínua vida do migrante sem recursos ao lado da chegada dos madeireiros. Como ele afirma, chegavam muitos, ganhavam a terra mais não podiam fazer nada, pois não tinham condições e para isso esperavam contar com a ajuda de algum órgão, o que nem sempre ocorria. Então o Sr. Heinen aponta esse fator como elemento que muito contribuiu para a transitoriedade dos migrantes, visto que estes chegavam e, sem ter como permanecer, vendiam alguns de seus pertences ou a terra e mudavam-se para outra localidade ou voltavam para o local de origem. Outro agravante era a estrada que desfavorecia o trânsito e certamente o escoamento da produção, o que dificultava a vida dos agricultores que teimavam em permanecer e auxiliou para cessar temporariamente o fluxo migratório.

Os dados populacionais, embora bastante imprecisos são relevantes para percebermos a grave fuga populacional da vila de Tailândia. Em 1979 estimava-se mais ou menos 6.000 pessoas vivendo em Tailândia<sup>196</sup>, enquanto que um ano depois em 1980, segundo o presidente do ITERPA, o Sr. Hélio de Jesus Fonseca, esses números chegavam a quase 15.000 habitantes<sup>197</sup>. Em 1984, um periódico noticiava a existência de pouco mais de 2.600 habitantes<sup>198</sup>. O Sr. Heinen menciona ainda que essa situação só começa a mudar por volta de 1985/86, quando a Pa-150 recebe uma camada de asfalto, facilitando o acesso à Vila de Tailândia. Neste contexto, porém, ao invés de vir o incentivo à agricultura, nasceu a era das madeireiras e serrarias. Na verdade, a primeira serraria havia já sido implantada pelo Sr. Flausino, mas depois da data citada é que a atividade madeireira vai se intensificar<sup>199</sup>.

---

<sup>195</sup> CAPELLI, op. cit. pp. 74 – 75.

<sup>196</sup> *O Liberal*, op. cit. 07/09/1979. Arquivo da CPT.

<sup>197</sup> *O Estado do Pará*, op. cit. 07/09/1979. Arquivo da CPT.

<sup>198</sup> *O Liberal*, op. cit. 12/02/1984, p. 18. Arquivo da Paróquia de São Francisco de Assis.

<sup>199</sup> NETA, Rosa Pereira do Carmo. *Tempo de Decadência? O Declínio da Indústria Madeireira do Município de Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, p. 08.

Nos anos de 1970 a natureza local foi sendo devassada por vários agentes e de diferentes formas. Primeiro com a abertura da floresta para construção da estrada Pa-150. Depois para a construção da vila e suas moradias. Posteriormente e fundamentalmente, para a manutenção das famílias que chegavam para se dedicar à agricultura. Estes plantadores aplicavam comumente a coivara, técnica que queimava o solo e fazia rodízio do terreno. A coivara degrada o solo, deixando-o difícil de produzir sem a aplicação de insumos<sup>200</sup>. Outro elemento que factualmente contribuía para a intervenção na natureza era voltado para a alimentação, visto que pouco se comia carne bovina, sendo utilizada para consumo por diversas famílias a carne de caças, como pacas, tatus, preguiças, jabutis, onças, etc., como mencionou a Sr<sup>a</sup>. Antônia Helena dizendo: [...] *Aqui o nego tinha que comer era caça, comer caça porque era difícil [...]*<sup>201</sup> e essa senhora não foi a única a apontar a dificuldade em abastecimento alimentar, a Sr<sup>a</sup>. Francisca Pereira também assim falou: [...] *Ah! Foi muito difícil aqui, tinha vez que nós passava até muitas vezes só comia carne de caça, mas a carne de gado a verdadeira não tinha não [...]*<sup>202</sup>. Essas duas senhoras deixam nítido em suas falas um elemento relevante que contribuía para a exploração da natureza por meio da exploração da fauna para o consumo alimentar. Além disso, era significativo que em poucos anos a terra empobrecia devido à prática da coivara e a mata deixava de fornecer alimentos e carnes em abundância. Paulatinamente o trabalho no campo foi se tornando difícil e a extração de madeira se tornou uma atividade mais constante.

Por volta de meados dos anos 80 as serrarias ganham corpo na vila de Tailândia se tornando a principal atividade econômica local. Vejamos o que nos conta a esse respeito os informantes abaixo:

Eu vim trabalhar em serraria, nessa época estava iniciando a serraria do, [sic] Afonso e aí eu trabalhei no Edson baxim [sic], depois eu fui trabalhar na du [sic] Afonso só existia essas duas serrarias aqui por perto, daí, depois eu comecei a bater foto e se formei fotografo [sic] e fiquei trabaiano [sic] como fotografo [sic]<sup>203</sup>.

Nasci no Ceará, aos 12 anos fui para o Rio de Janeiro, pra cá, pra Tailândia, vim de São Paulo, servi o Exército na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Na vida militar do Rio de Janeiro, né! E por volta de 75, fui para São Paulo e em 1981, um irmão meu tinha uma serraria aqui, umas terras e achei de entrar de sócio com ele nessas terras e na serraria e vim morar em Tailândia, em 1982, já vim de vez, morar direto pra cá<sup>204</sup>.

---

<sup>200</sup> LOUREIRO, op. cit. pp. 274-275.

<sup>201</sup> PRADO, op. cit. p. 101.

<sup>202</sup> Idem. p. 115.

<sup>203</sup> SILVA, op. cit. Anexo II.

<sup>204</sup> Idem, Anexo 1.4.

O Sr. Raimundo Nonato Pereira Lima – natural do Ceará – veio para Tailândia em 1984 e contou ao ser entrevistado que veio inicialmente para trabalhar em serraria, narrando que nessa época só havia duas por perto, já o Sr. Valdir Lopes Fausto, também cearense veio justamente para instalar uma serraria que iria administrar junto com seu irmão, ainda no ano de 1981, quando se instalavam as primeiras indústrias em Tailândia. É difícil precisarmos a quantidade exata de serrarias em cada período, porque conforme nos informou em conversa informal no dia 13/09/2006 a Sr<sup>a</sup>. Sandra, funcionária do SINDIMATA (Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia), as serrarias mudavam bastante de denominação e também de localização, indo para outras cidades.

O período de maior expansão das madeireiras se dá por volta de 1987, segundo pesquisa realizada por Rosa P. do Carmo Neta, quando muitas serrarias oriundas de Paragominas e Tomé-Açú mudaram-se para Tailândia<sup>205</sup>. Nesse sentido, podemos acompanhar uma narrativa do Sr. Robério Dias de Santana Castro – baiano de Boa Nova – que veio para Tailândia em 07/09/1986, da cidade Paragominas.

Quando nós chegamos aqui, só tinha, as poucas ruas que tinha, só tinha buraco, lama, era um fim de inverno, os aspectos não era nada agradável; Porém, havia uma, uma esperança; havia muita casa fechada, abandonada, abandonaram os lotes, isso foi em função dos desprezo que houve, porque o governador fez a estrada, fez o loteamento, mas não deu conservação à estrada, a estrada acabou, e o povo ficou sem, uma situação difícil, foi na expectativa do asfalto, que me trouxe e, é, o entusiasmo de vir para Tailândia, é, porque é, eu vim visando trabalhar com madeira, com serraria.

Acontece o seguinte... nós chegamos aqui em 86, quando foi em 87 já tinha é... outras empresas já tinham se instalado aqui... foi assim muito rápido o processo que várias empresas começaram a vir pra cá, se instalaram e etc., e... nós começamos a, a... aqui era tudo muito difícil... [...] e realmente muito rápido porque por muito tempo começou a chegar algumas empresas e foram se instalando e a visão do futuro começou a... então começou a organização da Associação Comercial e aí a gente começou... porque não tinha ninguém pra pedir... ninguém por nós... bom ali nós resolvemos é... juntar o pessoal das indústrias que já tinha chegado e com a visão mais ampla [...] <sup>206</sup>.

Em sua narrativa o Sr. Robério ao chegar nos transmite um pouco da visão sobre como estava Tailândia: de um lado o abandono dos lotes e das casas na vila e, de outro as

---

<sup>205</sup> NETA, op. cit. p.08.

<sup>206</sup> CAPELLI, op. cit. p. 81.

nascentes madeiras. Outro argumento interessante na fala do informante é quando ele menciona que apenas um ano após ter chegado, muitas empresas haviam se instalado em Tailândia, o que aponta para um certo desenvolvimento econômico, além de citar também a criação de uma associação, a Associação Comercial e Industrial de Tailândia (ACITA), fundada em 1987, conforme termo de abertura do livro de atas em anexo e ata de fundação<sup>207</sup>. Os objetivos desta Associação iam além da discussão de questões pertinentes ao setor comercial de Tailândia. Ela voltava-se, mormente para os interesses da classe patronal e industrial dessa localidade. Como vimos outras associações mais ou menos no mesmo período foram criadas, mas ACITA tinha certo poderio e ao contrário da AMOTA ou da AMUTA que logo caíram no esquecimento, essa entidade ainda existe até os dias de hoje, talvez por aglutinar pessoas pertencentes ao comércio e à indústria madeira, setor que continua relevante para a economia local. Acompanhemos o que nos contam os entrevistados ao serem indagados sobre o tipo de trabalho que foi e continua sendo o principal meio de sobrevivência em Tailândia:

Ah! Pra sobreviver [sic] era difícil minha fia [sic] era... era difícil... era negócio de madeira mesmo, a madeira que... o pessoal falava que ia embora para Tailândia por causa da madeira. Pra começo [sic] era fraco, mais foi de quê meu filho adquiriu alguma coisa foi trabalhano [sic] na roça e em comércio, graças a Deus melhoraro [sic]<sup>208</sup>.

Rapaz, por incrível que pareça... a sustentação de Tailândia e de outros setores era e continua sendo madeira, ainda continua sendo, por causa disso que eu como sindicalista, eu nunca fui assim, exerci o papel diretamente contra o madeireiro, porque é aquela coisa, a gente... nós passamo [sic] uma temporada que até os transporte dos colono que tavam lá dentro da mata era o madeireiro, pra levar o rancho, pra trazer... produtos, seria o madeireiro. Então esses madeireiro trazia o colono de lá de graça, fazia sua feira, levava pra lá de novo de volta, arriscando a vida em cima dum madeireiro, mas era a última situação e tinha que ser isso, era melhor do que de peis [sic], arriscava, Deus tava pra resolver o resto. Então... essa situação só vai mudar quando... nós conseguirmos é... passar que tamo [sic] tentando aos pouco passar esse processo pra agricultura, nós tem aí os projeto de dendê que já tem aí, já dá uma boa força, nós precisa fortalecer [sic] a agricultura familiar, uma série de coisa pra poder voltar uuu... assegurá [sic] a segurança no município, no caso assegurá [sic] a sustentação no município para a agricultura e pecuária. Mas por enquanto, ainda continua sendo 80% a madeira. Então nós temo [sic] de trabalhar até em cima de reflorestamento, mode ver se vai mantendo, mode ver se num vai caindo duma vez<sup>209</sup>.

---

<sup>207</sup> ACITA, termo de abertura do dia 15/06/1987, anexo p. 155; e Ata de fundação de 30/05/1987, pp. 01 e verso. Anexo pp. 156-157.

<sup>208</sup> Margarida Alves Lira, natural de Sobral – Ceará. Entrevista por mim realizada em 06/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

<sup>209</sup> Pedro Mercides da Costa, natural de São João do Piauí – 01/08/1950 – secretário de agricultura e meio ambiente de Tailândia. Entrevista por mim realizada em 20/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

A Sr<sup>a</sup>. Margarida relata que as pessoas comentavam de virem embora para Tailândia e a madeira era um ponto a favor que justificava a mudança. Já o Sr. Pedro, sustenta, até com certo pesar, que a madeira foi no momento de sua chegada – lembremos que essa ocorreu em 1987, quando o setor madeireiro estava em franca expansão – e ainda até hoje, continua sendo a atividade que sustenta predominantemente a economia do município, por isso ele diz que como sindicalista – atividade que exerceu por 12 anos – nunca bateu de frente totalmente contra o madeireiro, visto que os próprios agricultores necessitavam da colaboração desse para escoarem sua produção, devido a dificuldade de transportes nas vicinias onde muitos residiam, além de também precisarem de condução para virem à rua fazer compras e retornar para suas moradias. O Sr. Pedro deixa claro que essa condução nos carros dos madeireiros era bastante insegura, mas por causa da distância, essa parecia ser a única opção a que um agricultor não podia se furtar.

O risco a que se refere o Sr. Pedro devia-se ao fato de que os carros que transportavam madeira e simultaneamente conduziam pessoas eram os bufetes, uma espécie de caminhão sucateado, sem lanternas ou faróis, geralmente com pouco ou quase nenhum freio, sem cabina de metal ou apenas com uma construída de madeira<sup>210</sup>. Portanto, não era arriscado somente para o trabalhador rural que pegava carona no bufete, mas também para o bufeteiro que trabalhava diariamente em um veículo nessas condições, sujeito a muitos acidentes que por vezes ocorriam dizimando a vida de outros e do condutor. Vejamos a fotografia abaixo do bufete pertencente ao Sr. José Gabriel Sousa dos Santos.

Foto nº 08: Bufete carregado de madeiras em toras.

---

<sup>210</sup> NETA, op. cit. pp. 11 – 12.



Fonte: Arquivo pessoal da família Sousa dos Santos.

A fotografia acima evidencia a situação do trabalho efetivado pelos bufeteiros, os quais devido o caminhão não ter cabina, enfrentam sol e chuva para transportar a madeira extraída da mata, além de outras dificuldades, bem como quem pegava carona, como os trabalhadores rurais, também estavam sujeitos aos perigos oferecidos pela condução.

No trabalho monográfico de Maria da Conceição L. Matias, também é possível encontrar evidências dessa relação entre trabalhadores rurais ou posseiros e os madeireiros decorrentes da necessidade de uso dos transportes e da estrada, pois essa autora aponta que os madeireiros construíam as estradas vicinais para poderem escoar a madeira durante o verão e no inverno apenas os posseiros faziam uso das vicinais para evitar a deterioração das mesmas, visto que várias partes ficavam alagadas e quanto mais caminhões passassem – devido ao peso das toras que carregavam – mais as estradas ficariam danificadas<sup>211</sup>. Matias não deixa claro se a madeira que os madeireiros transportavam era dos posseiros, mas me parece razoável fazer tal afirmação, uma vez que os madeireiros nada ganhariam em troca de simplesmente construírem as estradas e desta feita, poderiam comprar a madeira dos posseiros ainda na mata, barateando os custos e maximizando seus lucros.

---

<sup>211</sup> MATIAS, op. cit. p.20.

A atividade madeireira continuou seu processo de ascensão como principal produto econômico de Tailândia, tanto que por volta de 1989 existiam aproximadamente 48 serrarias na Pa-150 no perímetro entre o Aiú-Açú – vila localizada próximo ao trevo que dá acesso ao município de Tomé-Açú – e Goianésia<sup>212</sup>. A ampliação dessa atividade no município contribuiu para que se formasse uma “elite madeireira”, inicialmente representada pela ACITA que era integrada tanto por comerciantes, quanto por madeireiros e, posteriormente, pela AMATA (Associação dos Madeireiros de Tailândia)<sup>213</sup> que é mencionada em ata da associação a priori citada, como responsável pela evasão de muitos associados que se identificavam com o setor madeireiro e, por isso, deixaram de colaborar e participar das reuniões da ACITA<sup>214</sup>. Essa expansão é apontada como um elemento que interfere até mesmo na população economicamente ativa de Tailândia, conforme dados do SITROMOTOC (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Madeireiras de Tailândia), em meados dos anos 90 esse município já emancipado tinha aproximadamente 12.000 trabalhadores, sendo 10.800 empregados no setor primário, isto é, no extrativismo vegetal, elemento que se modifica de acordo com os ritmos ditados pela natureza, pois no inverno essa participação no setor primário cai em torno de 50%<sup>215</sup>, visto que as estradas tornam difícil o acesso ao mato, onde a madeira é extraída em tora e também devido às péssimas condições ocasionam a quebra mais freqüente dos caminhões que trazem a madeira até o pátio das serrarias. Além disso, os motoqueiros – como são chamados os operadores de motosserra – têm que redobrar o cuidado ao realizar seu trabalho, pois no inverno os ventos contribuem para acidentes muitas vezes letais a esses trabalhadores, cuja atividade além de estar ligada à uma intervenção predatória da natureza é simultaneamente regida por ela, pois conforme foi mencionado, no verão – tempo propício para a extração, transporte e venda da madeira – quanto mais há procura por madeira, mais há exploração da mão-de-obra empregada na extração e beneficiamento, pois nesse período, a produção das serrarias aumenta e o tempo de trabalho também, havendo a necessidade de dobrar de turno<sup>216</sup>, o que nem sempre é remunerado como deveria, acarretando cansaço e estresse aos trabalhadores, porém poucos rendimentos acrescidos aos seus ganhos normais.

---

<sup>212</sup> NETA, op. cit. p. 11.

<sup>213</sup> A AMATA é criada por volta de 1989-90, tendo como representante maior o empresário Werner Francisco Krombawer, mas essa associação acaba não sendo reconhecida legalmente, ficando em seu lugar o SINDIMATA (Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia).

<sup>214</sup> ACITA, op. cit. ata do dia 23/08/1990, pp. 05 (verso) e 06.

<sup>215</sup> NETA, op. cit. p. 14.

<sup>216</sup> Idem, p. 15.

A indústria madeireira prossegue ainda sendo de grande relevância para Tailândia, tanto economicamente, quanto socialmente, pois além de contribuir com a geração de empregos – já que outros setores não eram desenvolvidos pelas gestões municipais que assumiam a prefeitura de Tailândia – trazia benefícios que tinham em vista a comodidade e crescimento da classe industrial madeireira, mas que acabava opor beneficiar indiretamente partes da população tailandense. Nesse sentido a AMATA, conforme consta em ata da ACITA, foi a responsável principal pela vinda de telefonia privada em 1990 para Tailândia<sup>217</sup> que iria atender aos anseios de comunicação da classe madeireira para a realização da venda da sua produção para outros Estados, mas que também serviria para que outras pessoas se comunicassem com parentes ou amigos que estivessem distante. Além dessa contribuição das entidades vinculadas ao setor madeireiro, podemos citar outras, como a sugestão ao poder municipal efetuada pela ACITA de que fosse feita a iluminação da Avenida Belém<sup>218</sup> – rua que fica na frente da cidade de Tailândia, por onde passa a Pa-150 e os transeuntes que trafegam em direção ao Sul do Pará – em toda a sua extensão; solicitação de abertura de Agência do Banco do Brasil junto ao Ministro da Justiça Jarbas Passarinho por intermédio do deputado Joércio Barbalho, instalação de 04 telefones públicos – sistema orelhão – melhorias no posto de saúde e ampliação no setor energético de Tailândia<sup>219</sup>. É óbvio que essas melhorias eram buscadas para que o industrial pudesse realizar seus negócios dinamicamente e habitar o novo espaço em que estava explorando, então por isso essas ações representativas da classe madeireira trabalhavam para que o município, de acordo com seus discursos, prosperasse. É relevante enfatizarmos que em meio a todas essas mudanças que se operavam em Tailândia, a cidade não parava de crescer, tanto em termos geográficos com a criação de novos bairros que adentravam celeremente no espaço rural<sup>220</sup>, quanto demograficamente, conforme podemos acompanhar na tabela abaixo:

Tabela nº 04: População de alguns municípios do Estado do Pará de 1980 a 2000.

---

<sup>217</sup> ACITA, ata do dia 12/11/1990, pp. 07 e verso.

<sup>218</sup> Idem, ata do dia 10/05/1991, pp. 10 e verso.

<sup>219</sup> Ibidem, ata do dia 21/10/1991, pp. verso 12 e 13 – frente.

<sup>220</sup> De acordo com pesquisa realizada por Célia Maria, o primeiro bairro criado em Tailândia desde a sua constituição foi o Centro, seguido de outros somente na década de 90, como o Aeroporto surgido por volta de 1991-92; o Santa Maria que já existia antes dessa década, mas só foi denominado com a implantação de uma capela católica de mesmo nome em 1993; o Novo criado aproximadamente em 1990-91; o Greenville em 1993; o Nossa Senhora de Fátima I em 1999 e o II posteriormente, cujo levantamento feito no setor de terras da Prefeitura Municipal de Tailândia em 13/10/2004 com a coordenadora do setor Marinan Borges da Silva, apontava esse espaço urbano tido pelos moradores como bairros, como sendo ainda legalmente loteamentos, visto que o trâmite legal para se tornarem bairros não havia sido efetuado. A respeito da criação dos bairros ver SILVA, op. cit. pp. 06-11.

<b>os e Estado</b>										
<b>ará</b>										
<b>loju</b>										
<b>ândia</b>										
<b>ará</b>										

Fonte: Pasta de informações rápidas de M a Z – IBGE (População dos municípios do Estado do Pará de 1980 a 2005).

Obs.: Não foi possível demonstrar dados do IBGE anteriores a 1991 em relação à Tailândia, porque essa só se tornou município em 1988, sendo recenseada na data início da tabela. O que encontrei em termos de dados demográficos anterior a isso foram estimativas contidas em jornais ou uma elaborada por esse órgão em 1990.

Como vimos, a passagem da atividade agrícola para a madeireira altera as relações de trabalho no campo, levando a uma migração para a cidade ou ao nascimento de uma “associação” ou arranjo de forças de trabalho entre madeireiros e agricultores. Todo este processo trouxe, portanto uma alteração na paisagem urbana de Tailândia na medida em que a economia e o poder político foram priorizando a riqueza vinda desta atividade. O lucro da madeira forçava a ampliação do espaço urbano e de sua rede de serviços. A cidade crescia, a quantidade de população aumentava significativamente, mas faltavam estradas descentes e até energia elétrica.

O linhão da ELETRONORTE passava por dentro de Tailândia e a cidade ainda não tinha energia da hidrelétrica de Tucuruí, o que prejudicava o funcionamento do comércio local, mas essencialmente o trabalho das serrarias que necessitavam desse insumo para produzir. O ápice da crise energética em Tailândia ocorreu em 1994, quando inclusive foram feitas algumas mobilizações nada pacíficas para que essa fosse implantada, sem, no entanto conseguirem de imediato.

Uma dessas manifestações foi a queima da ponte localizada dentro do perímetro urbano de Tailândia que liga Belém ao Sul do Pará, no dia 24 de outubro do ano corrente, o que causou um transtorno enorme aos moradores da cidade, aos transeuntes que necessitavam atravessar e, aos trabalhadores das serrarias que tinham que passar por dentro do igarapé com suas bicicletas para poderem chegar ao destino do trabalho. Não se sabia quem havia realizado tal ato, mas esse foi o estopim para que outras ações fossem efetivadas nesse sentido, como a quebra do supermercado “O Baratão” de propriedade do então prefeito, o Sr. Francisco Alves Vasconcelos – mais conhecido como Chico Baratão –

depredação da Câmara Municipal e da Prefeitura, além de uma loja de eletrodomésticos de um funcionário e protegido do dito senhor, além de outras ações mais diminutas. O poder público como vemos foi diretamente atingido, pois conforme pesquisa efetivada por Maria Lionez R. Prado, nada fazia no intuito de solucionar esse problema que a todos afetava, pois a falta de energia 24 horas prejudicava a educação no município, a saúde, o comércio e interferia nos empregos, visto que as serrarias tinham dificuldade para trabalhar, desperdiçando madeira e muitas vezes demitindo funcionários ou trabalhando em turnos insalubres para aproveitar os momentos que havia energia para aquele setor, o que era ocasionado pelo racionamento do qual ninguém escapava na cidade<sup>221</sup>.

Vejamos o que contou o Sr. Robério Dias de Santana Castro a esse respeito, visto que trabalhava na época nesse ramo:

As serrarias funcionavam de maneira um tanto precária em função da energia que nós tínhamos. Cada energia ( ele quis dizer serraria ) tinha que ter seu próprio gerador que onerava muito a empresa dado o óleo que era muito caro e também a manutenção desses motores que custava caro.

[...] Na parte industrial prejudicava totalmente, porque tudo que você ia fazer dependia da energia. E o comércio também tinha suas dificuldades porque especialmente quem dependia de frios. [...] Eu credito que os comerciantes tinham dificuldade em função da energia para venderem seus produtos, [...] E as serrarias, a questão industrial era prejudicada porque as serrarias estavam limitadas apenas em serrar a madeira e não podiam fazer mais nada de aproveitamento em função de não ter energia suficiente, então havia um prejuízo, um desperdício de sobra de madeira, então os prejuízos eram inúmeros [...] <sup>222</sup>.

O Sr. Robério aponta os problemas que o setor madeireiro enfrentava devido a falta da energia ou o precário fornecimento, mas não apenas esse setor, a “capital da madeira” –apelido que recebeu Tailândia devido a exploração desse recurso ambiental<sup>223</sup> – encontrava-se de um modo geral com muitos problemas, pois a cidade e o número de habitantes havia aumentado bastante, além do parque industrial composto por serrarias e movelarias, mas o sistema energético era ainda o dieselétrico, ou seja, a energia era gerada por motores a diesel, cuja capacidade encontrava-se defasada para atender a uma população de 20.479 habitantes, sendo que pelo menos 65% desse total residia na cidade e, portanto, estava interessada em desfrutar dos confortos da modernidade que a energia elétrica podia

---

<sup>221</sup> PRADO, Maria Lionez Ramos, *A Energia e o Povo: Ação e Representação em um Movimento Social no Ano de 1994 em Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003, pp. 15; 22-23; 29-30.

<sup>222</sup> Idem. p. 15

<sup>223</sup> Ibidem, p. 14.

propiciar, como o uso de ferro elétrico, televisão, ventiladores, sistema de ar condicionado, entre outros aparelhos, os quais devido ao forte calor da região eram mais requisitados pelos moradores. Essa situação desencadeou o movimento citado, além de reivindicações por parte de entidades de classe como o SINDIMATA e a ACITA que voltou a ativa após quatro anos de paralisação e em sucessivas reuniões os associados discutiam estratégias e traçavam planos para resolver esse grande problema, o qual só teria fim com a chegada de energia elétrica da hidrelétrica de Tucuruí. Em uma reunião da ACITA realizada no dia 15/12/1995, discutiu-se a possibilidade de parceria entre essa associação, o SINDIMATA e a CELPA objetivando construir obras civis na usina dessa empresa em Tailândia, afim de que ela fornecesse mais dois motores e geradores para ampliar o atendimento energético na cidade<sup>224</sup> que contava com três motores de 300 KWA, os quais abasteciam apenas em torno de 100 casas<sup>225</sup>. Esse problema se protelou e ao longo do ano de 1996, a ACITA realizou outras reuniões nas quais o tema da energia estava sempre presente, visto que o comércio e a indústria de Tailândia eram bastante afetados pela precariedade energética e que se propuseram em conjunto com o SINDIMATA a construir duas bases de concreto na usina da CELPA no município, para que essa cedesse mais dois geradores, o que a empresa até o dia 05/07/1996<sup>226</sup> não havia cumprido. Desta forma, a energia continuou problemática até aproximadamente 1998, quando foi construída a subestação em Tailândia e a energia da hidrelétrica de Tucuruí passou a ser finalmente desfrutada pelos tailandenses que enfrentavam dificuldades por conta de que muitas madeireiras haviam se mudado para outros lugares, causando o desemprego de muitos, tanto porque a energia havia tardado em chegar, quanto porque buscavam novas reservas florestais para explorar. Assim, outras pessoas que trabalhavam com madeira e permaneceram em Tailândia mudaram para outro tipo de exploração do setor madeireiro extraindo os restos de madeira que não servia para a comercialização para produzir carvão vegetal.

Essa se constituiu então, na saída que alguns encontraram para permanecer em Tailândia, dedicando-se à atividade carvoeira, fabricando carvão vegetal para as guseiras COSIPAR (Companhia Siderúrgica do Pará), CIMARA, TERRA NORTE entre outras instaladas em Marabá e em Tucuruí a CCM (Camargo Corrêa Minérios)<sup>227</sup>, o que marcou profundamente a passagem para outra forma de trabalho e exploração da natureza bastante

---

<sup>224</sup> ACITA – ata do dia 15/12/1995, p. verso 17.

<sup>225</sup> PRADO, Maria Lionez Ramos. op. cit. p. 26.

<sup>226</sup> ACITA – ata do dia 05/07/1996, p. verso 19 e p. 20.

<sup>227</sup> BORGES, José Marcos Nunes. *A Indústria do Carvão Vegetal em Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2004, p. 02.

nociva e contagiosa, visto que o carvão vegetal é fabricado com as sobras de madeiras não aproveitadas de uma mata em fornos de tijolo fornecidos pelas siderúrgicas, os chamados fornos de “rabo quente” que expõem uma fumaça tóxica durante o processo de transformação da lenha em carvão. Essa “nova atividade” das carvoarias empregavam mão-de-obra desqualificada para desempenhar diversas funções, como motoqueiro – o operador de motosserra que traça a madeira em toras de lenha para ir ao forno; o camboneiro – aquele que trabalha auxiliando no carregamento da lenha até os fornos; o giriqueiro – que conduz o girico que transporta a lenha da mata até a praça da carvoeira; o barrelador – que após a construção do forno fabrica barro e passa sobre o forno formando uma espessa cobertura; o carbonizador – que prepara o forno e o vigia até que fique pronto para ser retirado evitando incêndios e perdas; o chapa – que carrega as gaiolas para transportar o carvão até as siderúrgicas. Como vemos, um universo de profissões são criadas quando as carvoeiras passam a se constituir um forte setor da economia paraense de municípios do Nordeste e Sul do Estado, lembrando que essa atividade se inicia em Tailândia na década de 90 e só em fins desse período é que passa a figurar como relevante setor econômico do município. O trabalho nas carvoeiras é bastante nocivo à natureza e à saúde humana simultaneamente, pois a fumaça produzida com a queima da lenha afeta principalmente os pulmões e os olhos e contamina o ar com seu forte odor e os gases tóxicos que libera, causando ainda uma nebulosidade que não raro se abate sobre Tailândia, visto que muitas carvoeiras se localizam no perímetro urbano, nos fundos de algumas serrarias. Esse setor ganhou certo espaço em Tailândia a partir de 1998 a 2000 em diante, mas também enfrenta diversos problemas porque muitas carvoeiras são irregulares e pelas leis ambientais e fiscalizações que vêm sendo cada vez mais efetivadas no sentido de minimizar as ações nefastas do ser humano na Amazônia, um dos últimos e perpetrados recônditos de riquezas ambientais que vêm sendo explorado significativamente e sem racionalidade<sup>228</sup>.

## **2. 5 – O espaço da provisoriedade: medo, tensão e violência em Tailândia.**

---

<sup>228</sup> Sobre as carvoarias em Tailândia existem pesquisas realizadas que apontam para o problema da poluição do ar, além do trabalho infantil e familiar realizado no âmbito das carvoarias, bem como sobre a economia movimentada pelo carvão vegetal. Ver MEDEIROS, Maria da Conceição Silva. *Fogo e Carvão: o trabalho familiar na economia de Tailândia (1990 a 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003 e BORGES, op. cit.

Passando da agricultura para a madeira e desta para o carvão a cidade de Tailândia e seus moradores nasceram de “fora para dentro”. Nascida no meio de dois grandes projetos para a Amazônia, seus migrantes primeiro conviveram com o ITERPA, depois com os madeireiros e serralheiros e, por último com os donos das carvoarias. A cidade nasceu em 1977, tornou-se fantasma alguns anos mais tarde e renasceu em meados dos anos de 1980 já marcada pelo desmatamento e depois pelas carvoarias. Seu sentido, no entanto, parece sempre exterior. Dos grandes projetos restavam os seus percalços. Os sonhos dos migrantes tornavam-se complicados e a vida no campo transmutou-se para a cidade e seus problemas. Neste universo de problemas a impressão é que sempre os migrantes continuam migrando e nunca se fixavam. Neste contexto a cidade recebeu a violência do campo, tornando-se alvos de inúmeros conflitos.

Vejamos o que nos diz o Sr. João Soares acerca do medo que sentia de um dos fazendeiros, um senhor por nome Jeová que afirmava ser o dono das terras em que alguns colonos já estavam morando:

Amedrontava, ele só nunca disse eu mato, isso se eu disser, isso aqui to dizendo pra ti, eu não vou comprometer a minha alma, ele nunca falou isso, mas dava de entender, porque ele dizia seus filhos dumas éguas vocês ainda tão aí, vocês anoitece, mas num amanhece, num dava de entender, só num dizia, eu mato, isso não. Quando nós fumo pra Belém só ficou dois aí, só que dos dois, nenhum serve de testemunha, todos dois são mortos, um era o Orim, não sei se tu conheceu, tu ouviu falar do Orim? Morreu matado de pau que ele só vivia era na mata derrubando pau, ficou ele e um Raimundo que morreu também, esse mataro [sic], agora o Orim foi morto, de pau né, foi derrubada. E no dia que nois [sic] saimo [sic] daqui, quando foi de noite tava tudo verde, eu ainda tava derrubando roçado, ainda nem tinha tarefa não, num tinha não, nesse dia quando nós saímos ele viu que nois [sic] tinha saído quando foi de noite ele (o Jeová, botou fogo só de malvado, porque de noite, se ainda fosse de dia ainda tinha queimado tudo, mas queimou foi muito ainda porque era verão<sup>229</sup>).

O Sr. João Soares deixa claro que quando chegou em 1977, havia o medo, a tensão de que a qualquer momento algo poderia acontecer pairava no ar, tanto que quando precisou se ausentar, deixou duas pessoas tomando conta de seu parco roçado, o que não foi suficiente, visto que segundo ele, o Sr. Jeová pôs fogo em sua plantação, numa atitude que possibilitou a compreensão de uma ameaça velada, não com palavras como o Sr. João ratifica, mas com gestos, uma atitude violenta contra seu singelo patrimônio no povoado. A violência nesse caso se processa representada pelo uso da força que o dito fazendeiro pretendia clarificar

---

<sup>229</sup> PRADO, op. cit. p. 124.

talvez não somente para um posseiro, mas para os outros que também ocupavam o referido espaço, a violência foi utilizada não somente no sentido de punir, porém de servir como exemplo aos outros colonos que se encontravam na mesma situação do Sr. João.

É preciso esclarecer, portanto, que a concepção de violência presente nesse trabalho não pode ser regida por um único sentido<sup>230</sup>, visto que tal qual o mito essa noção envolve uma gama de significados que serão explicados de acordo com as situações abordadas e os sujeitos envolvidos, pois de outra forma caminharíamos por outra vereda distinta da que nos propusemos a seguir, uma vez que como já foi citado a periodização longa e os momentos distintos nos oferecem mais possibilidades se partirmos de uma concepção de violência mais ampla, que não se restringe a um sujeito ou grupo, mas que permeou e estigmatizou uma sociedade como um todo, visto que Tailândia ainda hoje carrega a pecha de violenta<sup>231</sup>.

Essa situação descrita pelo Sr. João não foi vivenciada apenas por ele, outros que chegaram na mesma época apontam os dois fazendeiros, o Sr. Jeová e Zurita, como contendores que disputavam uma área de terra e, causavam certo medo nos colonos despossuídos que chegavam. Vejamos o que nos conta o Sr. José Pereira Sobrinho, um cearense que veio para Tailândia por volta de 1977-78, ele não se recordou direito.

[...] Essa terra daqui era do Jeová, do cemitério era do Zurita. Quando nós chegamos aqui o trator estava limpando aqui, o resto tudo foi no braço, essa era a primeira quadra comercial. O Zurita a terra dele era pra lá. O Jeová é que era aqui, ele não queria aceitar que as pessoas fizessem a cidade. As pessoas construíam um barraco provisório na terra do Jeová, ele vinha fazia ‘aquela coisa’, mas depois acabou deixando de mão<sup>232</sup>.

O Sr. Detinho como é conhecido o informante acima, deixou claro em sua fala a presença dos dois fazendeiros que se impunham diante dos colonos como os “verdadeiros donos das terras”, dividindo-as em áreas de suas influências. É latente ainda que tal qual recordou o Sr. João Soares, o Sr. Detinho mencionou que quando as pessoas construíam seus barracos, o dito fazendeiro “fazia aquela coisa”, expressão que creio que signifique a ação violenta que era tomada contra os posseiros, como por exemplo, a derrubada dos casebres ou os incêndios postos em suas roças.

---

<sup>230</sup> MARCONDES apud. SANTANA, Ana Paula Palheta. *A Cultura da Violência no Espaço Rural: O Caso de Rio Maria. Dissertação de mestrado em Sociologia*, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005, p. 46.

<sup>231</sup> PRADO, op. cit. pp. 20-28.

<sup>232</sup> Idem, p. 128.

Nesse momento da chamada colonização, temos então a violência praticada por aqueles que se intitulavam os donos. O Sr. João Soares apontou a justificativa dos donos da terra quando relatava:

O problema que nós encontremo [sic] aqui foi esse, a questão do Jeová que não queria que a gente formasse um patrimônio aqui, porque ele queria formar fazenda. Então todo dia 6 h da tarde o Jeová vinha, toda tarde ele aparecia perto do garapé [sic] e dizia: seus filhos dumas éguas, vocês anoitece mas num amanhece se vocês continuarem aqui. [...] Ele dizia que tinha o papel da terra e todo dia ele chamava a gente e falava seus filhos dumas éguas eu é que sou o dono daqui e despejava na areia, que era mermo [sic] era no meio da rua, da mata uma sacolada de papel. O tenente Pinheiro pediu o papel da terra e ele amostrou [sic] o documento de Curitiba, era um documento de terra de Curitiba, que ele amostrou [sic] pro tenente Pinheiro. O tenente Pinheiro falou pra ele: eu me admiro é do senhor um homem sabido, lido, cheio das leituras me amostrar [sic] um titulo de terra de Curitiba, isso aqui não vale é nada. Mais foi uma lição, um moral que o homem demorou a levantar, baixou as vistas e ficou calado, sem ter o que falar. Quando ele foi embora tudo isso contra nois [sic] acabou<sup>233</sup>.

Nesse relato o Sr. João esclarece que a tensão, o suspense em relação ao dia vindouro era constante, tudo parecia efêmero. Os colonos tornavam-se “posseiros” e, de fato, ninguém teria títulos de terras legítimos. A terra que deveria ser distribuída era pensada por alguns como um possível latifúndio: o chamado “formar fazenda”. O grosso dos migrantes eram submetidos ao medo diário.

O nascimento da vila de Tailândia associa-se ao medo e à constante instabilidade no campo. Foi necessário que mais alguém intermediasse essa relação desigual e tensa, estabelecendo um limite nos desmandos do fazendeiro, no caso, o primeiro representante do ITERPA a vir averiguar o que ocorria no espaço de provisoriedade posteriormente denominado de Tailândia, o Sr. José Clarindo Pinheiro Lopes, o tenente Pinheiro como ficou conhecido.

Essas dificuldades primordiais foram amenizadas com a presença do ITERPA como foi ponderado, mas outras questões teimavam em se impor em Tailândia posteriormente, já no início dos anos 80, quando novas levadas de migrantes chegavam diariamente. Vejamos o que causavam as situações conflituosas conforme a visão do Sr. Valdir Lopes:

---

<sup>233</sup> Ibidem, p. 121.

Veja bem, o ITERPA tinha o trabalho na área de demarcação de cada lote, tanto nas áreas agrícolas, como o núcleo urbano. Aqui, ele fez o núcleo urbano, na Vila de Tailândia, na época vinha o pessoal a procura de suas terras, com a necessidade de suas terras. O ITERPA localizava essas pessoas, botava cada um em seus lotes, tanto dava os lotes de moradia na Vila de Tailândia, como o lote rural né! Área rural todo esse pessoal ficava com seus lotes, a entrega do título vinha posterior, simbolicamente, vinha entregue porque uma vez a pessoa no seu lote, não gostou, um mês ia embora, não tinha aquele problema de refazer outra documentação, coisa assim, então, já a pessoa estava, depois recebia o título, porque não dava tempo de fazer os títulos sem [sic] entregar, e quando tiver pronto o título, porque não tinha problema agrário. O único problema agrário que tinha era a disputa por melhor posição na localização de moradia ou na localização rural por um lote na beira do ramal, um lote com igarapé [...] essa era a disputa, de “eu quero é esse”, “eu quero aquele” e lutava mais por esse ponto, por esse motivo. [...] então houve um fluxo muito grande nesses três primeiros anos, principalmente em 81, eu me lembro, quando cheguei aqui, era uma confusão danada, mas a confusão toda não era pela falta de terra, era pela localização da terra, ninguém queria um lote mais de 20 km de Tailândia, não queria, só queria se fosse no beijo da estrada no máximo e 5 km [...] <sup>234</sup>.

O Sr. Valdir assinala que quando chegou, percebeu uma certa disputa, a qual ele não especifica como violenta, mas que havia um certo mal estar porque todos que chegavam nesse período queriam terras próximas ao núcleo urbano da Vila, estabelecendo uma classificação valorativa aos lotes localizados próximos das margens da Pa-150, o que nos permite associar a abertura da estrada à intensificação de conflitos envolvendo a posse de terras, tal qual ocorreu em outros lugares como Rio Maria, por exemplo <sup>235</sup>. Além da estrada outro elemento presente na fala do Sr. Valdir é o fluxo migratório que, segundo ele, ocasionava uma “confusão danada”, expressão que creio significar que havia tumulto porque vinham pessoas atraídas pelas terras esperando ganhar um lugar e recebiam outro que não era de seu agrado, o que contribuía para que não permanecessem por muito tempo mudando-se para outro lugar. As duas referências básicas de lugar eram a estrada e a distância da vila.

Em sua fala a imagem dos que chegavam é associada à aventura, a efemeridade, pois a terra ganhada era pré-condição para ficar ou para transitar novamente, talvez em busca de outro espaço que mais lhes conviessem. À medida que iam chegando pessoas que não trabalhavam somente com a agricultura, mas com extração de madeira, esse cenário foi se alterando e, as relações passaram a ser mais conflituosas, isto é, marcadas por estranhamentos e antagonismos que por vezes levaram a situações violentas. A concepção de conflito em Tailândia vai além da luta de classes dentro de um conceito marxista mais

---

<sup>234</sup> MATIAS, op. cit. Anexo 1.4.

<sup>235</sup> SANTANA, Ana Paula Palheta. *A Cultura da Violência no Espaço Rural: O Caso de Rio Maria. Dissertação de mestrado em Sociologia*, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005, p. 14.

restrito<sup>236</sup>. No contexto local podemos associar as disputas por terra dentro da mesma classe dos migrantes colonos: a briga por melhores lotes, por exemplo. Contudo, a disputa de terras também envolve a tensão entre capital e trabalho. Na cultura do “desencontro” de classe, no fracasso da colonização dirigida e voltada para a pequena e média propriedade, nasce a idéia de “fazer fazenda”, ou, posteriormente, fazer dinheiro com madeira e carvão. Acompanhemos a fala do Sr. Valdir Lopes:

Veja bem, aqui virou um pólo madeireiro, o que ocorre, aqui a economia sempre girou em torno da madeira, principalmente no começo, todo mundo queria um lote [...] depois de extraído a madeira, depois de explorado a madeira, feito a extração já não tinha muito valor pra muitos, pra muita gente, uns queriam pra realmente fins né, agrários, né! E outros não queriam pra fins lucrativos de meio econômico [...] uma vez vendida a madeira, aquele lote não tinha valor, o que ocorre? Ele abandonava aquele lote, juntava mais pessoas e vamos invadir [...], não precisava porque tem muita terra, como até hoje tem, então, eles ocupavam uma área de terra dita sem nome, dita sem dono né, e ali loteavam novamente fora do controle do ITERPA e do INCRA, havia o controle dele pra que? A finalidade de tirar a madeira, uma vez tirada ali, aquele mesmo grupo, ia pra outra área e fazia o mesmo processo, então, essa invasão que houve, eu nunca vi ela com bons olhos, porque a gente que acompanhava aqui, viu o trabalho que o ITERPA teve, a administração primeira [...]<sup>237</sup>.

O Sr. Valdir menciona uma clara associação entre a atividade da madeira e a dos agricultores. Aponta que, quando Tailândia se tornou um pólo madeireiro, muitos vinham em busca de terras, pois sabiam que uma vez extraída a madeira, a terra perdia o valor e assim poderia sobrar espaço para a agricultura. Daí a invasão de terras ser associada entre agricultores e madeireiros.

É importante salientarmos que sua visão de mundo está ligada ao grupo social do qual fazia parte, isto é, ele rememora o passado e se reporta ao contexto do passado tailandense de acordo com a perspectiva do grupo social que ele integrava a “elite madeireira”, o que nos permite captar sua memória a partir de uma perspectiva social, pois mesmo pertencendo a um individuo, mas está ligada à concepção de um grupo social<sup>238</sup> que certamente não via as invasões com bons olhos, porque era parte envolvida nas mesmas, acompanhemos outro entrevistado acerca desse assunto:

---

<sup>236</sup> MATTOS, Marcelo Badaró et. Al. (org.). *História: Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.P. 49.

<sup>237</sup> MATIAS, op. cit. Anexo 1.4.

<sup>238</sup> AMADO, op. cit. pp. 94-95.

Olha... é que... não todos, mais [sic] que eles me perdoa, me desculpe a franqueza mais os madeireiros... foram os mais responsáveis por esse tipo de invasão, mais [sic] agora pode até ser que não, mais antes foi porque eu conhecia ação que madeireiro é... faziam... tipo assim, preparava condições, dava rancho, dava isso e aquilo, entrega pra três, quatro posseiro: vai lá, invade que eu te compro a madeira. Quer dizer, aí o cara tava sem nada pra comer em casa e pegava rancho pra comer lá, pra deixar em casa, aí ele ia arriscar a invasão pra vender a madeira. Se ele no caso, ele não tivesse esta, este incentivo, ele não iria, porque ele nem tinha pra deixar e nem pra levar, então... (hum! Barulho da garganta) os maior responsáveis por os conflitos, depois que davam conflito, quando davam conflito os madeireiro saía fora, aí o pequeno leva a brefa lá dentro. Aí os conflitos, a maioria a culpa seria no caso aconteceu na Piunteua, em outras por aí, na Esmeralda. Nós conhece pessoas que tavam aí por trás incentivano [sic] e depois ficou fora e aí alguém morreu pra lá. Então a maioria a culpa seria dos madeireiros<sup>239</sup>.

Ao entrevistar o Sr. Pedro, pedi que ele me falasse sobre os envolvidos nos conflitos agrários na década de 80, quando esses se acentuaram a partir de 1988 em diante. Como vemos na fala supracitada ele aponta os madeireiros como envolvidos diretos e como construtores dos conflitos que se instalavam. Esses atores sociais agiam incentivando as invasões de terras pelos colonos ou “posseiros” que chegavam em Tailândia garantindo a esses os víveres necessários para permanecerem na terra invadida até que o órgão competente, no caso o ITERPA, viesse regularizar a situação das famílias acampadas na terra. Mas até que isso acontecesse, o colono “posseiro” permanecia na terra, sendo alvo fácil do proprietário da mesma, o que factualmente levou muitas famílias a serem desfeitas nesse período e contribuiu para a visão exógena de Tailândia como um local violento. Nesse contexto é preciso que nos atentemos para o conflito como uma relação antagônica construída historicamente visando a apropriação de um bem de outrem, a madeira, extraída da natureza e negociada nesse ínterim da invasão para a desapropriação da terra pelo posseiro com o madeireiro ou industrial que financiava o atentado à terra de outro madeireiro. O posseiro movido pela esperança de conseguir prosperar facilmente ou ainda porque chegava atraído pela propaganda verbal de conhecidos, via-se na situação de aceitar a oferta espúria de um madeireiro que estava ambicionando as terras de outros. É interessante que os desencontros conflituosos em Tailândia também ocorreram por convicções convergentes, a de conseguir sempre mais matas para explorar a madeira. A divergência que havia era de cunho mesmo econômico, pois cada um queria para si uma parte do “celeiro vegetal” que era então Tailândia, por isso muitos conflitos ocorriam, mas poucos eram registrados oficialmente, um desses que podemos citar ocorreu em 1982, quando o Sr.

---

<sup>239</sup> Pedro Mercides da Costa, natural de São João do Piauí – 01/08/1950 – secretário de agricultura e meio ambiente de Tailândia. Entrevista por mim realizada em 20/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

Oldemar Seifert – um sulista conhecido como Gringo – foi assassinado em uma via pública a tiros em Tailândia, o que segundo o processo criminal encontrado se deveu a um entrevero entre ele e outro fazendeiro que disputavam a mesma área<sup>240</sup>. Nesse momento as relações já se processavam de maneira mais tensa entre os distintos sujeitos que viviam em Tailândia e a instabilidade, a tensão e o medo que pairava no campo, espraiava-se para além dele, abrangendo também o espaço da cidade que, com a constância do fluxo migratório, tornava-se cada vez maior, havendo a ampliação de bairros e o estabelecimento de uma infraestrutura que era bastante precária para atender a população que estava, chegava e permanecia, a cidade da provisoriedade se tornava o lar de muitos e encontrava-se em constante fazer-se e transmutar-se, sem no entanto, confortar a todos que a habitavam. A insatisfação de muitos e a busca por novas oportunidades de vida cediam espaço para o medo, a instabilidade e atos violentos, como se esse fosse um meio para alcançar o que se almejava, o que para muitos acabou sendo, enquanto que para outros resultou no fim ou arrancar do dom que terra alguma poderia conceder, a vida, tomada bruscamente no espaço de tensão. Acompanhem alguns índices de violência ocorridos em Tailândia no período de 10 anos na tabela abaixo:

Tabela nº 05: Crimes registrados Fórum de Tailândia.

<b>Ano</b>	<b>Tipos de Crimes Registrados</b>			
<b>1984 a 1994</b>	Homicídio 45	Lesões Corporais 29	Estupro 13	Furto 30
	Tráfico de Entorpecentes 03	Atent. Violento ao Pudor 01	Inquérito Policial 18	Tentativa de Homicídio 07
	Infanticídio 01	Peculato 01	Difamação 01	Latrocínio 01
	Contravenções Penais 01	Motim de Presos 01	Fuga de Preso 01	Tent. de Estupro 02
	Prática de Ato Obs. em Lugar Público 01	Queixa-Crime 01	Não especificado 01	

Fonte: Livro de Registro de Processos Criminais nº 01. Arquivo do Fórum da Comarca de Tailândia.

Como vemos na tabela acima, o número de crimes cometidos no espaço de 10 anos aparenta ser pequeno, mas é importante salientar que esses índices refletem a

<sup>240</sup> Processo crime de nº 030/82 – DOS / DOPS, fls. 008. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

violência denunciada, cujo procedimento deu origem aos processos criminais citados, então podemos mencioná-la como a violência oficial, sobre a qual existem registros e que se pode comprovar. Notemos que os crimes cometidos eram diversos, desde homicídios, lesões corporais, muitos estupros e furtos, tráfico de entorpecentes, atentado violento ao pudor, abertura de inquéritos policiais, tentativas de homicídio, entre outros. Mas será que em todos esses anos a tensão e o medo se limitavam a esses casos dos dados obtidos no Fórum? Certamente não, pois outros elementos foram encontrados ao longo da pesquisa que nos possibilitaram perceber que eles estavam presentes nos jornais e no cotidiano, mas muitas vezes não nos registros oficiais.

Em 1988, Tailândia já aparecia freqüentemente nos jornais, especialmente nas colunas policiais ou em outras que apontavam o aspecto da cidade ou ainda da Vila em termos de instabilidade, medo e tensão, pois muitas pessoas se diziam ameaçadas de morte, enquanto outras eram eliminadas sumariamente sem que a população soubesse o porquê do que havia acontecido e, o próprio delegado local era acusado de contratar pessoas para encomendar a morte de outrem<sup>241</sup>. Além dessa notícia outras foram veiculadas, pois três meses após numa página inteira do jornal “*O Liberal*”, as notícias nesse sentido eram diversas, como por exemplo, noticiava que o líder da AMUTA, o Sr. Francisco Nazareno incentivava invasões de terras; que a Vila de Nossa Senhora Aparecida era então um local de conflitos “(...) onde se mata uma pessoa com a mesma naturalidade que se mata um animal (...)”<sup>242</sup>, o que mostra a reprodução da violência extremada presente no campo e da qual foi alvo o presidente da ADETUVINSA que residia na comunidade, o Sr. Manoel Cardoso de Almeida, o qual vivia em situação de constante medo pelas ameaças de morte que sofria; que havia um comércio de terras efetuados pelos migrantes, apontados ambigüamente como bem intencionados e aventureiros ou falsos colonos que vinham dos Estados de Goiás, Maranhão, Ceará, Piauí, Sergipe entre outros, para conseguir terras a força por meio das invasões e depois comercializá-las antes mesmo de receberem o título definitivo<sup>243</sup>, o que já foi assinalado em uma fala anterior do Sr. Valdir.

Essa é uma das imagens produzidas sobre Tailândia antes mesmo da sua emancipação que ocorre em 24 de abril de 1988, nesta vemos muitas situações que nos possibilitam apreender o espaço tailandense e seus habitantes meio que rechaçados pelo medo e tensão que rondava naquele momento. A necessidade de conter a violência era

---

<sup>241</sup> *O Liberal*, op. cit. 15/01/1988. Arquivo da CPT.

<sup>242</sup> *Idem*, 18/04/1988. Arquivo da CPT.

<sup>243</sup> *Ibidem*.

tamanha que era preciso construir uma nova delegacia para comportar os praticantes da mesma, foi então nesse intuito que, o ITERPA buscou verbas do FUNDEPARÁ (Fundo de Desenvolvimento do Pará) e efetivou a construção de um prédio de alvenaria para recolher os meliantes e excluí-los do convívio social<sup>244</sup>. Essa medida no entanto, não fez com que a violência cessasse, pois no ano seguinte o deputado estadual Nonato Vasconcelos discursou na Assembléia Legislativa em Belém se reportando à situação que segundo ele, vivenciava a população tailandense, aterrorizada diante dos fatos que ocorriam, como a queima de pontes, o incêndio do prédio onde funcionava o escritório do ITERPA e, o que ainda estava por vir, a explosão de torres da ELETRONORTE que passavam por dentro de Tailândia<sup>245</sup>.

As notícias circulavam na imprensa estadual e a imagem de Tailândia assentava-se sob um estigma de violência que perduraria ao longo dos anos, sendo praticada por distintos sujeitos, como delegados que ameaçavam pessoas de morte, ou as espancavam e trabalhavam a serviço de outrem como “capangas” – uma espécie de função que significa ao mesmo tempo segurança pessoal e pistoleiro particular – além de ser também alvo de violência, como foi o caso do ex-delegado e representante da FETAGRE (Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura), Ezequiel Alves dos Ramos, assassinado em uma tocaia no ano de 1990 às proximidades de sua residência no perímetro rural de Tailândia, entre outras atrocidades cometidas. No caso de Tailândia não podemos caracterizar a violência apontando um único motor, pois ora ela grassava devido a questões envolvendo a terra e, em outros momentos ela se produzia banalmente como se fosse uma forma primitiva de descarregar as tensões vivenciadas no espaço que se construía com a ajuda dos migrantes, mas marcado pela diferença de visões de mundo que nem sempre conviviam pacificamente.

A tabela nº 05 foi construída com base nos dados referentes a 10 anos da história tailandense<sup>246</sup>, sem, contudo, especificar ano a ano o que ocorreria, o que nos permite mapear esses anos por meio da imprensa do Pará que volta e meia veiculava notícias sobre Tailândia. Ao longo do ano de 1991, alguns eventos ocorridos no contexto tailandense se reportaram à temática da violência, dentre os documentos encontrados destacamos um relatório feito pelo STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Tailândia), o qual relata um atentado à família do Sr. Bento Marques Freitas, um lavrador que no ano anterior havia sido

---

<sup>244</sup> *Diário do Pará*, 09/11/1988. Arquivo da CPT.

<sup>245</sup> *A Província do Pará*, 09/11/1989, p. 08. Arquivo da CPT.

<sup>246</sup> Lembrando que os processos que constavam deviam sua imprecisão não apenas à falta de registro, mas também ao fato de que Tailândia até 1988 ficava oscilando entre o pertencimento à Acará e Moju e, que por isso alguns processos segundo a funcionária do Fórum, a Sr<sup>a</sup>. Eunice devem se encontrar nesses municípios, se é que foram conservados.

incentivado pelo Sr. José Orlando e seu gerente Wilson Urbano a utilizar uma casa dita por esse abandonada dentro de uma área da fazenda Camarão de propriedade do fazendeiro conhecido como Edvá. Três meses após residir na casa, o senhor Bento foi informado de que deveria se retirar da casa rapidamente, caso contrário seria retirado à força. Amedrontado o Sr. Bento avisou que já havia conseguido um novo lugar para ir, mas precisaria arranjar um carro para transportar seus pertences, o que imediatamente tratou de providenciar deixando em casa a sua esposa Elisa e os seis filhos. O aviso chegou até o Sr. Bento às 9 horas da manhã do dia 14/12/1990 e às 16 horas ele ainda não havia retornado com o carro, o que causou uma situação ainda mais tensa, pois sua esposa sem saber o que fazia, pedia que o Sr. Antônio que havia avisado, segurasse o indivíduo armado que já se encontrava rondando a moradia. O medo crescia a cada instante, pois o dito pistoleiro avisou que se descarregasse a carabina que portava, 30 homens acorreriam para incendiar a casa, o que realmente foi feito às 20 horas do mesmo dia, pois o Sr. Bento ainda não tinha retornado com o carro e sua esposa e filhos dormiam, quando de repente sentiram forte odor de gasolina e se deram conta do clarão do fogo. Dona Elisa correu 7 km com os filhos deixando para trás seus pertences ardendo nas chamas do fogo que havia sido ateados<sup>247</sup>. Achamos relevante narrar esse episódio devido ser um dos poucos que atestam a violência que ocorria em Tailândia, bem como os distintos sujeitos sociais que dela faziam parte, como o fazendeiro que incentivava a invasão, certamente com alguma pretensão futura com relação à terra, o posseiro que também não podemos ver como alguém totalmente inocente acerca do que poderia acontecer decorrente da invasão – que também pode ser vista como uma ação violenta sobre os bens de outrem – além da figura singular do pistoleiro encarregado de legitimar a posse por meio do uso de armas ou de ações como o incêndio da casa ocupada.

Nesse sentido podemos afirmar que esses distintos sujeitos buscam legitimação dentro do contexto em que estão inseridos<sup>248</sup>, o posseiro por meio da posse indevida, ainda que incentivado pelo fazendeiro interessado na propriedade; esse se alicerça de que é válido incentivar a invasão à terra de outra pessoa pertencente ao mesmo ramo de trabalho que exerce; o outro fazendeiro dito dono da propriedade se utiliza até mesmo de violência contra toda uma família para poder assegurar a posse da propriedade, enfim, esses sujeitos envolvidos nesse episódio, vêm na violência uma estratégia para alcançar os fins econômicos, seja de sobrevivência, seja de acúmulo de renda.

---

<sup>247</sup> Relatório do STR – Tailândia, 25/01/1991. Arquivo da CPT.

<sup>248</sup> SANTANA, op. cit. p. 31.

No ano de 1991, outra vez Tailândia foi notícia nos jornais, pois mais um crime ocorreu à luz do dia em um bar da cidade, do qual foi vítima o fazendeiro Odemar Seifert, um sulista que em 1982 perdeu seu irmão conhecido como Gringo quase que nas mesmas condições. A vítima encontrava-se tomando uma cerveja em um bar localizado na Avenida Belém, uma das ruas principais do município, quando foi assassinado à tiros diante dos presentes no bar pelo Sr. Telêmaco Dorneles Umpierre, o qual era conhecido na localidade como exercendo a atividade da pistolagem. Esse evento é noticiado mostrando Tailândia como um local de extrema periculosidade, na qual a violência grassa alicerçada e apadrinhada até mesmo por algumas autoridades da cidade, como por exemplo, o prefeito, o Sr. Francisco Nazareno e o então delegado de polícia, o Sr. Valdinei Palhares, ambos acusados de serem antigos empregadores do dito assassino que, se evadiu do local do crime com certa conivência da polícia que, ao ser avisada do crime cometido, teria partido no encalço do criminoso em sentido contrário ao que apontavam os populares que Telêmaco havia saído<sup>249</sup>.

Podemos afirmar que a violência no espaço tailandense vem se reproduzindo devido à banalidade em que é encarada, pois os crimes ocorriam à luz do dia e pouco ou quase nada era feito judicialmente para punir os criminosos ou os envolvidos nos crimes<sup>250</sup>, o que fragilizava a imagem da cidade construindo-a como uma “terra sem lei”, expressão tantas vezes associada ao Pará e que encontra morada em Tailândia. Essa situação de medo e tensão se expressou ainda em outros acontecimentos que se deram nesse município, como nas ameaças de morte sofridas pelo vereador Manoel Almeida, também líder da ADETUVINSA e envolvido em questões agrárias, além da reclusão a que este senhor foi submetido sob pena de ser alvejado letalmente caso saísse de casa, bem como em outras denúncias de mesmo teor, além de atentados contra o motorista do prefeito Francisco Nazareno e o baleamento do Sr. Francisco Romão, chefe do setor de obras da prefeitura local e o assassinato de Jacinto Souza da Hora, vitimado a bala na estrada do Aeroporto – pequena pista de pouso – e outros episódios que, paulatinamente contribuíram para a construção de Tailândia como um local violento, descrito em jornais como “um barril de pólvora” e um lugar em que “matam todo dia, morrem pessoas que ninguém sabe”<sup>251</sup>. Mas é necessário que deixemos sempre claro que a violência nessa localidade não pode ser naturalizada, mas historicizada e compreendida dentro de um contexto em que ela legitima ações e relações

---

<sup>249</sup> *A Província do Pará*, op. cit. 29/03/1991. Arquivo da CPT.

<sup>250</sup> SANTANA, op. cit. p. 42.

<sup>251</sup> *O Liberal*, op. cit. 11/07/1991, p. 22. Arquivo da CPT.

estabelecidas entre sujeitos sociais oriundos de lugares distintos e que procuram se firmar no novo espaço ocupado, moldando-o de acordo com seus interesses.

Em 1992, os conflitos perduram e outras pessoas se tornam vítimas de ameaças, como o presidente do STR – Tailândia, o Sr. Pedro Mercides, devido envolvimento na questão agrária da gleba 13, no km 42 da Pa-150, isto é, por ter denunciado a derrubada indiscriminada de árvores sem licença do IBAMA nessa área. O que notamos é que paulatinamente agricultores vão se tornando alvo de atentados ou pessoas ligadas a defesa dos trabalhadores rurais, certamente porque nessa época Tailândia já se destacava como pólo madeireiro e muitos imbuídos pelo desejo de enriquecer explorando os recursos ambientais justificavam quaisquer ações, inclusive tirar do caminho aqueles que barravam esse avanço rumo ao “progresso” muitas vezes alcançado a custo de sangue. A impressão que temos é que mesmo tendo uma administração municipal, Tailândia parecia estar esquecida pelos representantes locais, visto que diversas ações criminosas se processavam sem que as providências cabíveis fossem tomadas, como por exemplo, o que foi noticiado em 11/10/1992, ou seja, o isolamento ocasionado pela queima “misteriosa” de uma ponte no sentido de Moju, fato que estava rendendo dividendos ao Sr. Francisco Raimundo de Souza, mais conhecido como Raimundão, o qual para permitir que os veículos, principalmente de carga pudessem trafegar por dentro de sua fazenda, cobrava um pesado “pedágio”, extorquindo diariamente CR\$ 4 milhões de cruzeiros em moeda corrente. Outro fazendeiro por nome Maringá acusava o fazendeiro, o Sr. Francisco Raimundo de ter mandado seus capangas destruírem a ponte para lucrar com o ato, visto que a mesma é localizada na Pa-150 e, portanto, importante corredor de escoamento de produtos do Norte para o Sul do Pará e vice-versa<sup>252</sup>.

Creio que a imagem de abandono de Tailândia era tão latente que cada um a sua maneira procurava estabelecer a ordem, isto é, a sua ordem, mesmo que para tanto fosse necessário se utilizar de atos inescrupulosos e violentos<sup>253</sup>.

No ano de 1993 assumiu o mandato municipal, o comerciante Francisco Alves Vasconcelos, e em termos de jornais ou relatórios nada encontrei, cabendo pesquisar no Fórum registros documentais acerca de processos violentos, dos quais encontrei um processo crime que narrava um homicídio qualificado em que o réu, o Sr. Valdomiro Nunes da Silva – vulgo Goiano – desferiu golpes de faca em um deficiente físico por nome José Maria Celestino. Após o crime, o réu se evadiu rumo ao linhão da ELETRONORTE para se

---

<sup>252</sup> Idem, 11/10/1992, p. 28.

<sup>253</sup> SANTANA, op. cit. p. 38.

esconder, visto que ainda era um local pouco habitado<sup>254</sup>. Os processos crimes, bem como outros indícios documentais são importantes, na medida em que nos permitem visualizar não apenas o crime cometido ou a violência praticada, mas também a imagem da cidade se construindo aos poucos, com a chegada de mais migrantes e a implantação de novos bairros, como cita acima o do linhão da ELETRONORTE, no caso o bairro de Santa Maria.

O ano seguinte, o de 1994, ficou marcadamente registrado na memória de muitos habitantes de Tailândia, pois outra crise foi deflagrada, a da energia elétrica que, como já foi dito nessa dissertação, passava por dentro da cidade pelo linhão da ELETRONORTE, mas não abastecia a mesma, o que causava extremo descontentamento nas distintas esferas sociais, desde o simples expectador que sonhava nesse ano de Copa do Mundo de Futebol em ver a atuação da Seleção Brasileira nos Estados Unidos, até os comerciantes e industriais que se viam prejudicado pelo racionamento imposto a todos devido à fraca capacidade de abastecimento oferecido pela CELPA que, fornecia 4 horas de energia para cada bairro<sup>255</sup>. Um dos funcionários dessa empresa na localidade, o gerente Luís Carlos de Assunção Veiga, além viver amedrontado foi também alvo de agressão no dia 05/06/1994, quando foi espancado sumariamente levando chutes, socos e pontapés de um morador local, o Sr. Edmilson Souza da Silva, sobrinho do ex-prefeito Francisco Nazareno, na usina da cidade, por ocasião da interrupção de energia no bairro do referido agressor<sup>256</sup>. Essa grave situação da energia levou a que ocorresse um movimento em que vários prédios foram depredados e em que ocorreu a morte do comerciante Ibanês Brandão da Silva – vulgo IBS – vitimado pelo açougueiro por nome Aldoney Souza Lima, mais conhecido como Pernambuco<sup>257</sup>. Além de uma situação de sítio, na qual Tailândia estava tomada pelas forças policiais que atiravam para cima tentando conter os revoltosos e assustando a população da cidade que se sentia refém, escondidos em suas casas e os que estavam em lugares como a escola, ficaram retidos até os tiros cessarem<sup>258</sup>. Esse movimento tomou grandes proporções, a ponto de ser noticiado em telejornais de circulação estadual e nacional, ratificando a imagem de Tailândia como um lugar violento.

Em 1994, outra forma de violência que considerei curiosa foi o furto de animais de duas fazendas onde várias cabeças de gado foram sorrateiramente levadas durante

---

<sup>254</sup> Processo crime de nº 1993700019 – 3. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>255</sup> PRADO, Maria Lionez Ramos, op. cit. p. 27.

<sup>256</sup> Processo crime de nº 0139/94. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>257</sup> Processo crime de nº 0140/95. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>258</sup> PRADO, Maria Lionez Ramos, op. cit. p. 88.

a madrugada<sup>259</sup>, o que nos mostra o quanto a criminalidade imperava em Tailândia, seja aplicada a pessoas ou aos bens de outrem.

A partir do ano de 1995, como veremos a seguir foi possível coletar dados que nos remetem a cada ano em específico e o que ocorria em termos de violência, nos permitindo visualizar em que medida essa se processava e o cruzamento dos dados obtidos no Fórum, com aqueles veiculados pela imprensa do Estado e as falas de alguns moradores de Tailândia, com fins de compreender esse processo histórico pautados nos distintos indícios que foram pesquisados. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela nº 06: Crimes registrados no Fórum de Tailândia por ano incidência.

<b>1995</b>	Estupro 02	Receptação 02	Furto 03	Homicídio 03
	Lesões Corporais 03	Falta de Hab. p/ Dirigir Veículo 01	Tráfico de Entorpecente 03	Direção Perigosa de Veículo 01
	Representação – Custódia Preventiva 01	Tent. de Homicídio 02	Destruição de Coisa Alheia 01	Atent. Violento ao Pudor 01
	Apropriação Indébita 01	Tent. de Estupro 01	Lenocínio (Casa de Prostituição) 01	Sedução de Mulher Virgem 01
<b>1996</b>	Estelionato 01	Estupro 01	Furto 01	Homicídio 03
	Tent. de Estupro 01	Tráfico de Entorpecente 02	Lesões Corporais 01	Latrocínio 01
<b>1997</b>	Homicídio 05	Furto 04	Estelionato 05	Receptação 01
	Uso de Doc. Falsos 01	Queixa-Crime 03	Fuga de Presos 02	Atent. Violento ao Pudor 01
	Entorpecentes 04	Concussão c/ Abuso de Autoridade 01	Apropriação Indébita 01	Resistência à Prisão 01
	Infração de Menor 01	Tent. de Homicídio 01	Mandado de Segurança 01	Guarda Provisória 01
	Crime de Representação 02	Menores em Situação de Risco 01	Não Especificado 01	
<b>1998</b>	Furto 11	Homicídio 11	Estupro 01	Receptação 01
	Representação Contra Menor 01	Queixa-Crime 02	Porte Ilegal de Armas 01	Pedido de Remissão 02
	Menor Infrator	Tent. de	Prisão	Lesões

<sup>259</sup> Processo crime nº 1994700018 – 3. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

	03	Homicídio 03	Temporária 01	Corporais 01
	Perigo p/ a Vida de Outrem 01	Atent. Violento ao Pudor 01	Desobediência 01	Estelionato 01
	Entorpecente 01	Formação de Quadrilha 02	Auto de Infração IBAMA 01	Não Especificado 01
<b>1999</b>	Homicídio 11	Estupro 06	Entorpecente 12	Furto 14
	Tent. de Homicídio 02	Apropriação Indébita 02	Resistência à Prisão 01	Calúnias 01
	Homicídio Culposo na Dir. de Veículo 03	Atent. Violento ao Pudor 02	Dano Qualificado 01	
<b>2000</b>	Homicídio 10	Estupro 04	Latrocínio 02	Furto 13
	Lesão Corporal 02	Homicídio na Dir. de Veículo 02	Porte Ilegal 08	Tráf. e Cons. de Entorpecentes 05
	Violação de Domicílio 01	Resist. e Desacato à Autoridade 01	-----	-----

Fonte: Livro de Registro de Processos Criminais nº 01 e 02. Arquivo do Fórum da

Comarca

de Tailândia.

Salientamos que esses dados do Fórum nos permitem visualizar apenas os atos violentos que eram perpetrados contra pessoas ou objetos e que foram denunciados e efetuados os processos crimes, pois como vimos na tabela nº 05 em 10 anos foram registrados 45 homicídios; já na tabela nº 06, vemos que de 1995 a 1997 foram 11 homicídios, enquanto que de 1998 a 2000 registrou-se 32. Isso não significa afirmar que esses dados condizem com a realidade, pois de acordo com os jornais ou os informantes arrolados, outros atos violentos ocorriam e, nem sempre se tornavam processos crimes. É notório que os atos de violência praticados por vezes encontravam justificativa na índole da vítima, que em alguns casos era apontada como meliante, o que legitimaria sua eliminação, como se a sociedade necessitasse ser purificada e lavada com o sangue de alguém<sup>260</sup>. Esse caso se aplica a Antônio Alves Freitas – vulgarmente conhecido como Beija – que foi morto com dezenas de tiros em um cabaré de Tailândia por policiais militares, sendo acusado de pistoleiro ou matador de aluguel, apontado como autor de pelo menos 20 homicídios em

<sup>260</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 134-135.

idades às margens da Pa-150<sup>261</sup>. Essa versão que provavelmente foi fornecida à imprensa pelos policiais militares é destoante de outra encontrada em um relatório de mobilização elaborado pela CPT de Abaetetuba, movimento do qual fizeram parte várias entidades e representantes locais e estaduais como STR – Tailândia, Loja Maçônica, os deputados estaduais Luis Otávio e Elza Miranda, a deputada federal Ana Júlia Carepa, o presidente do ITERPA Ronaldo Barata, representantes das indústrias madeireiras, dentre outros presentes e estavam ausentes o prefeito da cidade e o juiz local. Nesse documento Beija é apontado como um lavrador que foi assassinado por policiais militares juntamente com Edílson e acusados postumamente de serem pistoleiros e de terem sido roubados a importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em cheque. Esse mesmo documento contém informações preciosas acerca da violência de que muitos foram alvos naquele ano denunciando a ação de muitos sujeitos e distintas vítimas, das quais foram freqüentes alvos lavradores ou trabalhadores rurais envolvidos em questões agrárias.

Outro elemento bastante presente no documento é a violência institucional impetrada pela PM (Polícia Militar) em vários cidadãos tailandenses, o que mostra o descontrole das próprias instituições que teoricamente deveriam garantir a segurança contribuindo para o medo e as tensões sociais. Dentre os relatos presentes no citado documento, temos o espancamento do Sr. Gilberto por um policial, o que quase o levou a óbito; outro morador por nome Antônio relatou que residia próximo ao quartel e em um domingo recebeu um tiro aleatório vindo do quartel da Polícia Civil; uma senhora denominada de Estela contou que em 19/02/1995 um marginal invadiu sua casa para estuprar sua filha, fato que foi denunciado, porém nada foi feito para prender o “bandido”; menção das mortes de Beija e Edílson no dia 11/02/1995 e a de Francivaldo Cardoso de Oliveira sete dias após os dois primeiros, sendo todos três tidos como lavradores pelo STR – Tailândia e parceiros em uma ação de ocupação de terra, o que certamente contribuiu para que fossem mortos; o Sr. Raimundo Alves notificou que agentes da polícia apontaram uma arma para sua cabeça e em seguida usaram e abusaram de seu carro e após isso o prenderam alegando que ele carregava Beija e Edílson em seu veículo. Para ser solto o Sr. Raimundo pagou uma fiança de R\$ 200,00 (duzentos reais); foi informado também a existência de muitos conflitos nas fazendas Esmeralda, Turmalina e Piunteua, tendo havido inclusive mortes e o baleamento de duas pessoas.

---

<sup>261</sup> *Diário do Pará*, op. cit. 17/02/1995, p. 05. Arquivo da CPT.

É interessante notarmos que muitos dos atos violentos foram cometidos por policiais, elemento que contribuiu para que Tailândia seja descrita como um local em que se impunha uma situação caótica expressa por meio de diversos tipos de violência alicerçadas pela impunidade e o medo presente na sociedade. Outra informação relevante nesse dossiê aponta muitos sujeitos sociais que praticavam ou eram os mandantes de assassinatos ocorridos freqüentemente nessa cidade e o lugar em que se reuniam, a fazenda São Paulo de propriedade do Sr. Macarrão, lugar que reunia o proprietário, o delegado José Raimundo Fialho dos Santos, o Sr. Valdinei Palhares, sócio do dono da fazenda, o então prefeito Chico Baratão e seu irmão e o escrivão de polícia, ambos não tiveram os nomes citados no documento. Esses senhores são apontados como a possível “mente política” que sustentava o clima de impunidade e terror em Tailândia<sup>262</sup>.

Como vemos, é complicado traçar um paralelo e delimitar exatamente quem eram os atores sociais e classificar precisamente quem eram as vítimas, apenas podemos inferir sobre as que foram documentadas e que se expressam a partir de visões do mundo agrário e nas disputas entre colonos-agricultores e os madeireiros. A concepção do que ocorria e como a violência se processava nem sempre é nítida, no entanto, se o campo era o lugar onde se processavam os conflitos, por vezes a cidade era o espaço onde eles se definiam ou se tornavam mais caóticos com a morte de agricultores ou de outros trabalhadores tailandenses.

Como já explicitiei anteriormente, 1995 foi um ano com saldos nefastos de mortalidade em Tailândia, pois após a emissão do documento supracitado, outros vêm corroborar essa afirmação, como um ofício enviado pelo Sr. Girolamo Domenico Treccani, secretário da CPT – Pa ao Sr. Ronaldo Barata, presidente do ITERPA, pedindo providências desse órgão em termos de regularização fundiária, visto que após as mortes de Beija, Edílson e Francivaldo, mais duas foram notificadas como sendo novamente de trabalhadores rurais dessa cidade<sup>263</sup>.

Outro documento do mesmo ano foi elaborado pela CRE (Comissão de Representação Externa) da Assembléia Legislativa do Estado, apontando que as causas da violência em Tailândia residem na inoperância dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária e pela grilagem existente nesse município, o que nos permite compreender que externamente muitos viam a violência praticada no contexto tailandense principalmente associada à concentração fundiária e aos conflitos agrários de um modo geral. Outro

---

<sup>262</sup> Relatório de Mobilização em Tailândia – Pará, dias 02 e 03/03/1995, pp. 01-03. Arquivo da CPT.

<sup>263</sup> Ofício da Comissão Pastoral da Terra 04/05/1995. Arquivo da CPT.

elemento importante no citado documento é a sensibilidade das pessoas em torno do medo que fazia parte do vocabulário e cotidiano dos moradores gerado pelas mortes ou outros tipos de violência que ocorreram nesse período e pelos atores sociais que praticavam tais atos, os quais tinham muitas vezes como responsáveis integrantes da Polícia Militar ou Civil ou membros reconhecidamente da sociedade, como madeireiros e fazendeiros locais. Cita o documento se referindo também às mortes de Beija e Edílson que conforme os depoimentos colhidos pela CRE, suas mortes se devem ao fato de que ambos estavam envolvidos na invasão da fazenda Esmeralda de propriedade inclusive questionada legalmente do Sr. Antônio da Florença e a de Francivaldo porque ele teria descoberto quem descontou um cheque que havia dado para Beija, chegando aos mandantes do assassinato do mesmo. Menciona também o mesmo grupo citado no Relatório de Mobilização como sendo a mente oculta que planejava e encomendava as execuções de muitos trabalhadores rurais envolvidos em invasões de terra em Tailândia e que haviam sucumbido há pouco tempo, além dos 03 cadáveres que apareceram queimados na fazenda Piunteua de propriedade do Sr. Clóvis e posteriormente de sociedade com o Sr. Macarrão. É também gritante a negligência ou a participação direta e indireta da polícia que deveria assegurar a ordem, fazendo o contrário e estabelecendo o caos, por não tomar as providências cabíveis para deter a violência ou causando-a em parte das vezes, como se expressou pelas execuções de Beija e Edílson, as extorsões como quando cobrou do Sr. Raimundo R\$ 200,00 para soltá-lo após ter sido acusado de carregar os dois executados, além de outros crimes praticados<sup>264</sup>.

Podemos afirmar que a violência nessa época em Tailândia tinha duas fontes bastante interligadas, uma era os conflitos fundiários que se deflagravam ocasionados pela chegada intensiva de novos migrantes e pela ganância decorrente do interesse pela madeira e a outra residia na impunidade e mesmo conivência e participação das autoridades policiais e de membros reconhecidos da sociedade que, no entanto, não eram sequer inquiridos ou punidos pelos seus desmandos<sup>265</sup>. Dessa forma a violência se reproduzia como uma forma de relação social estabelecida para resolver problemas agrários por meio da eliminação de pessoas ou a manutenção de uma ordem ou desordem imposta por madeireiros, fazendeiros e policiais civis e militares, constituindo-se na “*terra do medo*”<sup>266</sup> que, devido ao abandono em que se encontrava por parte da administração municipal necessitava da intervenção urgente, pois em apenas dois meses do referido ano havia

---

<sup>264</sup> Assembléia Legislativa do Estado do Pará – Comissão de Representação Externa / Relatório de Visita à Cidade de Tailândia 02 e 03/03/1995, Belém, 06/03/1995. pp. 01-07. Arquivo da CPT.

<sup>265</sup> DAVIS, op. cit. p. 130.

<sup>266</sup> Assembléia Legislativa do Estado do Pará, op. cit. p. 07. Arquivo da CPT.

morrido 28 trabalhadores rurais envolvidos nas invasões de fazendas como Esmeralda, Turmalina e Piunteua e os conflitos perduravam pois a madeira em abundância existente nessas áreas acirrava os ânimos por representar o enriquecimento de alguns que pudessem extraí-la<sup>267</sup>.

Assim foi realizada em Belém no dia 22/05/1995 uma campanha contra a violência e pela cidadania em Tailândia denunciando todas as atrocidades já mencionadas e a falta de providências da SEGUP (Secretaria de Segurança Pública) na pessoa do secretário Paulo Sette Câmara e das autoridades legais do município representadas pelo prefeito Francisco Alves Vasconcelos entre outras, além de na ocasião ter sido exigido a apuração dos crimes ocorridos e punição dos culpados; regularização fundiária; afastamentos do delegado Fialho e dos policiais civis e militares envolvidos em crimes e garantias de vida para as pessoas ameaçadas de morte como o Sr. Pedro e a Sr<sup>a</sup>. Elisa Pereira da Silva, entre outras reivindicações em que estiveram presentes o Sr. Jorge Rodrigues da CUT – Pa (Central Única de Trabalhadores), Sérgio Tonetto (CPT – Abaetetuba), Pedro Mercides (STR – Tailândia), Rita de Bezerra (FETAGRE – Pa), Ana Júlia Carepa (deputada federal – Pará) e Gilmar da Silva (vereador de Barcarena), na tentativa de intervir para que a violência fosse amenizada<sup>268</sup>. Além dessa atitude realizada pelos representantes supracitados, ainda foi realizado também uma reunião com o SINDIMATA e o STR – Tailândia entre outras entidades<sup>269</sup>, visando solucionar esses problemas e atenuar os atos violentos que, cada vez mais criavam a imagem de Tailândia como um local sitiado, medonho e aterrorizante.

Todas essas ações infelizmente pouco efeito surtiram para coibir a violência institucional praticada por policiais, pois uma notícia cita o caso de um assassinato ocorrido na localidade de Coacará neste município em que foi executado a tiros Antônio Gomes de Araújo e enterrado clandestinamente, o que motivou o interesse do delegado recém-assumido Sávio em pedir a exumação do cadáver, visto que o assassinato teria sido cometido por policiais<sup>270</sup>. Outro caso foi o do agricultor que ficou paraplégico ao ser baleado por um PM em um bar em Tailândia, simplesmente porque o lavrador advertiu o policial que exibia sua arma acintosamente em local público<sup>271</sup>.

O ano de 1996 de acordo com os documentos encontrados, parece ter sido menos violento do que o anterior, pois como mostra a tabela nº 06 poucos crimes foram

---

<sup>267</sup> *O Liberal*, op. cit. 06/03/1995, p. 01. Arquivo da CPT.

<sup>268</sup> Relatório da Campanha Contra a Violência e pela Cidadania em Tailândia, 22/05/1995, pp. 01-02. Arquivo da CPT.

<sup>269</sup> Ata da reunião realizada no Moju em 08/05/1995, pp. 01 e verso. Arquivo da CPT.

<sup>270</sup> *Diário do Pará*, op. cit. 15/07/1995, p. 03. Arquivo da CPT.

<sup>271</sup> *O Liberal*, op. cit. 22/11/1995, p. 08. Arquivo da CPT.

registrados oficialmente e os jornais pouco noticiaram a esse respeito. Já em 1997, nova onda de violência desponta tanto motivada pelos conflitos agrários quanto por questões particulares de rixas ou contendas trazidas de outros lugares, como aponta o Sr. Pedro Mercides:

Então na época foi a violência maior que deu, aí depois aconteceu depois mais umas... se inici... se continuou as violências na questão fundiária, mas até 2007, até 97, o ano de 96, ele foi o ano mais violento foi de 92 a 96, foram os mais violentos da questão fundiária. As mortes que acontecia aqui na cidade e que acontece até hoje, 80% delas é ajuste de contas, eu considero e é... é verdade é essa. Pessoas criam pobrema [sic] com outra lá no Ceará, lá no Pernambuco e Concórdia, num sei onde e vem acertar as contas em Tailândia, aí falam: Tailândia é violenta, não, a violência já veio pra cá feita, caracterizada. A única violência que aconteceu aqui de dentro foi confronto de madeireiros né... no setor fundiário e pequenas coisas que davam e dá pra resolver, só que ultimamente o pessoal indoidaro [sic] que eu nunca fui a favor de invadir nada de ninguém, o pessoal indoidaro [sic] e as invasões ficaro [sic] descaracterizada, invadindo de qualquer jeito as coisas dos outros, deixa o dele, vai invadir o do outro, então isso aí gera violência e muita, complicada esse tipo de violência que acontecero [sic], duas morte agora por causa desse tipo de coisa<sup>272</sup>.

Na fala do Sr. Pedro fica claro o período de auge da violência em Tailândia estabelecido entre os anos de 1992-1996 e 1997 de acordo com sua visão como presidente por 12 anos do STR no município, além também dele mencionar a cidade como local de encontro e desencontro de pessoas que já carregavam conflitos ou contendas dos outros lugares em que tinham passado e as “acertavam” em Tailândia, um lugar caracterizado pela migração maciça, pelo desenlace de relações sociais conflitantes e pela impunidade imposta pelas autoridades governamentais locais. Ele menciona também as invasões sem critério, cuja premissa é invadir terras com madeiras para poder futuramente negociá-las, prática bastante comum em Tailândia e que continua ocasionando mortes até os dias de hoje.

Dentre os crimes ocorridos em 1997, a polícia voltou a ser apontada como cerne da violência, pois conforme pesquisa no Fórum, houve mais um registro oficial do abuso das autoridades policiais expressa pelo crime de concussão e extorsão praticado pelo PM Raimundo Nonato dos Santos contra o Estado, isto é, as pessoas de Mercês Félix dos Santos e Eduardo Félix dos Santos que, segundo os autos do processo crime, foi preso indevidamente pelo referido PM que, para soltá-lo exigiu que sua genitora acima citada

---

<sup>272</sup> Pedro Mercides da Costa, natural de São João do Piauí – 01/08/1950 – secretário de agricultura e meio ambiente de Tailândia. Entrevista por mim realizada em 20/09/2006. Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.

pagasse a quantia de R\$ 50,00 (cinquenta reais) que por não ter no momento a quantia, deixou sua bicicleta como garantia de que voltaria para pagar o combinado<sup>273</sup>.

Outros casos remontam a violência praticada nesse município sob diversas roupagens que não apenas a citada acima, como por exemplo, um estupro praticado contra uma menor de apenas 10 anos<sup>274</sup>; o molestamento sucessivo de uma filha pelo seu próprio pai<sup>275</sup>; furto de uma televisão e outros pertences como perfume e xampu pelos senhores Raimundo Nonato R. da Silva e Valdemar F. Silva<sup>276</sup>; dívida cobrada com a vida da vítima que foi o Sr. Luiz Antônio Carlos Cezar Lopes pelo réu Antônio Reginaldo Soares da Silva<sup>277</sup> e um homicídio registrado na Delegacia de Polícia Civil de Tailândia ocorrido na área da fazenda Santa Terezinha de propriedade do Sr. Chico de Oteta – perímetro que estava em conflito devido à exploração de madeira – em que a vítima foi primeiramente alvejada com um tiro e depois teve os pulsos cortados<sup>278</sup>, numa ação de crueldade e aparentemente pedagógica ou exemplar para quem ousasse ter as mesmas atitudes do morto que, certamente era um posseiro na referida fazenda<sup>279</sup>.

No ano de 1998, outros relatos de violência aparecem sendo alguns contraditórios, como o caso em que Carlos Alberto Campelo é acusado de furtar madeiras do Sr. Manoel Alves Feitosa – mais conhecido como Serrinha – conforme processo crime<sup>280</sup> e a nota de culpa registrada na Delegacia de Polícia de Tailândia notificando a prisão do lavrador<sup>281</sup> e em outro documento, uma ficha de denúncia do Conselho Estadual de Segurança Pública feita pelos senhores Carlos A. Campelo e Nelson Batista Vieira em que estes acusam o Sr. Manoel e seu sobrinho Elcio Paiva Feitosa de tê-lo espancado e ainda mandado prendê-los acusando de roubo de madeiras<sup>282</sup>. O fato é que em seguida o Sr. Carlos Campelo é assassinado brutalmente diante de seus familiares – esposa e filhos – pelos

---

<sup>273</sup> Processo crime nº 1997700003 – 7, pp. 02-03. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>274</sup> Processo crime nº 1997700043 – 9. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>275</sup> Processo crime nº 1997700042 – 0. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>276</sup> Processo crime nº 1997700021 – 5. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>277</sup> Processo crime nº 1997700002 – 8. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>278</sup> Delegacia de Polícia Civil de Tailândia, 20/02/1997. Arquivo da CPT.

<sup>279</sup> DAVIS, op. cit. p. 137.

<sup>280</sup> Processo crime nº 1998700068 – 9. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>281</sup> Delegacia de Polícia de Tailândia – Nota de Culpa, Tailândia, 10/09/1998. Arquivo da CPT.

<sup>282</sup> Conselho Estadual de Segurança Pública – Ficha Denúncia, 29/10/1998. Arquivo da CPT.

senhores que o haviam acusado de roubo<sup>283</sup>. Esse caso é bastante complexo, visto que as acusações partiam de ambos os lados, um sendo acusado de roubo, o outro de espancamento e futuramente os causadores da morte do lavrador que, segundo o jornal citado na nota de rodapé, não era o único ameaçado pelos assassinos, sendo também alvo o Sr. Pedro Mercides, presidente do STR.

Outro crime ocorrido nesse ano, de razão aparentemente banal foi o assassinato de Daniel Dias Araújo – vulgo Tatu – por ter feito gracejos à amante de um senhor por nome Daniel que foi até sua residência de onde voltou armado e matou a tiros a vítima Daniel Dias<sup>284</sup>. A impressão que temos é que devido à impunidade, muitos atentavam contra a vida de várias pessoas e de distintas formas porque acreditavam na falha da justiça ou por se acreditarem estarem fazendo o papel dela<sup>285</sup>.

No ano de 1999 alguns crimes são registrados, mas os que mais me chamaram atenção foi o crime de representação de busca e apreensão cometido pelo Sr. Melquisedec Cruz Gonçalves, acusado de emitir “notas frias” para o transporte de madeiras na região de Tailândia e Tomé-Açú<sup>286</sup>. Esse processo é uma série de muitos que começam a mostrar uma certa preocupação com a natureza, no sentido de que se refere ao transporte ilegal de madeiras por pessoas que buscam lucrar sempre mais com esse negócio, porém nada fazem para ressarcir o meio ambiente ou mesmo executam qualquer tipo de manejo que lhes garantam a exploração legal das áreas com incidência de floresta.

Outro crime tratou-se de um ato animalesco praticado por Francisco Rodrigues de Sousa – vulgo Trator – que matou seu colega de trabalho e após o crime, o enterrou como se fosse um animal, cavando sua sepultura com um trator<sup>287</sup>. Esse crime em particular apresenta uma certa desumanização da vítima pelo agressor, como se isso justificasse a crueldade impetrada contra a vítima ou o redimisse de sua culpa<sup>288</sup>. Nesse ano a violência policial novamente se manifesta contra o Sr. Manoel Almeida – mais conhecido como Manezinho – e seus companheiros que estavam ocupando a fazenda Estrela. A dita área foi invadida por PMs a mando do delegado de Goianésia alegando que a mesma pertencia à Laminadora Estrela, Comércio, Indústria e Exportação Ltda. e, que deveriam

---

<sup>283</sup> A *Província do Pará*, op. cit. 15/12/1998. Arquivo da CPT.

<sup>284</sup> Processo crime nº 1998700058 – 1. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>285</sup> DAVIS, op. cit. p. 142.

<sup>286</sup> Processo crime nº 1999700102 – 5. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>287</sup> Processo crime nº 19997000110 – 5. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>288</sup> DAVIS, op. cit. pp. 151-152.

desocupá-la imediatamente. Cercaram ainda a casa do Sr. Manoel numa clara tentativa de coerção, tentando causar-lhe medo para que influenciasse os outros a abandonar a área em litígio<sup>289</sup>. Após a saída dos PMs da área, haveria desaparecido o rancho ou feira que serviria para a alimentação mensal das 50 famílias acampadas na fazenda Estrela<sup>290</sup>.

O ano de 2000 como mostrou a tabela nº 06 foi marcado por muitos crimes, especialmente homicídios dos quais consegui coletar dados acerca de um assassinato cometido por Francisco Valdeli Nascimento Souza que após matar uma pessoa a enterrou no local em que trabalhava, uma fazenda, para que o corpo não fosse descoberto<sup>291</sup>. Atitude que novamente se reporta a um comportamento anti-social e um tanto animalesco, privando a vítima de ser enterrado no local comum, o cemitério.

Outro assassinato com características parecidas foi praticado em co-autoria pelo Sr. Flávio Ferreira de Castro que, ceifou a vida da vítima e em seguida carbonizou o corpo da mesma<sup>292</sup>. Ambos os crimes parecem apontar que havia a necessidade cruel de não apenas tirar a vida da vítima, mas também lhe impingir o castigo de não ser encontrada facilmente ou reconhecida, talvez porque estivesse envolvida em conflito, o que possibilitaria identificar os agressores. Outros crimes foram ainda praticados, como roubos de motocicletas, estupros, porte ilegal de armas, dentre outros que são violentos ou terminam por redundar em violência, contribuindo para a imagem construída de Tailândia como um local violento.

Todos estes crimes citados estariam perdidos na malha burocrática da justiça, seja para serem julgados ou esquecidos em meio a denúncias não averiguadas. No entanto, para o historiador social interessado em entender como os homens se associam e recriam seu mundo dando-lhes intenções e significados, cada assassinato pode ter um certo significado político e social. Esta dissertação não pretende fazer uma estatística dos crimes, mas perceber que eles se ligam às perdas de raízes e a dissoluções de muitos sonhos de terras e de uma vida melhor. As condições de vida dos migrantes e, sobretudo a exterioridade e transitoriedade das relações sociais em Tailândia se não explicam os crimes cometidos, pelo menos, nos municiam com idéias de vidas repletas de lutas políticas e sociais pelo acesso a terra e aos seus frutos.

---

<sup>289</sup> *A Província do Pará*, op. cit. 22/05/1999. Arquivo da CPT.

<sup>290</sup> *O Liberal*, op. cit. 21/05/1999. Arquivo da CPT.

<sup>291</sup> Processo crime nº 2000700112 – 7. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

<sup>292</sup> Processo crime nº 2000700111 – 8. Pesquisa realizada no arquivo pertencente ao Fórum da Comarca de Tailândia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação me possibilitou estabelecer um diálogo com pessoas e documentos de um passado recente, mas muito pouco esclarecido de Tailândia. Cada morador de Tailândia hoje viveu ou se lembra (ou lembra que seus pais lembravam) os muitos casos de mortes e de conflitos agrários. As evidências são notáveis, contudo, como enfatiza o historiador Peter Burke, lidar com os indícios históricos é trabalhar com pistas que instigam a buscar novas explicações e significados históricos<sup>293</sup>. O passado cria memória, mas a junção delas carece de significados sem que o historiador saia do terreno dos mitos e escreva sua interpretação. Memória e história são nosso campo de trabalho<sup>294</sup>. No caso de Tailândia a violência que ainda hoje reside me levou a tentar compreendê-la historicamente, porém juntar memórias e relatos vindos de fontes estatísticas, processos crimes ou de depoimentos nem sempre foi uma tarefa simples, mas foi o que procurei fazer nesta dissertação.

Os indícios analisados, contudo me possibilitaram captar muitas dimensões acerca da história de Tailândia. O jornal *Interação*, por exemplo, como periódico de um órgão, no caso o ITERPA, servia para legitimar a ação do Estado junto ao projeto de colonização assentada. Ali, porém, há mais do que isso. O jornal acaba dando visibilidade à Tailândia no cenário paraense. Ele também avalia e torna visível as falhas na regularização das questões fundiárias. Assim as intenções das “fontes” nem sempre coincidem com o que vemos nelas. Esta dissertação está repleta de exemplos desta afirmação.

Se o que foi dito e escrito pode ser lido e reinterpretado, o historiador também deve trabalhar com o não dito. Não devemos esquecer, contudo, a significativa tentativa de “apagar” da memória ou da história os momentos vivenciados pelo perímetro da Pa-150 onde se constituiu Tailândia antes pertencente aos municípios de Moju e Acará. A história da ocupação e povoamento da região é muito mais antiga do que a fundação de Tailândia remontando respectivamente ao período pombalino de 1754 e 1758, quando foi reconhecida a Freguesia do Divino Espírito Santo de onde se originou Moju e a Freguesia de São José do Acará criada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>295</sup>. O ITERPA como mencionou o Sr. Luís em entrevista, “só quer dele pra cá”, isto é, de quando veio para averiguar a situação que ocorria e instituiu o povoado e depois a Vila de Tailândia como um

---

<sup>293</sup> BURKE, op. cit. p. 12.

<sup>294</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 4ª edição, Campinas – São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996, 223.

<sup>295</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente, op. cit. pp. 363, 527.

local de implantação de Projeto de Assentamento Dirigido, prática bastante comum adotada por esse órgão nesse período no Estado do Pará. Cabe ao historiador lembrar a todos que o que vem do presente para o passado é tão relevante quanto o caminho inverso. Assim, órgãos como o ITERPA, criaram politicamente um passado recente para Tailândia.

A dissertação contribuiu para que eu pudesse compreender e assim tentar explicar o contexto e os processos distintos vivenciados pelo município de Tailândia desde a colonização assentada em 1977 até 2000. Trata-se de um tempo relativamente longo, mas em que pude captar as mudanças e movimentos políticos, ideológicos e culturais que são, por essência, objeto centrais para atribuição de significados simbólicos para a localidade e seu entorno. É preciso conhecer como a história da ocupação recente de Tailândia relaciona-se com o modo pelo qual a maioria dos moradores percebe a vivência na cidade e seus problemas, sobretudo o problema da violência urbana.

A violência e sua reprodução como cerne desse trabalho contribuíram para que eu percebesse novas sensibilidades no contexto tailandense. A violência nesse contexto funciona como um jogo de relações sociais que mediam a convivência de distintas pessoas e costumes em um ambiente povoado pelas diferenças. Em uma cidade construída por um grande fluxo migratório, este fluxo acaba por dificultar associações mais perenes. As pessoas transitam por lugares, mas também por culturas e etnias diferentes. São ora colonos agricultores do ITERPA, ora posseiros controlados por madeireiros ou donos de carvoarias. São vítimas de crimes hediondos, ou matadores profissionais contratados para resolver questões fundiárias. São de naturalidade paraense, são maranhenses ou de tantos outros locais que estão em uma vila e depois município que deveria lhes dar terras, estudo, saúde e moradia e lhes nega quase tudo. Neste caldeirão de discrepâncias tudo parece provisório e mutável e escrever sobre isto talvez nos ajude a perceber que este mundo hoje é vivido e percebido como exterior e, assim, não pode ser alterado devidamente de dentro para fora. Espero que este estudo possa contribuir um pouco para permitir uma mudança de atitude, transformando um local de passagem em lugar de memória e de história.

## **REFERÊNCIAS**

### **Relação de fontes coletadas**

#### **Documentos orais (entrevistas):**

##### **\* Arquivo do Laboratório de História da UFPA / CFCH, Belém – Pará.**

- 1 Abel Basílio de Carvalho.
- 2 Gildete Sousa dos Santos.
- 3 José Gabriel Sousa dos Santos.
- 4 Lino Zuchi.
- 5 Margarida Alves Lira.
- 6 Maria Anunciada Bezerra Viana.
- 7 Maria Domingas Oliveira Sousa.
- 8 Pedro Mercides da Costa.

#### **Documentos escritos e imagéticos:**

##### **I – ACITA (Associação Comercial e Industrial de Tailândia).**

###### **\* Termo de abertura e atas.**

Termo de abertura do dia 15/06/1987.

Ata de fundação de 30/05/1987, pp. 01 e verso.

Ata do dia 23/08/1990, pp. 05 (verso) e 06.

Ata do dia 10/05/1991, pp. 10 e verso.

Ata do dia 21/10/1991, pp. verso 12 e 13 – frente.

Ata do dia 12/11/1990, pp. 07 e verso.

Ata do dia 15/12/1995, p. verso 17.

Ata do dia 05/07/1996, p. verso 19 e p. 20.

##### **II – Acesso à Internet.**

\* [www.albras.net](http://www.albras.net). Acesso à Internet realizado no dia 21/03/2006.

\* [www.famem.org.br/Pagina5.htm](http://www.famem.org.br/Pagina5.htm) - 91k - acesso à Internet realizado no dia 21/03/2006.

\* [www.ambientebrasil.com.br/estadual/rodoviario/rpa.html](http://www.ambientebrasil.com.br/estadual/rodoviario/rpa.html) - 7k - Acesso realizado no dia 26/10/2006.

### **III – Arquivo pessoal do Sr. Valdir Lopes.**

\* Fotografia nº 01: Vista da estrada Pa-150 no sentido Moju – Tailândia, retirada provavelmente em 12/06/1978.

\* Fotografia nº 02: Vista da Vila de Tailândia e da Pa-150 no sentido Tailândia – Goianésia, 12/06/1978.

\* Fotografia nº 03: Vista da Pa-150 no sentido Moju – Acará, aproximadamente em 12/06/1978.

\* Fotografia nº 04: Vista parcial da Vila de Tailândia / Rodovia Belém – Marabá, aproximadamente em 12/06/1978.

\* Fotografia nº 05: Vista aérea de Tailândia – Moju em 17/06/1978.

\* Fotografia nº 06: Vista aérea da Vila de Tailândia e da Pa-150, datada de fevereiro de 1980, segundo indicação no canto inferior direito da fotografia.

### **IV – Arquivo pessoal da família Sousa dos Santos.**

\* Fotografia nº 08: Bufete carregado de madeiras em toras.

### **V – Câmara Municipal de Tailândia.**

\* PAD (Projeto de Assentamento Dirigido) – Tailândia.

### **VI – Casa Paroquial de Tailândia – Igreja Matriz / São Francisco de Assis.**

\* Jornal: Ana Célia Pinheiro, “Tailândia: a triste sina de um projeto”. *O Liberal* (local), 1º Caderno, Belém, domingo, 12 de fevereiro de 1984, p. 18.

\* Livro de registros de casamentos que se inicia em 23/11/1980 e termina em 23/01/1994, sendo o livro de nº 01, e o livro de nº 02, que se inicia em 22/07/1994 e termina em 23/01/2005.

## **VII – Documentos da AMOTA – arquivo pessoal da família Gouvêa.**

- \* Foto nº 07: Reunião de representantes locais de Moju e Acará, do ITERPA e Igreja Católica de Tailândia com o governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros – Palácio do Governo, Belém, 1986.
- \* GUIA DE ASSENTAMENTO – ITERPA, 15/01/1980.
- \* Relatório de pedidos ao Sr. Governador do Estado do Pará, 23/09/1987.
- \* Telex do Governador Hélio Gueiros ao presidente do IBGE – Rio de Janeiro.

## **VIII – Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR – Belém, Pará).**

- 8.1– *O Liberal*: (1964): 06/01/1964, p. 02; 13/04/1964, p. 05; 24/07/1964, p. 01; 12/08/1964, p. 01; (1977): 01/01/1977, p.12; 02/01/1977, p. 12; 04/01/1977, pp. 02,05; 13/01/1977, p. 05; 23/01/1977, p. 06; 25/01/1977, p. 02; 26/01/1977, p. 17; 10/02/1977, p. 03; 19/02/1977, p. 01; 20/02/1977, p. 08; 02/03/1977, p. 05; 11/03/1977, p. 04.
- 8.2 – *Interação*: novembro de 1988 – Ano V / Nº 12, p. 11; dezembro de 1988 / Ano V – nº 13, p. 09; março de 1989 / Ano V – nº 16, p. 12; novembro de 1989 a fevereiro de 1990 / Ano VI – Nº 22, p. 08.

## **IX – Comissão Pastoral da Terra (CPT – Belém, Pará).**

### **\* Jornais**

- 9.1- *A Província do Pará*: (1989): 09/11/1989, p. 08; (1991): 29/03/1991; (1998): 15/12/1998; (1999): 22/05/1999.
- 9.2 - *Diário do Pará*: (1988): 09/11/1988; (1995): 17/02/1995, p. 05; 15/07/1995, p. 03.
- 9.3 - *O Estado do Pará*: 07/09/1979.
- 9.4- *O Liberal*: (1979): 07/09/1979; (1984): 12/02/1984, p. 18; (1988): 15/01/1988; 18/04/1988; (1991): 11/07/1991, p. 22; (1992): 11/10/1992, p. 28; (1995): 06/03/1995, p. 01; 22/11/1995, p. 08; (1999): 21/05/1999.

### **\* Relatórios, atas e outros documentos.**

- Relatório do STR – Tailândia, 25/01/1991.
- Relatório de Mobilização em Tailândia – Pará, dias 02 e 03/03/1995, pp. 01-03.
- Relatório de Visita à Cidade de Tailândia 02 e 03/03/1995, Belém, 06/03/1995. pp. 01-07.
- Relatório da Campanha Contra a Violência e pela Cidadania em Tailândia, 22/05/1995, pp. 01-02.
- Ofício da Comissão Pastoral da Terra 04/05/1995.
- Ata da reunião realizada no Moju em 08/05/1995, pp. 01 e verso.
- Delegacia de Polícia Civil de Tailândia, 20/02/1997.
- Delegacia de Polícia de Tailândia – Nota de Culpa, Tailândia, 10/09/1998.
- Conselho Estadual de Segurança Pública – Ficha Denúncia, 29/10/1998.

## **X – Fórum da Comarca de Tailândia.**

\* Pesquisa Realizada no Fórum de Tailândia nos Livros de Registros de Processos Criminais nº 01 e 02 que registram processos de 1984 até a atualidade, respectivamente e nos processos abaixo:

- 1- Processo crime de nº 030/82 – DOS / DOPS.
- 2- Processo crime de nº 1993700019 – 3.
- 3- Processo crime de nº 0139/94.
- 4- Processo crime nº 1994700018 – 3.
- 5- Processo crime de nº 0140/95.
- 6- Processo crime nº 1994700018 – 3.
- 7- Processo crime nº 1997700003 – 7.
- 8- Processo crime nº 1997700043 – 9
- 9- Processo crime nº 1997700042 – 0.
- 10- Processo crime nº 1997700021 – 5.
- 11- Processo crime nº 1997700002 – 8.
- 12- Processo crime nº 1998700068 – 9.
- 13- Processo crime nº 1998700058 – 1.
- 14- Processo crime nº 1999700102 – 5.
- 15- Processo crime nº 19997000110 – 5.
- 16- Processo crime nº 2000700112 – 7.
- 17- Processo crime nº 2000700111 – 8.

## **XI – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Belém, Pará).**

11. 1- Censo Demográfico do Maranhão – VIII Recenseamento Geral – 1970, Série Regional, V. I – Tomo V.
- 11.2- Censo Demográfico do Maranhão – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980, V. 1 – Tomo 4 – Número 7.
- 11.3- Censo Demográfico 2000 – Características da população e dos domicílios / Resultado do universo.
- 11.4- Pasta de informações rápidas de M a Z – IBGE (População dos municípios do Estado do Pará de 1980 a 2005).

## BIBLIOGRAFIA

AJARA, César. “A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental”. *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Geografia, 1993. Acesso à Internet realizado em 14/03/2003.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. “Ciência e meio ambiente: a interdisciplinaridade na constituição do pensamento ecológico”. *Revista de História Regional*, Vol. 02, nº 02, Inverno – 1997.

ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. *Zona de Conflitos: O Agronegócio da Soja e a Formação da Esfera Pública em Corta-Corda, Santarém – Pará. Dissertação de Mestrado em Sociologia*, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

“Arquivo em imagem”. *Revista da Divisão de Arquivo do Estado*. – São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. 148 p.; il.; 23 m (Última Hora. Série Política; n. 4).

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_, Gilmar. *Cidades e Sertões: “O Historiador entre a História e a Memória”*. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

BIANCHETTI, Lucídio.; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis: Ed. da UFSC, São Paulo: Cortez, 2002.

BORGES, José Marcos Nunes. *A Indústria do Carvão Vegetal em Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. SUDAM. II PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA; Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 79). Belém, 1975.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*, Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004.

CALVINO, Ítalo. “A palavra escrita e não escrita”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CAMPOS, Ademar da Silva. *O confronto em Eldorado dos Carajás: trágica consequência do processo histórico de concentração de terras no Brasil*. Belém: Promev Gráfica e Editora, 2002.

CASTRO, Edna et al. (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

CASTRO, José Carlos. “Hidrelétrica, natureza e cidadania”. CASTRO, Edna Ramos de.; MAGALHÃES, Sônia Barbosa (orgs.). *Energia na Amazônia*. Vol. I, Editora (Desconhecida), Belém, 1996.

CAPELLI, Elisângela Prando. *Associação dos Moradores de Tailândia: Uma História Silenciada*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

CARVALHO, Telma Campanha de. “Fotografia e Cidade: São Paulo na Década de 1930”. *Revista Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

CHOAY, Françoise. “A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes””. *Projeto História – Espaço e cultura*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1999.

\_\_\_\_\_, Françoise. “O reino do urbano e a morte da cidade”. *Projeto História – Espaço e cultura*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1999.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos índios (1758-1798)*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORBIN, Alain. “Uma História quase Impossível”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

COUTO, Ana Magna Silva. *Quotidiano e Sobrevivência: Catadores de papel e seus Modos de Vida na Cidade-Uberlândia 1970-1999*. Dissertação de mestrado, PUC-São Paulo, 2000. Acesso à Internet realizado em 2003.

COUTO, Rosa Carmina de Sena et al. (orgs.). *Saúde, trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia*. Belém: NAEA, 2002.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus (1890 – 1920)*. Manaus: Valer, 2000.

DULLEY, Richard Domingues. “Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais”. *Agricultura*, São Paulo, v. 51, n. 2.

FENELON, Déa Ribeiro. “Migrações e Memória: Campo e Cidade nas Lembranças de Migrantes”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

FERREIRA, Jerusa P. “Campo e Cidade: Uma História na Voz de Poetas e de seus Protagonistas”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Pará e seus municípios*. Belém: J. C. V. Ferreira, 2003.

FILHO, Armando Alves. et. al. *Pontos de História da Amazônia. Vol. II – 2ª ed. ver. Ampl.* Belém: Paka-Tatu, 2000.

FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HALL, Anthony L. “O desenvolvimento da Amazônia brasileira”. In: *Amazônia, desenvolvimento para quem? desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HARDAMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

HÉBETTE, Jean (org.), *O Cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1991.

ITERPA, Governo do Estado do Pará, Belém: Falangola Offset, 1975.

JÚNIOR, Durval M. de Almeida. “Quem é Roxo não se Mete: Violência e Masculinidade como Elementos Constitutivos da Imagem do Nordeste”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

LACERDA, Franciane Gama. *Em busca dos campos perdidos: uma história de trem e cidade. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª edição, Campinas – São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEMAGNY, Jean-Claude. “Metamorfoses dos olhares fotográficos sobre a cidade”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1999.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2ª Ed. Belém: Cejup, 2004.

LOWENTHAL, David. “Como conhecemos o passado”. *Projeto História*. São Paulo: PUC - EDUC, nº 17, 1998.

MACIEL, Laura Antunes. “A Comissão Rondon e a conquista ordenada dos sertões: espaço, telégrafo e civilização”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1999.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “Conflitos Agrários no Pará”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção Contando a História do Pará: Os Conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (século XX)*. Vol. II, Belém: E. Motion, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MATIAS, Maria da Conceição Lima. *Invasão, ocupação e posse: a luta pela posse de terras em Tailândia (1977-2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Para Além das Tensões Campo e Cidade: O Ruralismo Brasileiro”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró et. al. (org.). *História: Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MEDEIROS, Maria da Conceição Silva. *Fogo e Carvão: o trabalho familiar na economia de Tailândia (1990 a 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

MONTEIRO, Alcidema. et. al. *O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente*. Belém: UFPA / NPI, 1997.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. “Meio Século de Mineração Industrial na Amazônia Oriental Brasileira: Um Balanço Necessário”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção contando a história do Pará: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX)*. Vol. II, Belém: E. Motion, 2002.

NETA, Rosa Pereira do Carmo. *Tempo de decadência? o declínio da indústria madeireira do município de Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

NETO, José Maia Bezerra; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*, Belém: Paka-Tatu, 2003.

\_\_\_\_\_, Pere. “A Política dos Governos Militares no Pará: 1964 – 1985”. FONTES, Edilza Joana (org.). *Coleção contando a história do Pará: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX)*. Vol. II, Belém: E. Motion, 2002.

PINTO, Jax Nildo Aragão. *Terra do meio: estudo de caso na nova fronteira amazônica. Dissertação de mestrado em Sociologia*, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PORTELLI, Alessandro, “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PRADO, Francisca Ramos. *O campo dos sonhos: natureza, cultura e violência na fronteira amazônica, Tailândia – Pará (1977 – 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

PRADO, Maria Lionez Ramos, *A energia e o povo: ação e representação em um movimento social no Ano de 1994 em Tailândia*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

PRIORE, Mary.; GOMES, Flávio (orgs.). *Os Senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

REUMAUX, Françoise. “Um Rito Oral Urbano, o Rumor”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1981.

Revista Nosso Pará, nº 01, 2ª edição, Belém: Ver Editora, 1997.

REZENDE, Antonio Paulo. “O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 18, 1999.

RIOS, Kênia. “A Cidade do Sol à Sombra do Flagelo”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

SANTOS, Paulo R. Oliveira. “Ocupando a Terra e a Lei: Experiências Conflituosas no Campo Jurídico – Triângulo Mineiro (1980 – 1990)”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870 – 1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

S.A “Municípios paraenses”, Belém, IDESP, 1990.

S. A “Criação e Origem dos Municípios do Estado do Pará”, Belém, TCM – Tribunal de Contas do Pará, 1998.

SILVA, Célia Maria Borges. *Frutos da fé: a expansão da Igreja Católica em Tailândia (anos 1987 até 2003)*. Monografia de graduação em História, Universidade Federal do Pará, Tailândia, 2003.

SILVA, Marina. “Florestas, Cidades e Florestas”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. “O rural e o urbano no cinema novo”. *Projeto História – Cultura e representação*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 14, 1997.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Org. Arthur César Ferreira Reis. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

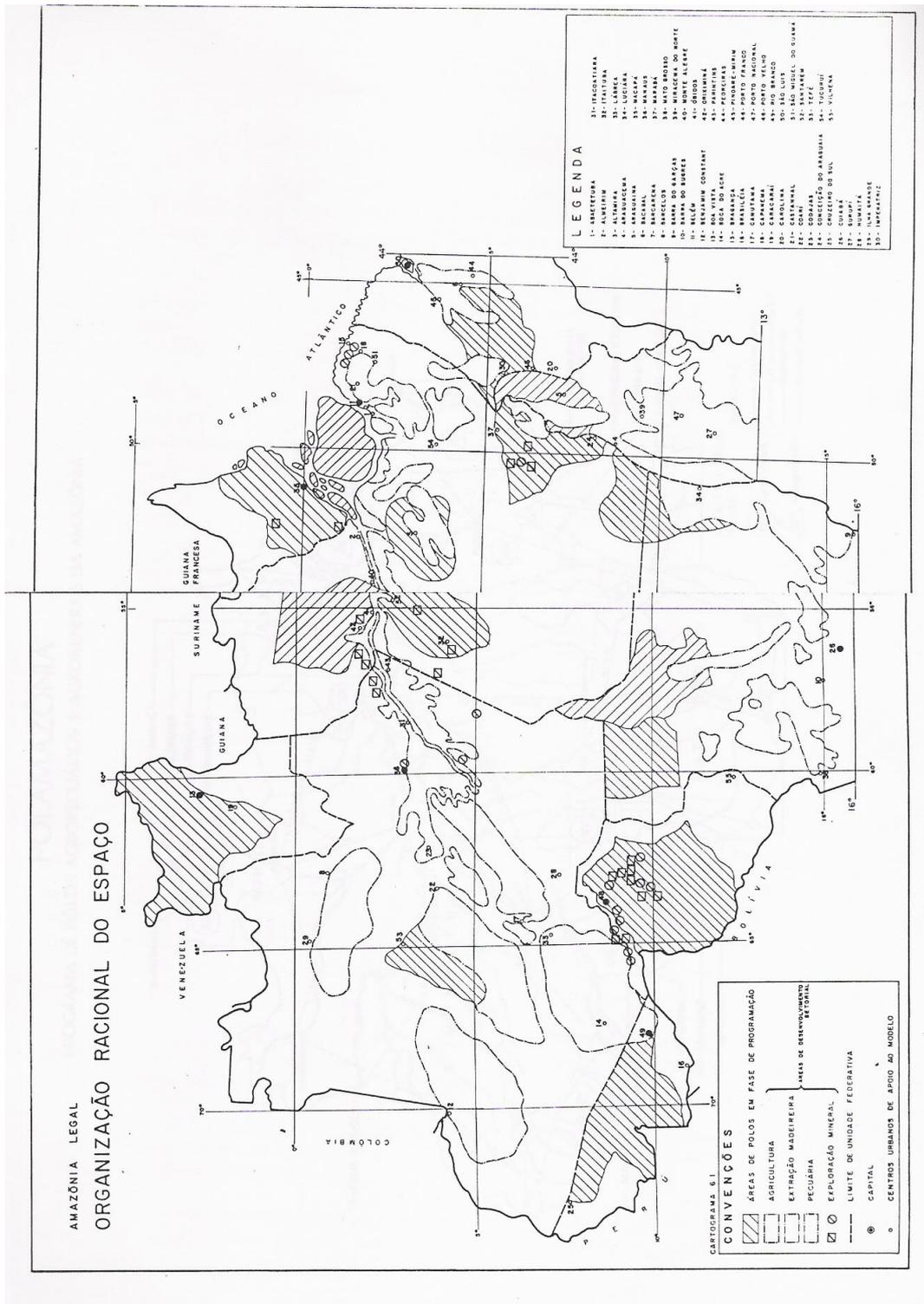
WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WISSENBACH, Maria Cristina. “Devastando Mitos e Imagens, Reinterpretando a História”. *Projeto História – Campo e Cidade*, São Paulo: PUC – EDUC, nº 19, 1981.

Anexo de Imagens (mapas) e outros documentos:

Mapa nº 01: Organização racional do espaço.

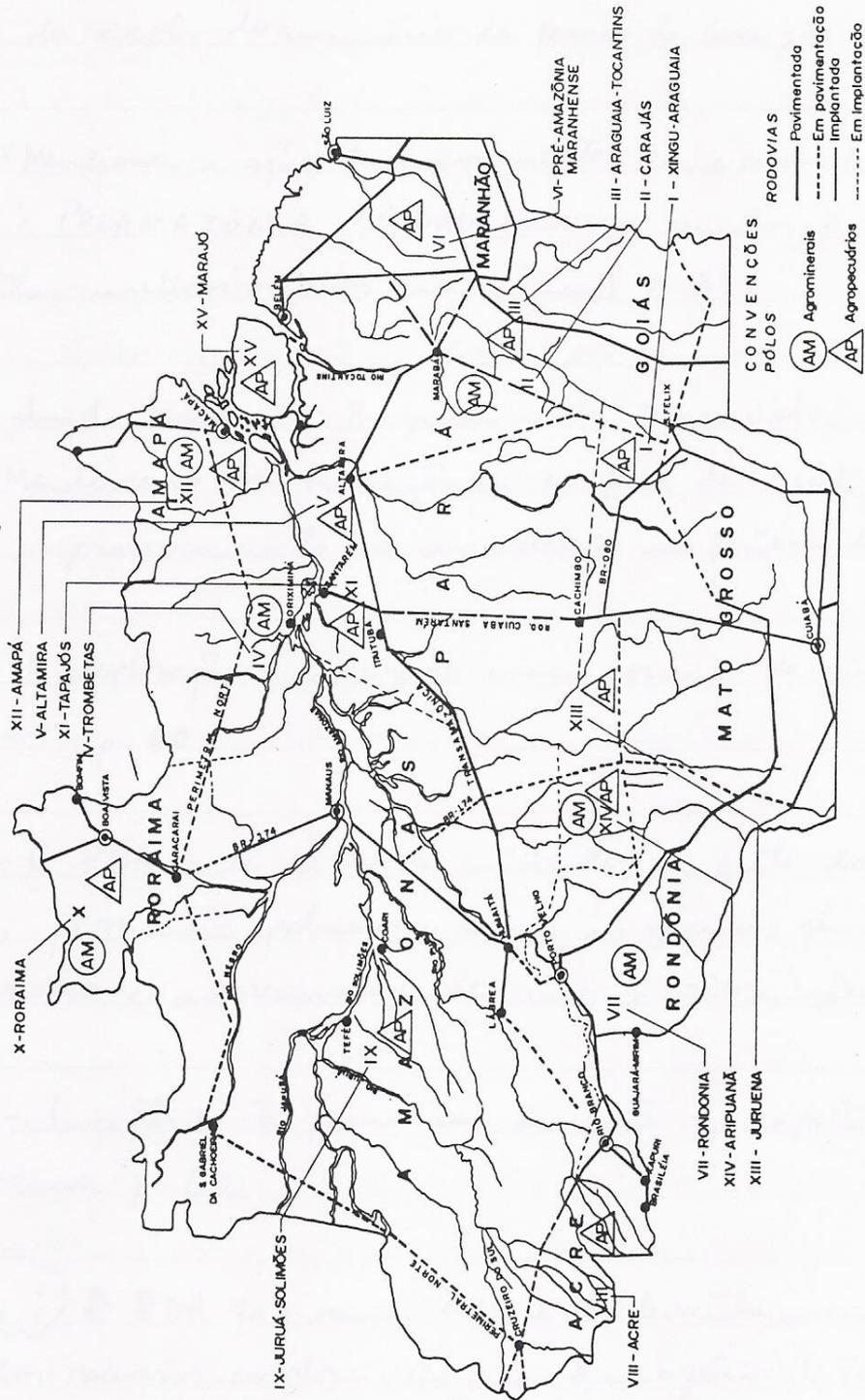


Fonte: II PDA – p. 49

Mapa nº 02: Abrangência do POLAMAZÔNIA.

# POLAMAZÔNIA

PROGRAMA DE PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS DA AMAZÔNIA



Fonte: II PDA – p. 51.

Mapa nº 05: Localização da ALBRAS e ALUNORTE.

**BARCARENA**  
MICROREGIÃO  
MAPA ILUSTRADO

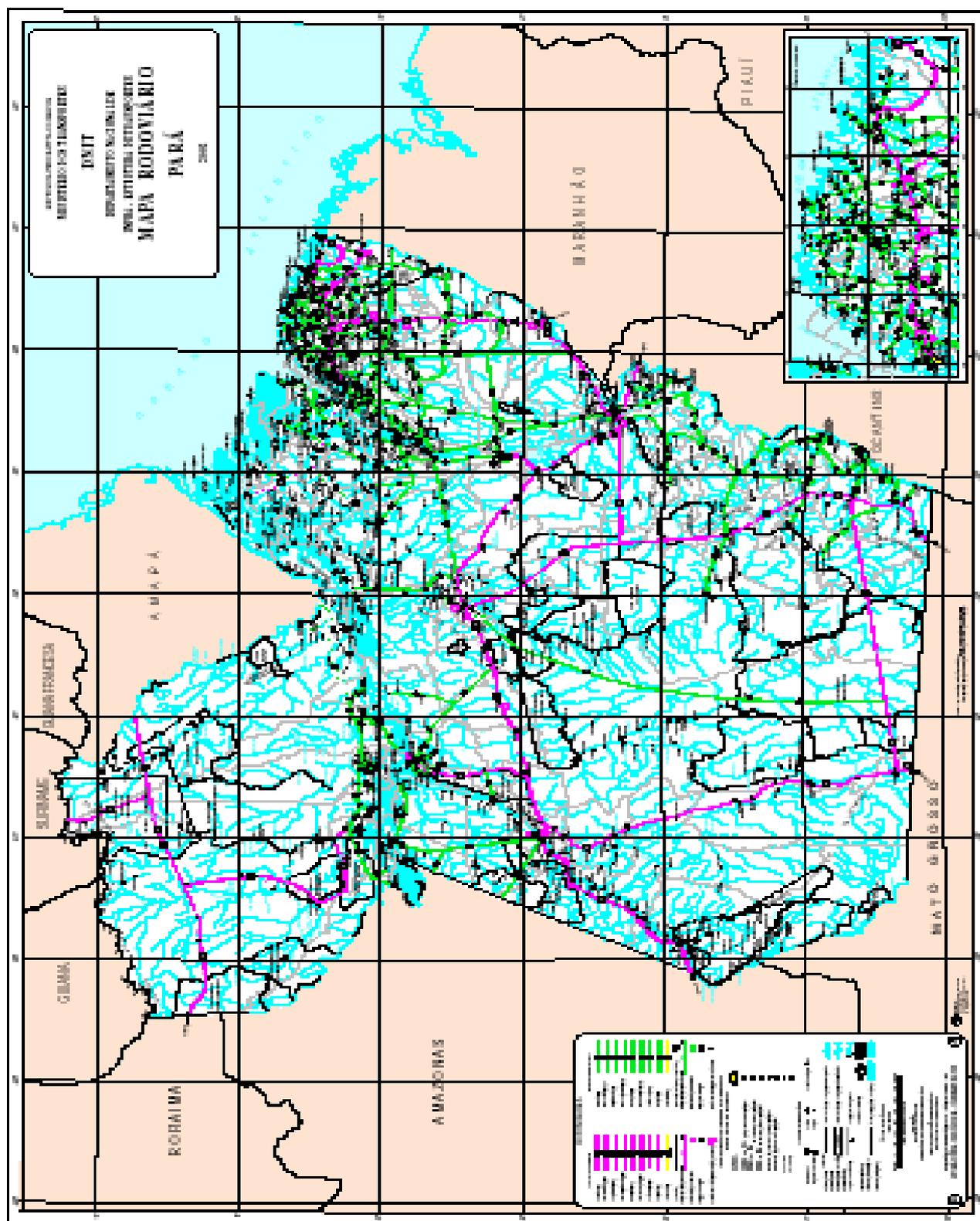


**DISTÂNCIAS RODOMIÁRIAS**

ALUNORTE	100
VILA DOS CABANOS	21,2
VILA DO MARAJÓ	27,9
VILA DOS CABANOS - ANANÁS	26,1
VILA DE SÃO PAULO	26,1
VILA DE SÃO FRANCISCO	21,1

Fonte: [www.albras.net](http://www.albras.net). Acesso à Internet realizado no dia 21/03/2006.

Mapa nº 06: Mapa rodoviário do Pará – 2002, a conexão entre as estradas e as cidades frutos de colonização.



Fonte: [www.estradas.com.br/new/mapas/mapas.asp](http://www.estradas.com.br/new/mapas/mapas.asp) - Acesso à internet realizado no dia 28/10/2006.

Guia de assentamento do ITERPA – 15/01/1980



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA

GUIA DE ASSENTAMENTO Nº 0290

PELA PRESENTE FICA AUTORIZADO O SR. RAIMUNDO FAUS-  
.....TINO DO NASCIMENTO.....  
OCUPAR O LOTE Nº ...15..... DA GLEBA .....03..... DO  
NÚCLEO COLONIAL DO PAD-TAILÂNDIA.

A PRESENTE GUIA CONCEDIDA EM CARÁTER PROVISÓRIO  
SERÁ SUBSTITUÍDA FUTURAMENTE PELO COMPETENTE TÍTULO DE OCUPA  
ÇÃO COLONIAL.

PAD-Tailândia, 15 de 01 de 19 80

EDUARDO AZEVEDO  
Resp. P/ Administração

Obs: O colono foi assentado pelo

sr. Eduardo Azevedo  
EDUARDO AZEVEDO  
Resp. P/ Administração

Fonte: AMOTA – arquivo pessoal da família Gouvêa.

Telex do governador Hélio Gueiros ao presidente do IBGE – Rio de Janeiro.

2136552IBGE BR  
911012GOPA BR

DE: BELEM/PA - PALACIO LAURO SODREH - 13.01 CMGCPA  
TLX NR 023/88- GG

ILMO. SENHOR  
DOUTOR EDSON DE OLIVEIRA NUNES  
MD PRESIDENTE DO IBGE  
RIO DE JANEIRO - RJ

ENCONTRAM-SE TRAMITAÇÃO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL PARA VÁRIOS  
PROCESSOS CRIAÇÃO NOVOS MUNICÍPIOS V.G. ENTRE OS QUAIS O DE TAILAN-  
DIA V.G. NA MARGEM RODOVIA ESTADUAL PA-150 ENTRE ENTROCAMENTO DESSA  
MESMA RODOVIA COM A PA-263 ET SEDE MUNICIPAL MOJU V.G. E O DE RUCOPC  
LIS V.G. NA CONFLUÊNCIA DAS RODOVIAS SANTAREM/CUIAPAN ET TRANSAMAZO  
NICA V.G. CUJA VIABILIZAÇÃO ESTÁ DEPENDENTE COMPROVAÇÃO V.G. POR ÍNDI-  
CES IBGE V.G. DE QUE POPULAÇÃO ULTRAPASSA DEZ MIL HABITANTES V.G. CON-  
FORME PREVISTO LEI COMPLEMENTAR FEDERAL NR 01 V.G. DE 09/11/67 FT  
INDICADORES DISPONÍVEIS NESSE INSTITUTO DÃO TAIS DISTRITOS COM  
POPULAÇÕES INFERIORES ÍNDICES LEGALMENTE EXIGIDOS PARA QUE SE POU-  
SAM EMANCIPAR V.G. MUITO EMPORA V.G. POR INFORMAÇÕES OUTROS CREAÇÕES ATU-  
ANTES NA REGIÃO V.G. TAIS COMO INARA ET SUCAM V.G. ESSES DADOS ESTABE-  
LIM EM DESCORFORMIDADE COM LEVANTAMENTOS CENSITÁRIOS MAIS ATUAIS V.G.  
MERCE ACENTUADO CRESCIMENTO EXPERIMENTADO POR AQUELES DOIS DISTRI-  
TOS V.G. COMO CONSEQUÊNCIA INTENSOS ET DESORDENADOS DESLOCAMENTOS PO-  
PULACIONAIS FT  
DADO INTERESSE QUE TEM GOVERNO ESTADUAL NÃO DEIXAR ARREFERER LÍDI-  
MAS ASPIRAÇÕES POPULAÇÕES INTERESSADAS EMANCIPAÇÕES NÚCLEOS POPULA-  
CIONAIS ONDE VIVEM V.G. SOLICITO IMPRESCINDÍVEL AÇÃO VCESSARIA V.G. //  
SENTIDO DETERMINAR LEVANTAMENTOS DEMOGRAFICOS MENCIONADOS DISTRI-  
TOS V.G. PARA REALIZAÇÃO DOS QUAIS SE RESPONSABILIZA GOVERNO ESTADUAL/  
PARA ARCAR RESPECTIVAS DESPESAS V.G. ORÇADAS POR ESSE INSTITUTO EM  
CZ\$ 2.064.500,00 (DOIS MILHÕES V.G. SESSENTA ET QUATRO MIL V.G. CUI-/  
NHENTOS ET SESSENTA ET SEIS CRUZADOS) V.G. CONFORME TELEX NR 3002 V.G.  
DE 30/12/87 V.G. ENCAMINHADO EMINENTE PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLA-  
TIVA ESTADUAL FT  
CERTeza CONTAR COM SUA DECIDIDA COLABORAÇÃO NESSE SENTIDO V.G. REA-  
FIRMO-LHE PROTESTOS ELEVADA CONSIDERAÇÃO ET APREÇO FT

HELIO MOTA GUEIROS  
GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ

Fonte: AMOTA – arquivo pessoal da família Gouvêa.

Termo de abertura da ACITA.

---

TERMO DE ABERTURA

Este livro contém 50 (cinquenta) folhas, todas numeradas, tipograficamente, devidamente rubricadas e servirá para lavras atos de Assembleias e sessões da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAILÂNDIA - ACITA.

Tailândia (Acará/PA), aos 15 (quinze) dias do mês de junho de 1934



Fonte: arquivo da ACITA, Tailândia - Pará.

Los 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 1987, às 15,00 (quinze) horas, no local denominado "Concei Dink's", nesta vila de Tailândia, município do Acará, Estado do Pará, reuniram-se comerciantes e Industriais desta região, com a finalidade de trocarem ideias sobre problemas surgidos que estão atingindo as referidas classes. Depois de várias manifestações, por decisão unânime foi aclamado o industrial Elton Pereira da Silva para assumir, provisoriamente, a direção dos trabalhos, o qual convocou o Sr. Pedro Theodoro para secretariar a sessão. Logo isto os trabalhos prosseguiram, decidindo o plenário, por maioria total, de criar um órgão representativo que assumisse a defesa dos interesses das classes focalizadas. A presidência concedeu a palavra a cada um dos presentes a fim de que se manifestasse sobre o assunto. Cada um, ao se pronunciar, foi claro no seu desejo de ser criada a Associação dos Comerciantes e Industriais de Tailândia. Submetido a voto, o assunto foi aprovado por unanimidade. Em seguida, suscitado o plenário, a presidência designou os companheiros: Sérgio Pedana, Waldir Lopes Favoto e Pedro Theodoro, para que, em comissão estudasse o assunto, e, se viável, apresentasse já na próxima sessão, um projeto de estatuto para ser submetido à aprovação do plenário. A comissão pediu um prazo mínimo de 15 (quinze) dias para apresentar o trabalho. A presidência convocou nova reunião para o dia 17 (Dezete) de junho próximo, às 15,00 horas, solicitando

REGISTRADO  
06 / 12 / 88

ampla divulgação sobre o assunto interessado.  
E, nada mais havendo, encerrou-se a sessão e  
seu secretário "ad hoc" lavrou a seguinte  
ata que se aprovada e assinada pelo presidente.  
\* Dos 15 (quinze) dias do mês de Julho de 1987  
uma vez, às 16,00 (dezesseis) horas, reuniram mais  
um grupo de pessoas que se dedicam  
às atividades do Comércio e Indústria da região  
de Tailândia, município do Acará, no local de  
nomeado "Convés Drink's", nesta sala, con-  
forme deliberação tomada anteriormente sob  
a presidência de Elton Pereira da Silva, o  
qual pediu ao secretário que procedesse a  
leitura da ata anterior, que foi aprovada  
sem emenda. De acordo com o que foi estabele-  
cido anteriormente, o presidente considerou a  
Comissão para apresentar o projeto dos Esta-  
tutos, solicitando que fosse procedida a respec-  
tiva leitura. O secretário fez a leitura do seguin-  
te: "ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E  
INDUSTRIAL DE TAILÂNDIA" - CAPÍTULO I - Deno-  
minação, natureza, sede e fins - Art. 1º Fica  
criada a sociedade civil denominada "ASSOCI-  
AÇÃO COMERCIAL DE TAILÂNDIA - ACITA", com sede  
na sala de Tailândia, município do Acará, Es-  
tado do Pará, para congregar os comerciantes e  
industriais da referida região, sem finalidade  
de lucrativa, com número ilimitado de sócios  
e sem tempo determinado de duração. Art. 2º  
A ACITA tem por finalidade cuidar dos interes-  
ses dos comerciantes e industriais, visando a u-  
nidade das referidas classes, estimulando todos

REGISTRADO  
06/12/88